



Lorraine Marie Farias de Araujo é Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). Especialista em Saúde e Ambiente pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFAL - Unidade Acadêmica de Palmeira dos Índios. Pesquisadora pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social (GPSRS), bem como do Grupo de Pesquisa Sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social (GENIR), ambos vinculados à UFAL. A obra publicada é oriunda da dissertação de mestrado, defendida em 2022 no PPGSS/UFAL, intitulada à princípio: *Fundamento ontológico do racismo e revolta contra o capital.*



**Canta, poeta, a liberdade, - canta.
Que jora o mundo sem fanal tão grato...
Anjo baixado da celeste altura,
Que espanca as trevas deste mundo ingrato.
Oh! sim, poeta, liberdade, e glória
Toma por timbre, e viverás na história.
Maria Firmina dos Reis**

ISBN DIGITAL 978-65-981438-1-7

ISBN: 978-65-981438-0-0



CDL

Lorraine Marie Farias de Araujo

RACISMO E REVOLTA



Racismo e Revolta

Lorraine Marie Farias de Araujo



Manifesto do Instituto Trabalho Associado

O Instituto Trabalho Associado surge da iniciativa de militantes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o enfrentamento da sociedade capitalista para sua transformação radical. Coloca-se como um espaço para a produção e a disseminação de conhecimento que possa contribuir com a práxis revolucionária, entendendo que não se faz revolução sem teoria revolucionária, mas que também, como diria Marx, “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente escolástica”. É preciso falar de socialismo hoje. É necessário transformar a sociedade agora! Com efeito, o Instituto Trabalho Associado se insere na batalha das ideias para combater a ciência burguesa e a sua dinâmica produtivista, mas também cumpre o papel de combater as teorias reformistas, uma vez que estas teorias atrapalham a classe trabalhadora na sua tarefa histórica de destruição do capitalismo. Numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que todas as dimensões da sociedade se encontram em crise ao mesmo tempo, a classe trabalhadora paga o preço desse processo. Para que continue existindo alguns bilionários, trabalhadoras e trabalhadores estão sendo cada vez mais explorados, em que seus direitos estão, literalmente, sendo destruídos e não há possibilidade de nenhum avanço ou ganho estes em meio ao sistema do capital. O que o capitalismo pode e vai continuar oferecendo à classe trabalhadora é fome, miséria, pandemia, violência, desemprego, entre outras mazelas. Não podemos alimentar mais ilusões de conquistas dentro da ordem, pois a ordem burguesa é contrária à classe trabalhadora. Os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores só podem ser conquistados com a luta para além da ordem estabelecida, ou seja, para além do capital.

LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO

RACISMO E REVOLTA



Arapiraca | Alagoas | 2023

Conselho Editorial do Instituto Trabalho Associado

Diego de Oliveira Souza (Presidente) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Artur Bispo dos Santos Neto (Secretário) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Mônica Regina Nascimento dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Lorraine Marie Farias de Araujo – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Lígia dos Santos Ferreira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Talvanes Eugênio Maceno – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Aline Soares Nomeriano – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Sóstenes Ericson Vicente da Silva – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Virgínia Silva Santos – Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Silvio Rosa Filho – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Claudia Alves Durans – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Jenny Andrea Torres Peña – Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO
Camila Pereira Abagaro – Universidad de la Salud de la Ciudad de México (UNISA)

Diagramação: Lorraine Marie Farias de Araujo

Capa: Lorraine Marie Farias de Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Araujo, Lorraine Marie Farias de
Racismo e revolta / Lorraine Marie Farias de
Araujo. -- Arapiraca, AL : Instituto Trabalho
Associado, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-981438-0-0

1. Colonização - Aspectos sociais 2. Racismo -
Aspectos sociais 3. Racismo 4. Resistência
5. Sociologia I. Título.

23-173937

CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo : Sociologia 305.8

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

CERTIFICADO DE REGISTRO DE DIREITO AUTORAL
A Câmara Brasileira do Livro certifica que a obra intelectual descrita abaixo, encontra-se registrada nos termos e normas legais da Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, a obra aqui registrada não pode ser plagiada, utilizada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seu(s) autor(es).

1ª Edição 2023
Instituto Trabalho Associado
www.institutotrabalhoassociado.com.br

LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO

RACISMO E REVOLTA



Arapiraca | Alagoas | 2023

AGRADECIMENTOS

À linhagem de mulheres que lutaram para eu poder estar viva e lutando contra o capital. Elas são Mainha (tetravó), Joana (bisavó), Creusa Correia de Lima (avó) e Zara Vicente de Farias Lima (mãe). Às mulheres da linhagem paterna Antônia (bisavó) e Terezinha (avó), bem como a todas as pessoas da minha família que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, a exemplo de meu pai, Jurandir de Araujo Júnior e meu irmão, Artur Vinicius Farias de Araujo. Também agradeço ao meu padrasto, José Pedro Lima. Enfim, gratidão aos familiares que contribuíram afetiva e pessoalmente ao longo de minha vida.

Ao camarada e orientador, Artur Bispo dos Santos Neto, pelo apoio, incentivo, confiança e camaradagem que pautaram sempre nossa amizade. Agradeço pelos elogios e críticas, bem como pela gigante contribuição intelectual em minha vida enquanto militante, pesquisadora e também pessoalmente. Estamos juntos na luta pela transformação revolucionária desse mundo e construção do socialismo.

Ao Coletivo Ofensiva Socialista, lugar onde construo minha militância socialista junto às e aos camaradas: Victória Régia, Marcos Oliveira, Artur Bispo, Júnior Vasconcelos, Jonathan Smith, Henrique Félix, Diego Souza, Fernando Emmanuel, Mônica Santos, Christiane Batista, Verônica Pinto e Elaine Fernandes.

Às amigas construídas desde 2015 através do antigo coletivo Feministas do Agreste, especialmente à Jéssica Ferreira, Josy Mércia, Maiuna Lima, Victória Cavalcante, Lhara Letícia, Marta Nayara, Anne Karoline e Jéssica Euzébio.

Comissão Editorial - Instituto Trabalho Associado 2023

Lorraine Marie Farias de Araujo
Diego de Oliveira Souza
Artur Bispo dos Santos Neto
Mônica Regina Nascimento dos Santos
Marcos de Oliveira Silva
Henrique Felix Santos
Maria Aparecida Ferreira dos Santos Feitosa
Carlos Antonio Vasconcelos de Oliveira Júnior
Victória Régia Ferreira Barbosa
Jonathan Smith Melquiades Cezar
Fernando Emmanuel Vicente da Silva
Christiane Batista Araujo
Elaine Nunes Silva Fernandes
Verônica Ferreira Pinto

Às amigas da UFAL para a vida: Sandrelly Viana (LS produções), Fernanda Pinheiro (obrigada pelo apoio imenso), Aline Lima, Samara Macedo e Janainy Silva.

Ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social/UFAL pelos debates sobre O Capital, especialmente às/aos colegas: Thays, Felipe, Everton, Renalvo, Franqueline e Mônica.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com ênfase naquelas e naqueles em que cursei disciplinas decisivas para a minha formação intelectual: Cristina Panniago, Sergio Gianna, Norma Alcântara e Clarissa Tenório.

Ao camarada Diego de Oliveira Souza pelo brilhante e revolucionário debate sobre O Capital realizado na disciplina Trabalho na Sociedade Contemporânea, bem como pelas preciosas contribuições na qualificação desta pesquisa.

Ao Prof. Deribaldo Santos, devido às profícuas discussões acerca da estética lukacsiana e também pelos apontamentos realizados na qualificação deste texto.

Às professoras e professores do curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Palmeira dos Índios pelas contribuições durante a graduação, particularmente a Marli Araújo, Mailiz Garibotti Lusa, Silvana Medeiros e Japson Gonçalves.

Ao Cine Quarentena, onde realizamos, durante a pandemia, uma série de encontros para debater filmes sob a perspectiva da crítica à economia política, o que ocasionou uma grande contribuição à análise estética realizada neste escrito. Agradeço especialmente ao Prof. Talvanes Maceno, idealizador do grupo.

À Escola Tradicional de Capoeira Angola (ETCA) e às/aos camaradas capoeiristas, principalmente a nossa primeira referência, Mestre Pastinha, ao nosso Mestre Bola Sete, Contra Mestre Peixe Elétrico, Malaka, Nginga, Marcela, Gavião, Carcará, Lilia, Helô, Balão, Tucano, Kelly, Ricardo, Saimon e Fátima.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
<i>Artur Bispo</i>	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO PRIMEIRO:	
FUNDAMENTO ONTOLÓGICO DO RACISMO	38
1.1 Acumulação primitiva do capital, colonização e racialização....	40
1.2 Racismo estrutural, desumanização e construção do mito do “selvagem”	64
1.3 Desumanização, fetiche da mercadoria e alienação	81
CAPÍTULO SEGUNDO:	
REVOLTA DAS PESSOAS ESCRAVIZADAS CONTRA O CA- PITAL	94
2.1 Reflexo estético, autoconsciência e humanização	96
2.2 Vadiagem e resistência: a capoeira como expressão da revolta contra o capital	105
2.3 Revolta e resistência das mulheres negras em Tituba de Maryse Condé	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
APÊNDICE - “RACISMO” OU “RACISMO ESTRUTURAL”: DIFERENCIAÇÃO ONTOLÓGICA NA SOCIABILIDADE BURGUESA	146
REFERÊNCIAS	155

Interlude Zumbi

Zumbi bateu no tombo e correu no chão
De dentro pra fora, de fora pra dentro
Onde o pensamento apareceu pela primeira vez no mesmo lugar

Chico Science / Toca Ogam / Gira / Bolla
(Afrociberdelia, 1996)

PREFÁCIO

O livro de Lorraine Marie Farias de Araujo, *Racismo e Revolta*, perscruta o processo de acumulação de capitais na perspectiva das mulheres expropriadas, exploradas e estupradas na história do capitalismo. A colonização desempenhou papel medular no processo de acumulação originária de capitais, em que a violência “sem meias frases” se configurou como potência econômica fundamental para que o capital pudesse revelar-se como espécie de *causa sui* e novo deus da humanidade.

Na afirmação do tempo de trabalho excedente como fundamento ontológico do sistema do capital, a autora revela a relação orgânica existente entre a formação ideológica do racismo e o movimento de constituição do capital, em que o racismo desponta como componente inerente ao *ser-precisamente-assim* de um sistema assentado nas espoliações e na exploração da força de trabalho. Ao apontar a relação existente entre capital e racismo, a autora busca desmistificar as concepções que não se cansam de apresentar o racismo de modo desarticulado ao movimento histórico-ontológico do capital e suas classes sociais fundamentais.

Pela mediação das vicissitudes das contradições que plasmam as classes sociais no processo de formação e constituição do capital, o livro apresentado lança luzes sobre a narrativa feminina silenciada e vilipendiada pela história dominante. Nesse périplo, a estética assume corolários essenciais para plasmar mecanismos subjetivos e objetivos contrapostos aos aspectos alienantes e desumanizadores que constituem um sistema assentado na alienação, fetichização e reificação.

Desse modo, ele consegue esteticamente revelar como a ideologia racista forja-se numa unidade indissociável com o fetichismo da mercadoria e a natureza fetichista do capital no processo de colonização e neocolonização

Na análise minuciosa da letra das canções de capoeira e na interpretação do romance classista de Maryse Condé, denominado *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*, emergem a peculiaridade das mulheres negras escravizadas que não se curvaram aos aspectos desumanizadores que pautaram a escravização de seus corpos e mentes, salientando que escravização sempre constituiu sua antítese, quer dizer, sempre que houve escravidão sobreveio a revolta e a possibilidade de subversão das estruturas sociais opressivas. Isso serve para denotar a necessidade histórica da contraposição radical ao racismo e às estruturas socioeconômicas assentadas na violência e exploração da força de trabalho feminina. Assim, na escalada das opressões e explorações estabelecidas contra os trabalhadores, as mulheres negras são as mais violentadas pelo sistema assentado na acumulação de mais-valor, e para isso conta com o patriarcado. Por isso, a necessidade de colocar a luta contra a opressão das trabalhadoras negras em primeiro lugar, no interior dessa forma de sociabilidade desumanizadora.

Enfim, quando um texto dissertativo recorre ao recurso estético, seja em poesia ou prosa, ele é dotado de um encanto particular, duma beleza específica e que merece atenção do leitor e da leitora; entretanto, quando o texto dissertativo consegue, primeiro, apropriar-se da estética numa perspectiva materialista e não simplesmente idealista; segundo, quando esse texto reconfigura as contradições da imediatividade reificada numa perspectiva de classe; terceiro, quando esse texto reconfigura a imediatividade dada numa nova imediatividade por uma autora feminista e não somente feminista, mas feminista

negra e pertencente à classe trabalhadora; ele possui uma beleza que transcende a graciosidade estética em si mesma. O livro em questão tem esse mérito, pois foi escrito por uma trabalhadora negra que reflete sobre uma literatura produzida por uma escritora negra da classe trabalhadora que se contrapõe ao processo de desumanização das pessoas racializadas. Assim, sucede-se uma unidade entre investigação científica e interpretação estética da realidade, entre a forma e o conteúdo, a partir do andar de baixo da estrutura social de comando absoluto do capital sobre o trabalho; o que permite expressar como a estética não é isenta à envergadura de classe e que pode colaborar tanto na elucidação do passado na perspectiva dos explorados e racializados quanto na constituição de uma arquitetônica social para além do capital e do racismo estrutural.

Maceió, 21 de junho de 2023

Artur Bispo

INTRODUÇÃO

Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir certos cumes luminosos (Marx, 2017, p. 93).

O objetivo deste livro¹ é investigar o fundamento ontológico do racismo estrutural, ou seja, sua origem, natureza e função social no sistema do capital. Ao perscrutarmos o *ser-precisamente-assim* do objeto de pesquisa, verificamos que raça e racismo² são categorias históricas inscritas na gestação do modo de produção capitalista. Tais categorias podem ser encontradas em seu germen em sociedades precedentes³, porém, somente na conformação da sociabilidade burguesa acontece

1 Este livro é fruto da dissertação de mestrado intitulada *Fundamento ontológico do racismo e revolta contra o capital*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL), em junho de 2022.

2 A noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta a meados do século XIV. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2018, p. 15, grifos do autor).

3 Encontramos discriminação e preconceitos étnicos dentro da Europa desde a Idade Média até os dias atuais, e a expansão europeia deu origem a um corpo coerente de ideias e de práticas associadas à hierarquia dos povos de diferentes continentes (Bethencourt, 2018, p. 5).

a generalização do processo de racialização, por conseguinte, do racismo, devido à mundialização do capital. Esta constatação nos assegura a *indissociabilidade entre racismo e capitalismo*, ou, mais amplamente, entre racismo e capital⁴, pois desde a acumulação primitiva (século XVI a XVIII) em consonância com o sistema colonial, o racismo é desenvolvido, configurando-se enquanto mecanismo provindo da estrutura do sistema do capital. Isto denota que o capital dá origem ao *racismo estrutural*⁵.

Desta maneira, a generalização da racialização, por conseguinte, o racismo estrutural, foi criado pela burguesia ascendente para desumanizar e matar os povos racializados. O estudo sobre o racismo nos leva à revolta dos povos racializados que foram escravizados pelo sistema do capital para extração e acumulação de mais-valor. Assim, partimos do método marxiano de análise sobre a realidade mediante a categoria central da totalidade, balizado numa ontologia histórico-social, na qual o cerne metodológico não é construir teoricamente o objeto estudado mas sim traduzir idealmente o real⁶, deixando que

4 É decisivo aqui ressaltar que, para Mészáros, *capital e capitalismo* são fenômenos *distintos*. O sistema do capital, segundo o autor, antecede o *capitalismo* e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é *uma* das formas possíveis de realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presente na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real* do trabalho ao capital, que Marx denominava como capitalismo pleno. Assim como existia capital antes da generalização do capitalismo (de que são exemplos o capital mercantil, o capital usurário etc.), as formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo após o capitalismo, por meio da constituição daquilo de que Mészáros denomina como “sistema pós-capitalista”, de que foram exemplos a URSS e demais países do Leste Europeu (Antunes apud Mészáros, 2011, p. 10, nota 2, grifos do autor).

5 A tese central é de que *o racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade (Almeida, 2018, p. 15).

6 Não se trata, portanto, como no método científico moderno, de *construir* — teoricamente — um objeto com os materiais oferecidos pelos dados empíricos, mas de traduzir, sob forma teórica, o objeto na sua integralidade. A função social desse tipo

as múltiplas aproximações com a realidade nos levem a sua essência mediante a captura da “lógica da coisa”.

Todos os filósofos anteriores a Marx que se propuseram a responder à questão da suposta dicotomia entre razão e mundo; idealismo e materialismo; subjetividade e objetividade; teleologia e causalidade; não conseguiram ultrapassar um entendimento unilateral sobre tais categorias. Há que se elucidar, a princípio, que estas são concretas⁷ e só podem existir em relação dialética umas com as outras, ou seja, em determinação recíproca. Não há estatuto ontológico mais elevado para uma ou outra, elas estão imersas nas diversas formas de relação histórico-social, a qual há momentos de permanência e de ruptura⁸. Marx constata a articulação histórico-social entre essência e fenômeno, ou seja, aponta a existência de pontos de continuidade e mudança no desenvolvimento histórico. Eis uma questão filosófica respondida objetivamente pela primeira vez por Karl Marx. O método marxiano recupera a *centralidade da objetividade* em detrimento da *centralidade da subjetividade* (Tonet, 2013, p. 65).

Tal método transformou qualitativamente a cientificidade trazendo à tona uma nova possibilidade histórica, anteriormente elidida pelo pensamento moderno hegemônico. As bases materiais para a de conhecimento, como já vimos, é a reprodução da realidade como ela é em si mesma, ainda que sempre de modo aproximado. É, pois, esta mesma realidade que deve indicar os procedimentos a serem seguidos para conhecê-la (Tonet, 2013, p. 112).

7 “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso (Marx, 2008, p.258)”.

8 A realidade — e por isso, também, seu reflexo e reprodução mental — é uma unidade dialética de continuidade e descontinuidade, de tradição e revolução, de transições paulatinas e saltos. O próprio socialismo científico é algo completamente novo na história, mas consoma, mesmo assim, ao mesmo tempo, um milenar desejo humano, aquele a qual tem aspirado os melhores espíritos (Lukács, 1966, p. 16, tradução nossa).

crítica histórico-ontológica realizada por Marx se consubstanciam na maturação do modo de produção capitalista no século XIX. Somente com o amadurecimento do sistema do capital e a perda do caráter revolucionário da burguesia, em que esta passa a conservar o mundo em que pode explorar e dominar pessoas, é que estão dadas as condições materiais para a consolidação *para si* de sua classe antagônica: o proletariado. Marx elucida através de suas constatações ontológicas que a classe proletária é a única capaz de subverter a ordem social a favor dos interesses da humanidade, pois essa classe tem o caráter original de suprimir toda e qualquer forma de exploração através da luta por sua própria libertação enquanto classe. Assim, a classe proletária, [...] “necessita, para poder ter acesso à riqueza que ela mesma cria e da qual é expropriada, superar completamente toda exploração do homem pelo homem. Para isso, porém, ela demanda uma explicação acerca da origem do ser social, da natureza do processo histórico e da desigualdade social” (ibid., p. 67).

Logo, postas em cena as duas classes antagônicas do capitalismo, também se constituem dois projetos de classe que se antagonizam: o projeto burguês que visa a manutenção da sociabilidade burguesa com o fim último da acumulação de capital através da exploração da força de trabalho humano abstrato que gera mais-valor, em que uma classe enriquece à custa da miséria e degradação de sua antagonista; e o projeto da classe operária, que visa construir uma nova forma de trabalho associado, livre e universal⁹, mas que para concretizá-lo precisa atacar a raiz do problema, em outros termos, a classe proletária, por intermédio de uma “revolução política com alma

9 “Por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalhem com meios de produção coletivos e que conscientemente despendam suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (Marx, 2017, p. 153).

social” (Marx, 1995), pode fazer ruir o sistema do capital e construir uma sociedade radicalmente diferente.

Abrem-se, assim, dois caminhos para a compreensão dessa realidade. De um lado, a elaboração de um conhecimento que contribua para a reprodução desta forma de sociabilidade. De outro lado, uma teoria que possibilite uma compreensão que articule a crítica radical com a transformação também radical da sociedade (Tonet, 2013, p. 66).

Desta feita, o pensamento moderno se configura como uma imposição teórica e ideológica da burguesia, a fim de manter intocadas as bases materiais da produção capitalista. Isso significa dizer que a cientificidade moderna é submetida aos interesses do desenvolvimento e manutenção do sistema do capital, com o intuito de que não haja espaço para questionamento e transformação radical da ordem burguesa. O conhecimento científico que perpassa apenas a ordem da aparência suprime do horizonte qualquer possibilidade revolucionária, ao contrário do percurso realizado por Marx.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário,

ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (Marx, 2008, p. 264).

Para a crítica à economia política através duma impoção filosófico-ontológica histórico-social, é nodal que o capitalismo esteja completamente amadurecido. Marx constata que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, porquanto há, nas sociabilidades mais complexas, a existência de categorias das sociedades precedentes, como forma de objetivações anteriores acumuladas historicamente. Tais objetivações humanas só podem ser compreendidas *post festum* e se constituem no processo de generalização do conhecimento humano através do trabalho enquanto fundante do ser social (Lukács, 2018). Consequentemente, a análise marxiana se configura como uma ontologia histórico-social porque é pautada na

[...] radical historicidade e socialidade do ser social, isto é, a demonstração de que a realidade social é resultado integral da interatividade humana ao longo do processo histórico e não de forças naturais ou sobrenaturais. Isso também implica a demonstração do caráter de totalidade do ser social. [...] para que haja história é preciso que não haja apenas mudança, mas também permanência. O que e quanto permanece e o que, quanto e como muda, bem como a relação entre o que permanece e o que muda são outras questões, mas que só podem ser compreendidas na medida em que houver, na própria realidade, esta relação entre permanência e mudança. Como os gregos já tinham descoberto, *a elucidação da relação entre unidade e multiplicidade e entre permanência e mudança é condição fundamental para o conhecimento da realidade e para a intervenção nela*. Que as respostas deles tenham tido um caráter metafísico e as de

Marx histórico-social é imensamente importante, mas não muda o fato de que essas respostas eram necessárias para que o proletariado pudesse nortear a sua compreensão e a sua intervenção na realidade. Somente uma teoria geral do ser social (ontologia do ser social) poderia responder a essas questões. Por isso, *o pensamento de Marx teria que se instaurar como uma ontologia do ser social* (Tonet, 2013, p. 67 e 68, itálico nosso).

Assim, a sociedade burguesa é o terreno em que nasce uma nova concepção de mundo, completamente antagônica ao sistema do capital e que vai à raiz do problema do conhecimento, não com uma preocupação estritamente metodológica, mas com a inquietação latente em desvelar o ser, o concreto, o real. Marx não inventa novas verdades, o que ele faz é traduzir idealmente o real, trazer as coisas às ideias e nunca o inverso. “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2017, p. 90). O método marxiano inverte Hegel¹⁰ e critica o idealismo, pois, “ao contrário dos alemães, que partem do céu (das ideias) para a terra (o mundo real), é preciso partir da terra para o céu (Engels e Marx apud Tonet, 2013, p.80)”. Assim, ele parte do concreto para abstração e da abstração de volta para o concreto, enquanto concreto pensado.

O método marxiano desvela a realidade porque ele parte das premissas: “O que é o ser? O que é a realidade?” Ele não realiza uma relação de exterioridade com o real, como fazem os filósofos da ontologia greco-medieval; contrariamente, ele tem uma relação

10 A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (Marx, 2017, p. 91).

íntima com a realidade e afirma categoricamente o que a realidade é, independentemente do conhecer, é uma “unidade do diverso”, não uma unidade identitária, mas uma unidade repleta de partes distintas e complexas em contínua relação dialética. O ser é a primeira questão para Marx, portanto, para o materialismo histórico-dialético. Em consonância com a afirmação de Chasin, não há método de Marx sem ontologia, não há método marxiano sem a regência do ser sobre o conhecer, sem a centralidade da objetividade em relação à subjetividade. Apesar de serem momentos distintos duma mesma imposição ontológica, ambas as categorias estão em plena articulação e desenvolvimento mútuo. A novidade em Marx é traduzir a lógica do ser para a razão. Esse processo abre a possibilidade de revolucionamento da ordem social burguesa. Por isso que o capital se apropria tão veementemente da ciência através do pensamento moderno.

Dar as costas aos “automovimentos da razão” e voltar-se para os “automovimentos do mundo real”, eis o giro marxiano. Calar o pensamento que só fala por si, mesmo quando deseja ardentemente falar das “pedras”, para deixar que as “pedras” falem pela cabeça da filosofia.[...] Descentrado de si mesmo e recentrado sobre o mundo, o pensamento, rompido o hermafroditismo da especulação, pode abraçar a substância que o forma e o fortalece. Procedente do mundo, ao mundo retorna não para uma tarefa tópica, ou para alguma assepsia formal. Volta ao mundo para tomá-lo na significação de sua totalidade. Debruça-se sobre ele para capturá-lo pela raiz, colhê-lo pela “anatomia da sociedade civil”, pela matriz da sociabilidade (pela dimensão social fundante, não por uma dimensão social qualquer, escolhida a talante e conveniência do intérprete). Ou seja, operação ontológica que rastreia e determina o processo de entificação do mundo e da lógica da sua trans-

formação. Donde nasce a implicação para a prática transformadora (Chasin apud Tonet, 2013, p.80).

“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (Engels e Marx, 2007, p.72). Tal enunciado exposto na *Ideologia Alemã* demonstra como a classe dominante de determinada época histórica interfere ideologicamente no real para a manutenção da ordem. No modo de produção capitalista, o capital invade todas as entranhas do ser social. O pensamento moderno supracitado é fruto dessa ordem social, e a perspectiva gnosiológica representa a tentativa de fenomenalização da realidade, remontando Kosik (1976), uma *pseudoconcreticidade* em que apenas o aparente é considerado real. Essa imposição ideológica não é nada aleatória, ela é realizada para que a burguesia mantenha a acumulação de capital sem maiores transtornos, sem que a raiz do problema seja questionada. Logo, a pesquisa que se limita aos parâmetros gnosiológicos da modernidade não consegue adentrar no cerne das questões propostas, ou seja, no ser do objeto, pois o ponto de chegada, a saber, o resultado da pesquisa, em tal perspectiva, é a somatória de dados fenomênicos que não podem ser explicados isoladamente da totalidade.

Um grande amontoado de dados é o que a perspectiva gnosiológica oferece como resposta científica à humanidade para disfarçar a decadência da sociedade burguesa e a possibilidade de sua finitude. Mas, a burguesia não teria como escamotear a realidade para sempre. O método de Marx consiste justamente em evidenciar a realidade como ela é. É partir do ser para o conhecer. A existência precede o conhecimento. Tal imposição ontológica é inaugurada por Marx e desenvolvida principalmente por Lukács (2018)¹¹, entre outras pensa-

doras e pensadores contemporâneos, que não reduzem Marx ao mero economicismo ou politicismo, muito menos amputam o caráter filosófico-ontológico de suas obras, mas que a compreendem como uma totalidade formada por questões econômicas, filosóficas, políticas, históricas, ideológicas, sociais, éticas e estéticas, em que pese o momento predominante da economia enquanto processo de produção da vida material dos seres humanos.

Assim, Marx não é um clássico da economia política ou da cientificidade moderna, mas sim “é o instaurador de um padrão radicalmente novo de conhecimento” (Tonet, 2013, p.69). A teoria social marxiana não supera o problema do conhecimento criando regras metodológicas. Marx supera o problema do conhecimento — *a suposta dicotomia entre mundo e razão* — por meio da análise das categorias do real, a qual tem como momento fundante o trabalho (síntese entre teleologia e causalidade). Não há como responder às questões do conhecimento sem compreender que sua função social está diretamente ligada à *praxis* do processo de trabalho enquanto fio condutor de todas as objetivações humanas, em cada época histórica (Lukács, 2018).

Para Marx, os seres humanos podem conhecer a essência e o fenômeno, pois o cerne da questão é o ser, em outras palavras, o que pesa para a análise marxiana no problema do conhecimento é saber o que a realidade é. Para isso, o autor abstrai uma série de complexos categoriais da realidade para podermos compreendê-la em seu *ser-precisamente-assim*. Exemplo disso notamos na sistematização d’*O Capital*. Antes de situar historicamente as categorias, Marx trata delas de forma abstrata, ele traduz a substância real para a razão e traduz

11 É considerado o maior filósofo do século XX, porquanto resgatou e sistematizou a filosofia histórico-ontológica marxiana através da obra *Para a Ontologia do Ser Social*, entre outras obras magnânicas como a *Estética*.

novamente o concreto pensado à forma escrita, de modo a desmistificar as elucubrações do capital. Por isso, a obra é iniciada pela forma-mercadoria e todo o seu complexo categorial, depois segue à forma-dinheiro e ao processo de circulação das mercadorias, e somente em seguida ao capital, porque são categorias que se relacionam continuamente no sistema do capital e precisam ser dissecadas por Marx para a compreensão da totalidade da pesquisa concernente à anatomia da sociabilidade burguesa.

Isso significa que, desde o princípio da escrita d’*O Capital*, Marx já possui os elementos da sociabilidade burguesa madura, mas utiliza, como método de exposição, a abstração de uma categoria, para essa ser entendida no conjunto da obra posteriormente. O método de Marx parte do singular ao universal, para encontrar no caminho de volta a particularidade de tal objeto, o concreto pensado. O pensador supera o problema do conhecimento sobrepujando a dicotomia entre aparência e essência. Ambas são unidades de um mesmo objeto histórico e socialmente situado e fazem parte de uma totalidade social. Através desse percurso, Marx constata ontologicamente a *praxis* humana como mediação entre subjetividade e objetividade.

Faltava aos modernos o conceito de práxis. Não meramente como um conceito gnosiológico, mas como uma categoria ontológica, um produto da própria realidade madura da sociabilidade, produzida pelo capitalismo maduro. A práxis, como veremos mais adiante, é exatamente o conceito que traduz a forma como se articulam subjetividade e objetividade, sob a regência desta última, em todas as atividades humanas (Tonet, 2013, p. 73).

O problema do conhecimento em Marx é resolvido mediante a

constatação ontológica da articulação histórico-social entre subjetividade e objetividade através da praxis humana advinda do momento fundante: o trabalho (Lukács, 2018). Enquanto na perspectiva gnosiológica há uma cisão entre filosofia e ciência, no prisma ontológico histórico-social “essa cisão entre filosofia e ciência desaparece [...]”. A unitariedade do ser impõe que também haja uma relação íntima entre esses dois momentos do saber” (Tonet, 2013, p. 75). Desta feita, o método marxiano não foi sistematizado pelo filósofo revolucionário na forma de regras pré-estabelecidas. As contribuições de Marx para a instauração de uma nova cientificidade, a ciência do proletariado, estão contidas de forma esparsa ao longo de suas obras.

Diferentemente dos pensadores modernos, Marx não escreveu uma obra específica sobre o seu método. Os referenciais ao método marxiano podem ser encontrados nas seguintes obras: “[...] nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em *A Sagrada Família*, na *Miséria da Filosofia*, em *A ideologia alemã*, em *O Capital* e no *Posfácio à 2ª edição alemã de O Capital*. Além disso também temos as famosas páginas sobre *O método da economia política* encontradas tanto nos *Grundrisse* como na *Introdução geral à crítica da economia política*, de 1857 (ibid., p. 70, itálicos do autor).

O método de Marx tem seu ponto de partida na categoria trabalho (síntese entre teleologia e causalidade) enquanto eterno intercâmbio material entre ser humano e natureza. Tal categoria é fundante do ser social porque é através dela que o ser humano pode se complexificar subjetiva e objetivamente. O ser social possui a capacidade de impor finalidades às objetivações do real, assim se

diferencia do animal irracional. Em síntese, o ser humano, por meio de uma relação dialética entre subjetividade e objetividade mediada pela *praxis* humana fundada no trabalho, pode transformar a realidade aos seus fins com o momento predominante da objetividade que limita o campo de possibilidades de objetivação (Lukács, 2018). Nesse sentido, o trabalho funda o ser social porque “é um momento constitutivo essencial do seu processo de entificação” (Tonet, 2013, p.81). Assim, o ser humano possui uma capacidade tanto de *abstração* como de *generalização* das objetivações humanas. Na medida em que se aproxima sucessivamente do real, o indivíduo é capaz de extrair da realidade possibilidades diferentes de transformação da natureza para além de suas leis naturais (*causalidade*), empregando a *teleologia* a fim de realizar um determinado objetivo. Logo, ao utilizar a capacidade teleológica para transformar a realidade de acordo com fins postos pelo indivíduo e regidos pelo movimento do real, o ser humano tem a capacidade de generalização das objetividades passadas, de modo a evitar a repetição do mesmo, ou seja, o trabalho permite a “ininterrupta produção do novo” (Lukács, 2018, p.22).

Marx também denota duas categorias fundamentais para a compreensão de seu método: a *mediação* e a *contradição*. Para traduzirmos o real à mente são necessárias determinadas mediações, como a abstração e a generalização inscritas na radical historicidade e socialidade do ser social, por exemplo. Mas a questão ainda vai além. Quando buscamos entender a “lógica da coisa”, é necessário compreender que o momento predominante do conhecimento não é do indivíduo, mas sim do gênero humano; por conseguinte, faz-se necessário elucidar a categoria da contradição para entendermos que em uma sociedade de classes, em específico no sistema do capital, há diversas contradições que impedem o conhecimento da realidade.

Devido à tentativa de supressão dessas categorias do conhecimento científico, a perspectiva gnosiológica é limitada. Somente por intermédio da ontologia histórico-social marxiana, resgatada por Lukács, é possível traduzir o real à ideia e desvelar as contradições inerentes ao capital. O método de Marx transcende a cientificidade moderna porque lança abaixo os falsos entraves ao conhecimento dados pela base material burguesa que visa manter o conhecimento científico na fenomenalidade da realidade. Ao contrário, o método de Marx supera o problema do conhecimento. Infere Lukács (2018) que o conhecimento científico deve buscar pelo “conteúdo do ser”: *essa é a constatação ontológica que permite a tradução do real ao ideal e abre os caminhos para uma iminente possibilidade revolucionária da classe proletária.*

Através da busca pelo “conteúdo do ser”, nos enveredaremos sobre o tema central de nossa pesquisa: a relação entre racismo e sistema do capital. Desvendá-la configura-se como a tentativa proposta nesta pesquisa. Por meio de sucessivas aproximações, chegamos inicialmente a sua aparência fenomênica, ou seja, aos dados empíricos sobre o objeto de pesquisa. Na perspectiva gnosiológica, tais dados podem se configurar como um possível resultado do processo de pesquisa, porém, limitar-se ao fenômeno é permanecer na ordem do aparente, na qual se constata que há racismo na ordem burguesa, quantifica-se o racismo, mas não alcançamos a sua essência. Somente através da ontologia histórico-social, inaugurada por Marx e sistematizada por Lukács, conseguimos chegar ao *ser-precisamente-assim* desse objeto, por isso, utilizamo-nos do método marxiano para ir além do aparente, dado que é nodal chegarmos à essência. Iniciamos a pesquisa por meio do ponto de partida fenomênico, singular. Este nos aponta o racismo como uma categoria existente no cotidiano capitalista. A pesquisa

científica, então, deve ir além desse fato e investigar origem, causas, efeitos, interconexões, para descobrir as leis imanentes do objeto, em que ressaltamos a ciência em seu caráter desantropomórfico: “esse reflexo se esforça por refigurar os objetos e suas relações tal como são em si” (Lukács, 1966, p. 24, tradução nossa).

O alcance da pesquisa científica, impulsionado pela necessidade de conhecer a realidade para além do cotidiano, se expressa como reflexo científico desantropomorfizador. [...] Trata-se de um tipo de reflexo na consciência dos homens que originalmente se dirige ao objeto no sentido do seu ser em-si, bem como ao reconhecimento da existência da natureza como realidade objetivamente existente e portadora de leis próprias, desvencilhando-se da influência de ideias preconcebidas, sejam daquelas valorações preestabelecidas na vida cotidiana, sejam daquelas de origem religiosa (Costa, 2015, p. 362).

Trazemos, assim, alguns dados da realidade que denotam a existência do racismo. A constatação da atualidade do genocídio do povo negro e indígena no Brasil, nos leva a pensar no porquê desse processo, de modo a apreender que determinados povos estão sendo dizimados e buscar a razão disso. Quanto mais nos aproximamos do real, conseguimos ter dimensão de suas leis imanentes, para nesse caso traduzir, através do método acima mencionado, que não é coincidência que a maioria dos mortos pela polícia sejam negros, bem como não é coincidência que um homem negro imigrante pode ser espancado e assassinado coletivamente no Brasil em 2022¹² e se tornar

12 SANTOS, Eliane. Medo, dor e esperança: um retrato da vida no Rio de congoleses, abalados pela morte de Moïse. **G1**. 6 fev. 2022. Disponível em : <https://>

mais uma estatística, mais um número entre os dados fenomênicos da realidade que não nos revela de imediato a substância desse ser.

Utilizamos, para fundamentar o processo de racialização, autores como Almeida (2018), que apreende o racismo como estrutural na sociabilidade burguesa, bem como Fanon (2008)¹³, que desmistifica as diferenças objetivas entre branco e negro (ou racializado, em geral) devido ao processo de racialização. Tal diferenciação apenas pode ser compreendida precisamente por meio da constatação duma relação dialética entre classe e raça (Davis, 2016), em que a burguesia construiu a branquitude num processo de transformação do mundo a sua imagem e semelhança. Fanon denuncia, portanto, as consequências do processo de racialização empreendido pela burguesia, com tímidas menções à letra marxiana. Césaire (2006) também é basilar para a compreensão do racismo, realizando críticas diretas ao sistema do capital, em que denota o genocídio como contumaz à ordem burguesa, e demonstra como o processo de colonização é cabal para possibilitar a acumulação capitalista. Este autor também empreende uma crítica ferrenha ao cristianismo como ferramenta ideológica fundamental junto à colonização.

Além da denúncia do processo de racialização e racismo estrutural como empreendimento burguês, em que a mundialização do capital teve sua gênese no processo colonizatório (Santos Neto, 2020), perscrutamos diversas autoras e autores para compreender-
g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/06/medo-dor-e-esperanca-um-retrato-da-vida-no-rio-de-congoleses-abalados-pela-morte-de-moise.ghtml
 Acesso em: 9 fev. 2022.

¹³ Tal autor não se configura como marxista, utilizamo-nos de suas contribuições sobre o processo de colonização e racialização, a despeito das contradições postas em seu texto. Apesar delas, o autor contribui para a compreensão das diferenças entre negro (ou racializado) e branco na sociedade capitalista, bem como às consequências do processo colonizatório à saúde mental dos povos racializados.

mos as consequências desse processo aos povos racializados. A desumanização e a construção do mito do selvagem são exemplos das artimanhas burguesas para promover a acumulação de capital utilizando a força de trabalho dos povos autóctones. Apreendemos, portanto, a particularidade da desumanização racista como uma forma peculiar de desumanização, que se manifesta como intensificação da exploração e extração de mais-valor sobre pessoas racializadas. A desumanidade empreendida sobre as pessoas escravizadas se generaliza com o pleno estabelecimento do trabalho assalariado, em que a classe trabalhadora, e a riqueza produzida por esta, é transformada em mercadoria, portanto, alienada de seus produtores, de modo que os parasitas burgueses possam alavancar a acumulação de capital. A burguesia só pode alcançar o périplo da sociedade enquanto classe dominante do capitalismo por meio do tráfico e escravização de pessoas racializadas e escravizadas (Willians, 1975).

Diante desse enleio, em que pessoas são racializadas para serem desumanizadas e escravizadas pelo sistema do capital, erguemos nesta pesquisa considerações sobre as manifestações da revolta de tais povos. Para tanto, remontamos considerações sobre o reflexo estético produzido pelos povos racializados, a saber, as letras das músicas da capoeira e o romance literário de Maryse Condé (2020). Destacaremos, assim, categorias constatadas pelo pensador magiar através de sua teoria do reflexo, a saber, *antropomorfização e desantropomorfização, transcendência e imanência*, para denotar a vasta humanidade de povos que, mesmo com a tentativa burguesa de sua desumanização, resistiram e lutaram contra o sistema do capital, desde antes da conformação do modo de produção capitalista. A revolução hatiana, iniciada em 1791 (James, 2000), bem como a construção de uma nova forma de produção através dos quilombos no Brasil (Santos Neto, 2020a),

comparecem como expressão da resistência desses povos, refletidas na forma estética, visto que “todas as formas de reflexo — das que analisamos em primeiro lugar, o da vida cotidiana, o da ciência e o da arte — reproduzem sempre a mesma realidade objetiva” (Lukács, 1966, p. 21, tradução nossa).

Somente por meio do trabalho o ser humano pode exercer objetivações superiores a exemplo da ciência, em seu caráter desantropomorfizador e imanente, bem como da arte, que reflete cismun-danamente o caráter antropomórfico e também imanente, configurando o parentesco estrutural entre ciência e arte em sua imanência: “[...] a imanência é uma exigência insuperável do conhecimento científico e da conformação artística” (Lukács, 1966, p. 26, tradução nossa). Assim, tais categorias, exemplares das objetivações superiores humanas, brotam do trabalho, no solo do cotidiano, como expressões da humanização do ser social. Desta forma, *desantropomorfização* e *antropomorifização*, bem como *transcendência* e *imanência*, são consideradas categorias nodais para a compreensão do erguimento estético lukacsiano (Santos, 2018). Por isso, enfatizamos a arte e a poesia dos explorados como uma contraposição imanentemente humana ao processo de desumanização empreendido pela burguesia. Afirmamos aqui, reflexos estéticos produzidos pelos povos racializados, seja através da poesia, da música, ou do romance literário, são “como uma espécie de esgrima contra as relações inumanas constituídas pelo sistema do capital” (Santos Neto, 2017, p. 12).

Tais autoras e autores, além de outros tantos denunciadores do racismo, nos mostram que não faltam desgraças para denunciar como os povos racializados estão sendo explorados e dizimados cotidianamente. As consequências do processo de racialização estão inscritas de forma cabal na letra de Angela Davis (2018), em que tratará

sobre a função social do cárcere na sociabilidade burguesa através do complexo industrial-prisional, bem como na contribuição de Carolina Maria de Jesus (1960), cuja obra denuncia as condições de vida dos povos racializados, amontoados na favela e “amarelos” de fome. Sob as mais diversas tergiversações, o povo negro continua a ser açoitado; contudo, agora a exploração escravizada converte-se em precarização do trabalho assalariado, bala da polícia e cárceres lotados.

Os negros correspondem a 66,7% dos 657,8 mil presos no Brasil em que há a informação da raça/cor disponível, somando 438 mil pessoas. Para cada não-negro cumprindo pena até 2019, duas pessoas negras estavam em situação de cárcere. Os dados são do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado no início da semana pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Guimarães, 2020).

Os povos indígenas também sofrem a ofensiva cruel da burguesia em tomar-lhes as poucas terras que os restam através de novas legislações, como a proposta do Marco Temporal, que busca favorecer o agronegócio, além da dizimação de tal povo¹⁴. “Estima-se que a população indígena no Brasil no ano de 1500, quando os primeiros colonizadores chegaram, variava entre 4 e 10 milhões de pessoas. Passados 517 anos, a população indígena foi reduzida para 816.917 pessoas, representando apenas 0,47% da população brasileira atual” (GARCIA, 2017, n. p.). Tudo isso se passa sob a luz do dia da democracia bur-

14 ALESSANDRA, Bruna. Cadê os Yanomami? Mais de 20 indígenas de comunidade queimada após estupro estão desaparecidos. **Revista Forum**. 3 mai. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2022/5/3/cad-os-yanomami-mais-de-20-indigenas-de-comunidade-a-apos-estupro-esto-desaparecidos-115812.html>. Acesso em: 3 mai. 2022.

guesa, em que pairam sobre essas pessoas o caráter de desumanidade. Desumanizar para matar é a tônica do sistema do capital.

É primordial também que entendamos o racismo estrutural como uma expressão da “questão social”. Esta se delinea desde o amadurecimento das classes sociais fundamentais do capitalismo, ou seja, quando o antagonismo entre burguesia e proletariado é evidenciado pela intensificação da luta de classes com o amadurecimento da classe operária. Assim, [...] “se pode configurar a questão social a partir da articulação entre os determinantes essenciais da acumulação capitalista, a reação dos trabalhadores através da luta de classes contra a exploração e as respostas do Estado no sentido de conservação da sociedade e na contenção dos conflitos sociais”(Costa, 2010, p. 3). Seguindo os trilhos marxianos, a “questão social” é fruto da lei geral da acumulação capitalista, na qual o processo de acumulação do capital gera, em contraponto, a acumulação da miséria e pobreza, levando a vida de trabalhadoras e trabalhadores à desgraça da exploração incessante para obtenção de mais-valor através da constante valorização do valor.

[...] todos os métodos de produção de mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo

tempo, a acumulação da miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 2017, p. 720-721).

A “questão social”, portanto, tem “seu núcleo essencialmente fundado pela “lei geral da acumulação capitalista” (Santos, 2012, p. 26). Nesse sentido, a análise marxiana sobre anatomia do capital revela a raiz da “questão social” na própria forma de ser desse sistema, que produz e reproduz uma contradição irreconciliável entre capital e trabalho. Assim, o racismo estrutural, por ser resultado dessa contradição imanente ao sistema do capital, desenlace da ofensiva do capital sobre o trabalho, configura-se como uma expressão da “questão social”. Porquanto o capital utilizou-se do mecanismo racista para aumentar o nível de extração e acumulação de mais-valor, de modo a alavancar o mercado mundial e permitir o estabelecimento do modo de produção capitalista.

Ressalta-se também a necessidade do debate acerca do racismo no âmbito do Serviço Social, visto que o mecanismo racista, além de ser estrutural, também se dissemina a nível individual e institucional, implicando em diversas consequências às pessoas racializadas em todos os âmbitos da sua vida. A (o) assistente social precisa ter plena consciência sobre o processo de racialização para atuar profissionalmente sobre as diversas expressões da “questão social”. Tal profissional atua no cotidiano¹⁵ da classe trabalhadora, por isso há que se ter ciência das múltiplas determinações que pairam a vida dos seus usuários. Dito isto, compreendemos o Serviço Social para além duma

15 [...] reivindicamos a construção de projetos profissionais que nos permitam fazer a “crítica ontológica do cotidiano” (Guerra, 2007, p. 12)

visão endogenista (Montaño, 2011), porquanto a profissão situa-se através da configuração socio-histórica que permitiu sua emergência no capitalismo monopolista (Netto, 2007). Destarte, tal pesquisa visa contribuir com a tradição marxista do Serviço Social.

Sem Marx e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se - independentemente de sua filiação teórica e ideopolítica, o assistente social precisa travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais de sua prática, de fragilizar sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos (Netto, 1988, p. 101).

Desta feita, este livro está dividido em dois capítulos. O primeiro é intitulado *Fundamento ontológico do racismo estrutural* e subdividido em três itens: 1.1. *Acumulação primitiva do capital, colonização e racialização*; 1.2. *Racismo estrutural, desumanização e construção do mito do “selvagem”*; e 1.3. *Desumanização, fetiche da mercadoria e alienação*. O primeiro item foi construído por meio de uma análise imanente dos capítulos 24 e 25 do Livro I d’O Capital, em que se dão as bases materiais da origem do racismo no sistema do capital. Acumulação primitiva do capital e colonização estão no cerne do processo de racialização, portanto, do racismo estrutural. A racialização dos povos ultramares foi utilizada pela burguesia para cometer o maior genocídio da história da humanidade inscrito na escravização colonial (Todorov, 1993). Assim, analisamos a história da burguesia para apreendermos a sua natureza assassina, corrupta, exploradora e saqueadora do mundo. Mediante as leis de cercamento e clareamento da propriedade comunal, onde a propriedade pessoal é eliminada, a burguesia conseguiu acumular riquezas e expandir seus negócios além-mar através do sistema colonial.

Ao encontrar povos noutros lugares do mundo, a burguesia tratou de desumanizá-los através do processo de racialização, para transformar suas terras e corpos em propriedade privada, a serviço da valorização do valor. Daí surge o racismo estrutural, como um mecanismo burguês de desumanização de uma parcela de pessoas para a intensificação da extração e acumulação de mais-valor. Então, adentramos no segundo item que versará através de Almeida (2018), Fanon (2008) e Césaire (2006), sobre a relação intrínseca entre racismo, colonização, cristianismo e expansão do capital, bem como o processo de desumanização e demonização dos povos racializados, em que estes são tratados como “selvagens”. No terceiro item, trataremos sobre a desumanização enquanto nodal ao amadurecimento do modo de produção capitalista, em que esta é empreendida inicialmente contra os povos racializados e generalizada à classe trabalhadora, transformada em mercadoria e alienada de sua própria produção, por meio do trabalho assalariado. Além de impor estruturalmente o racismo, a burguesia também sistematiza-o pseudocientificamente.

O segundo capítulo denominado *Revolta das pessoas escravizadas contra o capital* também é sistematizado em três itens: 2.1. *Reflexo estético, autoconsciência e humanização*; 2.2. *Vadiagem e resistência: a capoeira como expressão da revolta contra o capital*; e 2.3. *Revolta e resistência das mulheres negras em Tituba de Maryse Condé*. O racismo desdobra-se em revolta, este é o tema central do capítulo. Discorreremos sobre o reflexo estético construído pelos explorados, através das músicas de capoeira e do romance literário, como uma contraposição à desumanização empreendida pelo sistema do capital, levando em consideração que essa forma de reflexo possui a imanência humana, em que através dela o ser humano tende a alcançar autoconsciência de si e do gênero humano.

Enquanto exemplos desse processo, constatamos a capoeira como expressão da revolta dos povos racializados e escravizados pelo capital. A capoeira configura-se como uma simbiose entre dança e luta, nas palavras do Mestre Pastinha¹⁶, ela pode ser uma diversão entre camaradas ou uma arma contra os inimigos. Assim, erguemos uma análise sobre a estética da letra de sete músicas de capoeira¹⁷. Esta, por sua vez, consiste numa sofisticada forma de resistência corporal e mental contra os exploradores. As letras refletem o real, denunciando a exploração brutal da força de trabalho escravizada, a revolta das pessoas escravizadas e as retaliações empreendidas pelos escravizados¹⁸ contra o capital, que tem sua expressão plena na constituição da Revolução do Haiti (James, 2000), bem como na formação dos quilombos, a exemplo de Palmares (Santos Neto, 2020a).

Por fim, engendramos uma análise estética sobre o romance *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*, em que Maryse Condé (2020) denuncia a particularidade da mulher negra (ou racializada) que passa pelo processo de escravização, desumanização racista e submanização patriarcal, denunciado por Angela Davis (2016) em seu clássico *Mulhe-*

16 Vicente Ferreira Pastinha (Salvador, 5 de abril de 1889 — Salvador, 13 de novembro de 1981) foi um dos principais mestres da capoeira e difusor da modalidade tradicional chamada capoeira Angola.

17 Neste curto espaço expositivo, nos limitamos a analisar somente a letra dessas músicas.

18 Recorremos ao termo escravizado (MUNANGA, 2006) visto que: “Em qualquer circunstância, a escravidão é uma instituição desumanizante e deve ser condenada. O homem nasce livre até que alguém o escravize. Portanto, o próprio conceito está errado. O correto é “escravizado”, não “escravo”. Não há uma categoria de escravo natural. Porém, esse conceito já está enraizado na literatura.”(AFROPRESS, 2005, n. p., itálico nosso)

res, Raça e Classe, bem como por autoras como Lélia Gonzalez (2020)¹⁹. Assim, demarca-se a particularidade do racismo sobre a mulher negra que implica o estupro sistemático e coletivo de seu corpo para reproduzir a força de trabalho escravizada e continuar a extração e acumulação de mais-valor. Além disso, abordamos a demonização da mulher negra, em que é tratada como “bruxa”²⁰ para ser punida e servir de exemplo a outros escravizados revoltosos.

A argumentação empreendida neste livro pretende, portanto, analisar a origem, natureza e função social do racismo no sistema do capital, em que demarca a gestação do capitalismo na acumulação primitiva do capital, como o berço do racismo estrutural. Desta feita, reconhecemos a burguesia como a responsável pela escravização e dizimação dos povos racializados, bem como pelo processo de desumanização e demonização que pairam sobre a vida desses povos, onde se ressalta a revolta das pessoas escravizadas através da capoeira, e a particularidade do racismo sobre a mulher negra por meio do recurso estético à literatura, sob o crivo da crítica à economia política.

19 Esta autora não possui vinculação marxista, porém, revela dados importantes sobre o povo negro, especialmente sobre a particularidade das consequências do racismo à mulher negra.

20 A música *Triste, Louca ou Má*, segundo *single* de SOLTASBRUXA, primeiro álbum de Francisco, El Hombre, reflete o processo de transformação da mulher em “bruxa”.

CAPÍTULO PRIMEIRO: FUNDAMENTO ONTOLÓGICO DO RACISMO²¹

Ao tratar sobre a acumulação primitiva do capital, Marx (2017) demonstra o processo de constituição das classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista. Assim, no primeiro item deste capítulo, intitulado *1.1 Acumulação primitiva do capital, colonização e racialização*, discorreremos sobre as formas nada idílicas nas quais a burguesia transformou o mundo, a sua imagem e semelhança, com o intuito primeiro de acumular capital. Desse modo, o autor supracitado remonta os cercamentos e clareamentos, nos quais grandes massas de servos e camponeses foram expulsos e assassinados, para que o capital em ascensão se apropriasse de suas terras e pudesse proletarizá-los, visto que sem a posse sobre terras e meios de produção, restaria à trabalhadora e ao trabalhador somente vender sua força de trabalho. Esta, por ser a única que produz mais-valor do que aquele objetivado no trabalho morto, é a peça-chave para que o capital possa manter sua incessante acumulação.

Além da expropriação, também há a subjugação desses novos “trabalhadores livres” à disciplina do trabalho assalariado. Marx (2017) aborda as leis sanguinárias contra uma suposta “vagabundagem” que obrigava trabalhadores europeus a se submeterem às mais

21 Parte deste capítulo está publicada em formato de artigo na revista *Germinal: marxismo e educação em debate*, sob o título *Colonização e racismo estrutural: notas sobre a relação entre racismo e capital*. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49307/27440> Acesso em: 13 jul. 2023.

insalubres condições de trabalho. Fora isso, a opção era morrer de fome, açoitado, ou queimado a ferro em brasa, conforme demonstra a letra marxiana. Ao mesmo tempo em que a burguesia empreendia o processo e transformação do servo europeu em proletário, também havia a necessidade de transformar os povos encontrados além-mar em assalariados para produzir mais-valor. A colonização, portanto, aconteceu como expressão da mundialização do capital (Santos Neto, 2020), em que a burguesia precisava se expandir para posteriormente derruir o sistema feudal e se consolidar como classe dominante do modo de produção capitalista.

O tratamento dispensado aos povos autóctones pela empresa colonizadora revela o fundamento ontológico do racismo estrutural, em que o processo de racialização foi criado para delegar a estes povos o caráter de desumanidade. No segundo item, denominado *1.2 Racismo, desumanização e construção do mito do “selvagem”*, argumentamos sobre as consequências da racialização aos povos racializados. Desumanizar para explorar e dizimar, esta é a tônica da burguesia, que desumanizou povos inteiros sob o crivo do racismo, para escravizá-los e transformar suas terras em propriedade privada burguesa. Somente com a generalização da propriedade privada e do trabalho assalariado é possível o estabelecimento do modo de produção capitalista. Por isso, raça e racismo, enquanto mecanismos estruturais, são um constructo burguês, utilizado desde o processo colonizatório para denominar os povos autóctones enquanto raças; em contrapartida, a burguesia branca seria uma espécie de não-raça (Almeida, 2018), pois a branquitude seria a representante ideal do gênero humano, enquanto os racializados são desumanizados.

Além da desumanização, paira sobre a pessoa negra (ou racializada), o mito do selvagem e a demonização de suas expressões

culturais, religiosas e estéticas, em que os colonizadores europeus não reconhecem os povos autóctones como seres humanos. Tais povos são designados como selvagens por possuírem um modo de vida completamente oposto ao mundo burguês em ascensão. Assim, utilizamo-nos de Todorov (1993), para compreender a colonização do ponto de vista de Colombo, em que trata indígenas como animais irracionais, bem como tratamos sobre as considerações de Fanon (2008) e Césaire (2006) para destrinchar o processo de construção do mito do selvagem e realizar uma crítica ao cristianismo como arma ideológica burguesa durante a colonização. Ademais, mencionamos brevemente alguns teóricos racistas, que sistematizam o “racismo [pseudo]científico”, atribuindo falsamente que a “raça branca” seria biologicamente superior aos demais povos. Compreendemos esta marcha como uma ofensiva burguesa para fomentar o racismo estrutural, criado no berço da acumulação primitiva do capital.

No terceiro item, alcunhado *1.3 Desumanização, fetiche da mercadoria e alienação*, apreendemos os caracteres específicos do processo de desumanização racista, enquanto nodal ao amadurecimento do modo de produção capitalista. A desumanização empreendida inicialmente contra os povos racializados é generalizada à classe trabalhadora com o estabelecimento do trabalho assalariado. Tal classe é transformada em mercadoria e alienada de sua própria produção, por meio do trabalho assalariado. Além de impor estruturalmente o racismo, a burguesia também sistematiza-o pseudocientificamente.

1.1 Acumulação primitiva do capital, colonização e racialização

A DE Ó

Estamos chegando do fundo da terra,
estamos chegando do ventre da noite,
da carne do açoite nós somos, viemos lembrar.
Estamos chegando da morte dos mares,
estamos chegando dos turvos porões,
herdeiros do banzo nós somos, viemos chorar.
Estamos chegando dos pretos rosários,
estamos chegando dos nossos terreiros,
dos santos malditos nós somos, viemos rezar.
Estamos chegando do chão da oficina,
estamos chegando do som e das formas,
da arte negada que somos, viemos criar.
Estamos chegando do fundo do medo,
estamos chegando das surdas correntes,
um longo lamento nós somos, viemos louvar.

A DE Ó

Estamos chegando dos rios fogões,
estamos chegando dos pobres bordéis,
da carne vendida que somos, viemos amar.
Estamos chegando das velhas senzalas,
estamos chegando das novas favelas,
das margens do mundo nós somos, viemos dançar.
Estamos chegando dos grandes estádios,
estamos chegando da escola de samba,
sambando a revolta chegamos, viemos gingar.

A DE Ó

Estamos chegando do ventre de Minas,
estamos chegando dos tristes mocambos,
dos gritos calados nós somos, viemos cobrar.
Estamos chegando da cruz dos engenhos,
estamos sangrando a cruz do batismo,
marcados a ferro nós fomos, viemos gritar.

Estamos chegando do alto dos morros,
 estamos chegando da lei da baixada,
 das covas sem nome chegamos, viemos clamar.
 Estamos chegando do chão dos quilombos,
 estamos chegando no som dos tambores,
 dos Novos Palmares nós somos, viemos lutar.

A DE Ó

Milton Nascimento / Dom Pedro Casaldáliga / Pedro Tierra
 (Álbum: Missa dos Quilombos, 1982)

Somos dos Novos Palmares de cada dia. Dos Palmares construídos para organizar a revolta dum povo de luta, por ter que lutar. A luta não é uma escolha para determinados povos massacrados pela exploração capitalista, mas uma expressão de sua revolta e resistência. A luta segue, por isso precisamos compreender quem são nossos verdadeiros inimigos para nos organizarmos contra eles. Aqueles que fizeram nossa carne de açoite, são os mesmos que o fazem hoje. Os traficantes de pessoas escravizadas, ou simplesmente, burgueses, são os responsáveis pela gestação e nascimento do racismo estrutural. Assim, examinaremos a origem do sistema do capital para apreendermos o fundamento ontológico²² do racismo nesta sociabilidade. O nosso intuito, portanto, é compreender a origem, natureza e função social do racismo estrutural, para vislumbrarmos a possibilidade de sua destruição. Veremos mais adiante que o racismo está inserido

22 Não nos cabe neste curto espaço realizar uma discussão sobre a ontologia. Para tal debate conferir a obra lukacsiana *Para a Ontologia do Ser Social*. O que nos interessa é debater sobre o fundamento ontológico do racismo, ou seja, a compreensão de sua origem, natureza e função social de modo a alcançarmos o seu *ser-precisamente-assim*, para usarmos termos do filósofo húngaro.

numa totalidade formada por um complexo de complexos²³, em que a sua origem ontogenética está diretamente associada à acumulação primitiva de capital e à colonização. Perscrutamos o sistema do capital de modo a concernir a origem do racismo nesta sociabilidade, que nasce acoplado à estrutura do capital na sua gênese acumulatória. Tal processo de acumulação culmina na Revolução Francesa (1789), enquanto ápice da consolidação do modo de produção capitalista, transformando radicalmente a forma de ser feudal e trazendo ao périplo da sociabilidade uma nova classe dominante: a burguesia. Esta classe passa a concentrar o poderio econômico, social, político, ideológico, cultural e estético sobre a nova conformação das classes sociais fundamentais. Burguesia e proletariado não podem ser compreendidos em sua totalidade sem considerarmos o racismo estrutural embrionado no processo de acumulação originária.

Assim, iniciamos este breve escrito com a análise dos capítulos 24 e 25 d’*O capital*, que versam, respectivamente, sobre a acumulação primitiva do capital e a colonização. Ressaltamos que o interesse marxiano em compreender tais processos parte da premissa de buscar a essência da anatomia do capital desde os seus primórdios. “A assim chamada acumulação primitiva” destrinchada por Marx refere-se ao processo de conformação das classes sociais modernas, a saber, burguesia e proletariado, como questão fundamental para o estabelecimento do modo de produção capitalista no século XVIII. Nas palavras do próprio Marx (2017, p. 786), “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Nesse ínterim, a designada “pré-história do capital” ou “pecado original” que institui a “pobreza da grande massa” (ibid., p. 786) se configurou como uma

23 Expressão lukacsiana.

sistemática subjugação, expropriação e violência aos servos e camponeses para estabelecer as condições necessárias de desenvolvimento do capital.

A lei geral da acumulação capitalista estudada e exemplificada por Marx no capítulo 23 do Livro I, enquanto uma tendência acumulatória incontrolável de capital (Mészáros, 2002), é resultado do processo de acumulação primitiva, iniciado na Europa com o “assassínio para roubar” dos seus próprios nativos, em que a questão da propriedade configura-se como central. O capital necessita da propriedade privada sobre os meios de produção e também sobre a força de trabalho para se desenvolver enquanto tal. Estas condições foram conquistadas não de forma idílica, mas por meio da violência aberta e encarniçada, porquanto “[...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2017, p. 787). A violência empreendida como basilar ao sistema do capital foi utilizada de forma ainda mais perversa no processo colonizatório. Antes de seguirmos os trilhos para compreender a colonização propriamente dita, vejamos como a burguesia em ascensão tratou de aniquilar a existência de servos e camponeses europeus para derruir o sistema feudal por completo.

O processo de conformação das classes sociais modernas, ou seja, “de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho” (ibid., p. 786), configurou-se como a história da expropriação e subjugação dos servos e camponeses como base para a formação do trabalho “livre” e posterior generalização do trabalho assalariado. Para tanto, a ascendente burguesia inglesa, após a Revolução Gloriosa²⁴, recorre à

“forma parlamentar de roubo”, com leis instituídas pelo Estado para favorecer a expropriação das massas de trabalhadoras e trabalhadores da posse de suas terras. Marx efetua uma análise minuciosa sobre a criação dessas leis de expropriação em alguns países europeus, com ênfase na Inglaterra. Tais leis possuem o mesmo cerne, a saber, eliminar a possibilidade de o proletariado produzir para si mesmo, expropriando sua terra e tornando-a propriedade privada. Somente retirando o meio de produção das mãos dos produtores diretos é possível encontrar mulheres e homens livres à nova e mais sofisticada forma de exploração: o trabalho assalariado.

Destacamos, desta feita, as *Bill for Inclosures of Commons* (leis para cercamento da terra comunal) que tinham o objetivo de expulsar trabalhadoras e trabalhadores de suas terras para transformá-las em propriedade privada. As artimanhas da classe burguesa em formação culminam na pilhagem e expropriação generalizadas. A expressão plena da usurpação realizada pela burguesia encontra-se na *Clearing of Estates*, ou o mesmo que “clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos” (ibid., p. 800). A Duquesa de *Sutherland*, por exemplo, ordenou a expulsão e extermínio de um condado inteiro para transformá-lo em pastagem de ovelhas. “Toda a terra roubada ao clã foi dividida em 29 grandes arrendamentos, destinados à criação de ovelhas; cada arrendamento era habitado por uma só família, em sua maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas” (ibid., p. 802). “As ovelhas devoram os homens (More apud Marx, 2017, p. 791)”, tal citação da Utopia de Tomas More refere-se ao momento histórico em que pessoas foram

24 Golpe de Estado que levou ao poder Guilherme III de Orange em 1648 (MARX, 2017).

dizimadas para dar lugar às pastagens de ovelhas. Obviamente, as ovelhas enquanto seres irracionais não faziam ideia de que estavam sendo utilizadas como desculpa para a expansão desenfreada do capital, que precisa dizimar a população rural e usurpar a propriedade comunal para proletarizar o servo.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre (Marx, 2017, p. 80).

Os métodos de acumulação primitiva do capital, que permitiram à burguesia tornar-se a classe dominante da sociabilidade burguesa, não são nada idílicos como bem ironiza Marx. O “pecado original” da acumulação primitiva é onde se gesta o modo de produção especificamente capitalista, construído não através de homens espertos que conseguiram magicamente converter dinheiro em mais dinheiro, valor em mais-valor, produto em mais-produto, capital em mais capital. Por trás do fetichismo que perpetra o sistema do capital esconde-se o segredo da extração e acumulação de mais-valor que não é nada mágico. O que a burguesia dissimula de seu passado expropriador é reavivado em nosso presente, pois o sistema do capital continua a realizar sua rotação cada vez mais célere, o que ocasiona um ritmo de exploração deveras degradante e tão violento quanto outrora. O presente denuncia os traumas do passado, e a história nos revela que

a classe burguesa é formada por uma corja de assassinos, genocidas, expropriadores, ladrões, saqueadores, estupradores, enfim, tudo que há de mais perverso em nossa humanidade hodiernamente. Tal fato é constatado na marcha que se inicia na acumulação primitiva do capital desvelada por Marx.

Consumada a expropriação violenta das terras dos servos e camponeses, a burguesia em conluio com o Estado cria e executa leis sanguinárias para forçar os expropriados ao novo modo de vida imposto. Para além da expulsão das suas terras, agora as pessoas “livres” deveriam gozar de sua liberdade vendendo-se pedaço a pedaço de sua carne ao burguês (Marx 1980). Isso jamais seria realizado de forma livre e espontânea como os apologistas burgueses costumam defender. A transição do servo ao proletário não foi pacífica, mas sim embebida no sangue dos mortos nos cercamentos e clareamentos de terras comunais e daqueles que ficaram vivos, para ser mortos gradualmente pela exploração capitalista. As leis sanguinárias criadas para disciplinar o emergente proletariado livre demonstram o caráter de classe inerente ao Estado. Este serve à classe dominante desde os tempos mais longínquos, e agora a “forma de roubo parlamentar”, outrora estabelecida para o roubo da propriedade comunal, converte-se numa forma de coerção letal ao proletariado nascente. A suposta vagabundagem exercida pelos novos seres humanos “livres” era a desculpa para exterminar qualquer pessoa que não estivesse nas fábricas trabalhando para enriquecer o burguês.

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez que fora trazida ao mundo. Por outro lado, os

que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação (Marx, 2017, p. 805).

Não havia vagas para que toda a incipiente classe proletária encontrasse uma ocupação. Mesmo aqueles que a encontravam tinha enormes dificuldades em permanecer nela, devido à intensa exploração sofrida, na qual as jornadas de trabalho eram longas, as condições de moradia insalubres, a alimentação precária e a saúde do proletário escorria pelo ralo da extração de mais-valor. A vida do proletariado se apequena a cada dia em que este é explorado nas fábricas.

O tempo de vida de um meio de trabalho compreende, portanto, sua repetida utilização num número maior ou menor de processos de trabalho sucessivos. E com o meio de trabalho ocorre o mesmo que com o homem. Todo homem morre 24 horas a cada dia. Porém, apenas olhando para um homem não é possível perceber com exatidão quantos dias ele já morreu, o que, no entanto, não impede que companhias de seguros, baseando-se na expectativa média de vida dos homens, possam chegar a conclusões muito seguras e, mais ainda, muito lucrativas (ibid., p. 281).

Os novos proletários, ou seja, aquelas e aqueles que foram consubstanciados na mercadoria chamada força de trabalho, têm parte de suas vidas expropriadas em jornadas de trabalho extenuantes e sucessivas pelo fato de que esta é a única mercadoria que pode valorizar o valor. Em outras palavras, a força de trabalho ao ser consumida enquanto mercadoria produz mais-valor do que o valor objetivado nos trabalhos passados contidos nos meios de produção, meios de trabalho e matérias-primas utilizadas. Tal constatação ontológica marxiana implica que o capital constante (trabalho morto) transfere o valor

passado ao produto, mas somente o capital variável (trabalho vivo) adiciona novo valor ao produto trabalhado. Somente a classe proletária acrescenta mais-valor²⁵ ao produto, e esse é o motivo que justifica a subjugação sobre tal classe, tratada à base do açoite e marcada a ferro para cumprir às novas exigências estabelecidas pela burguesia ávida por mais-valor.

Henrique VIII, 1530: mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem a licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; [...] Em caso de segunda prisão por vagabundagem, o indivíduo deverá ser novamente açoitado e deverá ter a orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o réu deve ser executado como grave criminoso e inimigo da comunidade. [...] Eduardo VI: um estatuto do primeiro ano de seu reinado, 1547, estabelece que quem se recusar a trabalhar deverá ser condenado a se tornar escravo daquele que o denunciou como vadio. O amo deve alimentar seu escravo com pão e água, caldos fracos, e os restos de carne que lhe pareçam convenientes. Ele tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio de açoites e agrilhoamento. O escravo que fugir e permanecer ausente por 14 dias será condenado à escravidão perpétua e deverá ser marcado a ferro na testa com a letra S²⁶; [...] Quando se descobrir que o vaga-

25 O trabalho transfere ao produto o valor dos meios de produção por ele consumidos. Por outro lado, o valor e a massa dos meios de produção postos em movimento por dada quantidade de trabalho crescem na proporção em que o trabalho se torna mais produtivo (Marx, 2017, p. 681).

26 Referente ao termo *Slave* (Escravo).

bundo esteve vadiando por 3 dias, ele deverá ser conduzido à sua terra natal, marcado com um ferro a brasa no peito com a letra V e acorrentado para trabalhar nas estradas ou ser utilizados em outras tarefas. [...] Elizabeth, 1572: mendigos sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser severamente açoitados e ter a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos de idade devem ser executados [...] Jaime I: alguém que vagueie e mendigue será declarado um desocupado e vagabundo. Os juizes de paz, nas *Petty Sessions*, têm autorização para mandar açoitá-los em público e encarcerá-los, na primeira ocorrência, por 6 meses, e na segunda, por 2 anos. Durante seu tempo na prisão, serão açoitados tanto e tantas vezes quantos os juizes de paz considerarem conveniente [...] Os vagabundos incorrigíveis e perigosos devem ser marcados a ferro no ombro esquerdo com a letra R²⁷ e condenados a trabalho forçado, e se forem apanhados de novo mendigando devem ser executados sem perdão” (ibid., p. 806, 807 e 808).

Constatamos a forma grotesca a qual o proletariado foi tratado para obter a “disciplina necessária ao trabalho assalariado” (ibid., p. 808). Além da Inglaterra, como precursora da barbárie capitalista, países como França e Holanda torturaram a classe proletária nascente das maneiras mais brutais, nem mesmo as crianças escaparam dos açoites dos capitalistas, dado que os filhos dos escravizados poderiam ser tomados também para a escravidão sob a tergiversação duma suposta aprendizagem. Os métodos “idílicos” realizados pela burguesia para explorar e dominar o mundo não poupou o emergente proletariado

27 Referente ao termo *Rogue* (Vagabundo).

européu, tampouco poupou de açoites os supostos “selvagens” encontrados no ultramar mediante o processo colonizatório que ocorreu concomitantemente à acumulação primitiva do capital. Vamos mais adiante neste enunciado e afirmamos que ao tempo em que os servos e camponeses europeus foram expulsos da propriedade comunal por meio da “forma de roubo parlamentar” instituída nos cercamentos e clareamentos de terras, o processo de colonização estava a todo vapor cercando e clareando as terras do além-mar, bem como dizimando os povos encontrados no caminho.

Além dos métodos inquisitórios de tratamento ao proletariado europeu, a burguesia também criou leis para desorganizá-lo e proibir qualquer categoria de greve ou manifestação, formando uma “permanente *Trade Union*²⁸ dos capitalistas contra os trabalhadores” (ibid., p. 812). O direito de associação trabalhista foi tratado sob o decreto de 14 de junho de 1791, em que se “declarou toda coalizão de trabalhadores como um atentado à liberdade e à Declaração dos Direitos Humanos, punível com uma multa de 500 libras e privação, por um ano, dos direitos de cidadania ativa” (ibid., p. 812). A organização proletária por redução da jornada de trabalho e aumento de salário era/é considerada um atentado aos direitos humanos dos burgueses em manter a exploração de uma classe por outra. O proletário, com sua força de trabalho transformada em mercadoria, não passa de um objeto a ser vendido para extração de mais-valor contínua até que chegue a morte.

Para além dos métodos de acumulação primitiva impostos no continente europeu sobre os seus conterrâneos proletários, Marx (2017, p. 821) também demarca o processo colonizatório como a “au-

28 Sindicatos.

rorra da era da produção capitalista”. O alvorecer capitalista passa pela expropriação e subjugação de todos os seres humanos não-proprietários dentro ou fora da Europa. Nenhum dos métodos da acumulação primitiva foi realizado de forma parcimoniosa, todos eles pretendiam a usurpação da propriedade da terra, bem como da vida de milhões de seres humanos. Assim, “o maior genocídio da história da humanidade” (Todorov, 1993, p. 6), inscrito na colonização, teve a burguesia como porta-estandarte. Esta carrega o legado do genocídio por onde passa. Nesta questão reside o núcleo da fundamentação ontológica do racismo, porquanto somente podemos compreendê-lo essencialmente através da elucidação de sua função social.

Desta maneira, chegamos a um ponto de inflexão nodal nesta análise: a utilização do mecanismo da colonização se deu pela necessidade de constituição do mercado mundial em que o capital se apropria das “novas” terras e seus habitantes para obtenção de propriedade privada, aumento da extração de mais-valor, e conseqüentemente da acumulação²⁹. Isso significa dizer que o racismo está entranhado no sistema do capital desde a acumulação primitiva e possui fundamento econômico. A motivação essencial para a exploração dos povos autóctones não é a cor de sua pele, tampouco qualquer traço fenotípico, mas ao contrário, cor, fenótipo, cultura e estética dos povos originários se tornaram o ensejo utilizado pelo burguês usurpador para realizar expropriações e exploração de forma ainda mais brutal, delegando a estas pessoas o lugar da selvageria para desumanizar, explorar e matar. A exploração dos povos nativos encontrados no caminho da acumulação primitiva do capital foi generalizada com a instituição do racismo para continuar exercendo seus métodos de acumulação incessante, drenando a riqueza das colônias à burguesia europeia e ao

²⁹ Acumulai, acumulai! Eis Moisés e os profetas! (Marx, 2017, p. 670).

Estado. *O racismo estrutural é expressão da colonização, esta resultante da acumulação primitiva do capital*. O globo terrestre torna-se o palco da “[...] guerra comercial entre as nações europeias [...]” (Marx, 2017, p. 821).

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa seqüência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal ao capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (ibid., p. 821).

A despeito de intérpretes latino-americanos de Marx, como Aricó (1982), que entendiam a obra marxiana como eurocentrista por supostamente não tratar de temas ligados aos interesses dos países colonizados, encontramos, nos últimos capítulos do Livro I da obra *O Capital*, a comprovação do contrário. Marx (2017) tanto estava interessado em compreender o mundo para além da Europa que escreveu nos *Grundrisse* (2011) sobre o modo de produção asiático que concilia Estado, propriedade comunal e tributos pagos pelos produtores

da riqueza, ressaltando a existência de sociedades organizadas para além do feudalismo, no processo de acumulação primitiva do capital. Desta feita, as lentes de Marx não são de forma alguma eurocentristas, como defendem muitos disseminadores dum antirracismo liberal e chulo, mas sim desvelam a anatomia do sistema do capital e constata a violência sistemática empreendida pela burguesia, tanto na Europa como nos demais continentes, mediante o processo colonizatório que evidencia a mundialização do capital como primordial à acumulação de capital, em consonância com a tese defendida por Santos Neto (2020). O capital não se mundializa apenas em sua fase financeira, ao contrário, para o capital *vir-a-ser* hodiernamente financeirizado, a mundialização teve que abrir as portas do mundo para a desmedida acumulação³⁰. A Idade Média gestou o capital comercial e usurário³¹, mas esse só pôde metamorfosear-se em capital industrial com o auxílio dos métodos de acumulação primitiva acima mencionados, a saber, com a expropriação e a exploração de milhões de pessoas ao redor do mundo. A mundialização é condição *sine qua non* de perpetração do sistema do capital e estabelecimento do modo de produção especificamente capitalista.

Por isso, os burgueses, ironizados por Marx (2017, p. 822) como “os mais astutos alquimistas que criavam ouro do nada”, nada mais são do que os verdadeiros saqueadores do mundo. O ouro não pode ser extraído das minas sozinho, tampouco ser moldado pela mão

30 Foi precisamente o baixo preço de sangue e suor humanos, transformados em mercadoria, que expandiu constantemente e continua a expandir a cada dia o mercado de escoamento de produtos, e para a Inglaterra, em particular, também o mercado colonial [...] (Marx, 2017, p. 542).

31 Historicamente, o capital, em seu confronto com a propriedade fundiária, assume invariavelmente, a forma do dinheiro, da riqueza monetária, dos capitais comercial e usurário (ibid., p. 223).

invisível do mercado, ele é produto do trabalho humano. Tal asseveração é mistificada pela burguesia para falsear a história e fazer-nos pensar que o capitalismo foi construído de maneira pura e casta pelos homens iluminados, porém nada disso é verdade. Marx ironiza termos religiosos ao longo de seus textos, bem como empreende uma severa crítica ao cristianismo. Se o homem burguês pode acumular riquezas, tal fato só pode ser fruto dos desígnios divinos, a função social da religião se expressa como uma forma de controle do abstrato sobre o concreto (Marx, 2009). Não se trata duma questão moralista, mas sim de quanto ouro a fé cristã conseguiu proporcionar à burguesia europeia, ou melhor, como o cristianismo foi usado para expropriar e explorar pessoas ao redor do mundo para obter riquezas e acumular capital. Nas passagens das cartas escritas por Cristóvão Colombo³², por exemplo, em diversos momentos este agradecia a Deus quando encontrava novas terras para expropriar, ou quando percebia que tais terras poderiam ter um potencial lucrativo (Todorov, 1993). O milagre do ouro é o escamoteamento da exploração capitalista sobre os povos autóctones.

O tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente, o mais terrível nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, entregues à matança e ao saqueio, como o México e as Índias Orientais. Tampouco nas colônias propriamente ditas se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva. Esses austeros e virtuosos protestantes, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram em 1703, por decisão de sua *assembly*

32 O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é senhor de tudo o que deseja. Com o ouro pode-se até mesmo conduzir almas ao paraíso” (Colombo, 1503 apud Marx, 2017, p. 205).

[assembleia], um prêmio de £40 para cada escalpo indígena e cada pele-vermelha capturado; em 1720, um prêmio de £100 para cada escalpo; em 1744, depois de Massachusetts-Bay ter declarado certa tribo como rebelde, os seguintes preços: £100 da nova moeda para o escalpo masculino, a partir de 12 anos de idade; £105 para prisioneiros masculinos, £50 para mulheres e crianças capturadas; £50 para escalpos de mulheres e crianças! Algumas décadas mais tarde, o sistema colonial vingou-se nos descendentes - que nesse ínterim haviam se tornado rebeldes - dos piedosos *pilgrim fathers* [pais peregrinos]³³. Com incentivo e pagamento inglês, foram mortos a golpes de *tomahawk*³⁴. O Parlamento britânico declarou os cães de caça e o escalpelamento como “meios que Deus e a Natureza puseram em suas mãos” (Marx, 2017, p. 823).

Marx recorre à crítica voraz à religião como mecanismo de acumulação do capital, em que o parlamento britânico premia o genocídio indígena em nome de deus pai, filho e espírito santo. Os assassinos dos povos originários, ou seja, os “ladrões de pessoas” que arrancavam a cabeça dos indígenas para impor a subjugação por meio da violência aberta e brutal eram recompensados materialmente por esse feito. Homens, mulheres e até mesmo as crianças poderiam ser mortas, e o seu assassino era considerado um cidadão de honra pelo Estado burguês. Um grande homem burguês honrado por deus deveria matar populações nativas inteiras, roubar suas terras, estuprar mulheres, escarpelar indígenas e utilizar sua cabeça como troféu, tudo

33 Assim é chamado o grupo de colonos ingleses que se estabeleceu em Plymouth, Massachusetts, em 1620 (N. T.) (ibid., p. 823).

34 Pequenos machados usados pelos índios americanos. (N. T.) (ibid., p. 823).

isso para obter a propriedade privada³⁵, explorar pessoas e acumular riquezas. Essa é a história de fundação do sistema do capital que o burguês faz questão de guardar na gaveta, pois ao abriremos essa verdadeira caixa de pandora nos deparamos com os mais diversos absurdos em nome da acumulação capitalista. O sistema colonial cristão e o racismo estrutural proveniente dele, em que escalpos indígenas não são tratados como cabeças de seres humanos arrancadas de seu corpo mas sim como uma forma de eliminar “selvagens” do mundo, configuraram-se como mecanismos que permitiram a mundialização do capital e o amadurecimento do modo de produção capitalista.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolias³⁶” (Lutero) foram alavancas poderosas de concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (ibid., p. 823).

Aqui está dado o segredo do ouro que surge do nada, *As veias abertas da América Latina* (Galeano, 2000) escorreram sangue e mais-valor à Europa durante a acumulação primitiva do capital. O sucesso nos negócios burgueses, e a possibilidade de concentração e centralização de riquezas até o ápice da mistificação do capital financeiro, é

35 [...] a potência social torna-se potência privada da pessoa privada (ibid., p. 206).

36 Sociedades que detinham o monopólio legal para a exploração de certos ramos da indústria e comércio (N. T.) (ibid., p. 823).

fruto do processo de expropriação colonial perpetrado pela burguesia em ascensão. Por isso os burgueses falseiam a história ao seu favor, para que as formas de violência amplamente utilizadas com finalidade econômica não sejam conhecidas por trabalhadoras e trabalhadores, devido ao seu potencial revolucionário. Diante da catástrofe da acumulação primitiva do capital, mulheres e homens se rebelaram e até hoje surgem rebeldes para confrontar o sistema do capital, mesmo sob o risco de escalpelamento e de outras formas mais sofisticadas utilizadas pela burguesia para exterminar povos.

A empresa colonizadora, estabelecida pelo movimento do capital mercantil em direção à acumulação incessante de capitais, configura-se de acordo com Santos Neto (2015, p. 62) como a “infância do capitalismo”. Para que o modo de produção capitalista pudesse submeter realmente às forças produtivas a sua sanha acumulatória, a puerícia do modo de produção capitalista teve de se formar por base na extração de mais-valor da força de trabalho escravizada. O sistema colonial serviu de incubadora aos interesses da burguesia, que conseguiu através desta desgraça estabelecer o mercado mundial, desenvolver as forças produtivas e constituir posteriormente trabalhadoras e trabalhadores livres a serem explorados mediante trabalho assalariado. A colonização significa, desta maneira, um mecanismo expansivo de extração de mais-valor e imposição do mundo das mercadorias aos lugares mais distantes do globo terrestre. “Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade única e última da sociedade” (Marx, 2017, p. 824).

Apesar da mercadoria existir antes do estabelecimento propriamente dito do modo de produção capitalista, esta somente se generalizou com a maturidade deste modo de produção por meio da maquinaria e indústria moderna. Ao invadir e saquear todas as áreas

povoadas do planeta terra, os burgueses conseguiram emergir enquanto classe dominante, calcando sua história sob o sangue do proletário na Europa, bem como sob o genocídio dos povos autóctones. Ao investigarmos o processo de acumulação de capital e colonização, compreendemos a estrutura à qual o racismo está acoplado. A estrutura do capitalismo, construída na acumulação primitiva do capital, com ênfase ao sistema colonial cristão, configura-se como base para o terror a qual negros, indígenas e demais povos racializados estão submetidos hoje. Afirmamos assim que a prova ontogenética de que capitalismo e racismo são indissociáveis encontra-se na infância do modo de produção capitalista, em que o processo de racialização fora utilizado para desumanizar e escravizar pessoas, porquanto “a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (ibid., p. 829).

Ao contrário do pensamento de alguns teóricos marxistas brasileiros³⁷ que compreendem o Brasil sob a forma etapista, e chegam até a considerar o país como feudal, Marx constata de forma cristalina que o capital mercantil se apropriou da escravidão propriamente dita aos seus interesses econômicos, mediante a racialização duma parcela de indivíduos. Os infames burgueses se apropriaram do trabalho escravizado para fins acumulatórios até que fosse possível o assentamento do modo de produção capitalista e a generalização do trabalho assalariado ao redor do mundo. A escravidão no Brasil serviu como uma alavanca de extração de mais-valor à metrópole, isso significa dizer que, da mesma forma que a precedente existência de diversas categorias como mercadoria, comércio e escravidão, antes do

37 O artigo intitulado *A controvérsia dos modos de produção brasileiros: a contribuição do pensamento marxista* (CURTY, et al., 2016) realiza a discussão sobre importantes obras de teóricos marxistas brasileiros, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender.

capitalismo, não significa que tal modo de produção não possa utilizá-las ao seu favor. Nesse sentido, o capitalismo generalizou a produção de mercadorias e o trabalho assalariado utilizando-se da escravidão nas colônias como um prelúdio da extração de mais-valor na forma assalariada (Santos Neto, 2015).

O resultado desta longa empreitada realizada pelos ignóbeis burgueses foi a expropriação das terras comunais. A propriedade privada é condição indispensável à maturação do capitalismo. Somente num mundo onde as pessoas que trabalham não possam mais desfrutar do fruto de seu trabalho, ou seja, quando a propriedade pessoal é extinta, a propriedade privada devora a vida de trabalhadoras e trabalhadores. Sem a propriedade privada dos meios de produção seria impossível ao capital submeter realmente a força de trabalho aos seus domínios. A subsunção real do trabalho ao capital, estabelecida na indústria moderna, em que o proletário se consubstancia como um mero “apêndice da máquina”, só foi realizada devido às expropriações empreendidas no processo de acumulação primitiva de capital com papel primordial do sistema colonial. “A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas” (Marx, 2017, p. 830).

Ao capturar os meios de produção dos produtores diretos, o capitalismo atinge seu ápice e generaliza a escravidão assalariada, pois somente mulheres e homens “livres como pássaros”, desprovidos de quaisquer formas de manter sua sobrevivência, podem se submeter a trabalhar e ser explorados por outrem. A questão da propriedade privada é central para compreendermos a colonização, porquanto o capitalismo transformou o mundo na propriedade privada dos “homens de rapina”³⁸ burgueses. Neste mundo de proprietários privados

é aceitável matar pessoas para lucrar; estuprar mulheres para reproduzir a força de trabalho; destruir a natureza quando isso for mais rentável aos seus bolsos; é expressamente permitido que pessoas morram de fome se não tiverem dinheiro para comprar comida, mesmo que a comida produzida seja mais que suficiente, seja abundante para todos, somente os proprietários privados têm acesso ilimitado, os demais que sejam explorados, mendiguem, roubem, ou morram de fome.

A classe proletária possui na sua força de trabalho a única forma de manter sua subsistência e faz isso de forma parca, devido à miséria do salário recebido, em especial nos países colonizados e saqueados há mais de cinco séculos. Tal classe é despojada de sua propriedade pessoal, do fruto do seu trabalho e suor, para viver sob o comando dos párias burgueses e sua sede de acumular capital. Não é uma sede meramente moral, não é somente por querer que os capitalistas agem na rapinagem do povo, mas esta é uma exigência do ser capitalista, somente explorando o trabalho alheio e obtendo meios de produção e mercadorias de forma privada é que se torna possível realizar o objetivo do sistema do capital, que se encontra na desenfreada acumulação. Por isso não podemos atribuir adjetivos como “bom” ou “mau”, como se a exploração pudesse ser amenizada se o burguês em questão estiver repleto de sentimentos empáticos por trabalhadoras e trabalhadores assalariados. A lógica do capital é precisa: o que determina os interesses do capitalista é a reprodução ampliada decorrente da acumulação de capital mediante a contínua extração de mais-valor. Não é possível haver um capitalista mais “brando” ou menos explorador, a não ser que este queira ir à falência. O burguês é, necessariamente, o inimigo número um do proletariado, pois, como

38 Referência à música *Homens de Rapina* pertencente ao álbum *Ciclo*, lançado em 2013 pela banda alagoana *Vibrações*.

diria Engels (1984), os interesses das classes sociais são antagônicos, irreconciliáveis.

A generalização da propriedade privada como tábula da propriedade pessoal é essencial para a difusão do sistema do capital ao mundo. A expropriação como base para acumulação tem de ser generalizada nas colônias. No capítulo 25 d'O capital, Marx versa sobre a colonização. Não o cabe propriamente decifrar todas as consequências da colonização aos povos autóctones. Interessa a Marx compreender a anatomia do capital, e para tanto, sob a perspectiva da totalidade, é necessário elucidar o processo que tornou o mundo uma propriedade privada do burguês. Cabe a Marx (2017), portanto, argumentar como a propriedade pessoal foi morta e enterrada pela propriedade privada, mas que pode ser restabelecida quando os coveiros da ordem burguesa negarem a negação estabelecida pela propriedade privada. Esta, enquanto a negação da propriedade pessoal, precisa ser destruída pelos coveiros do sistema do capital. Marx empreende a análise da colonização moderna sob seu fundamento ontológico pautado na usurpação da propriedade pessoal dos nativos das colônias como condição para o estabelecimento do mercado mundial, por conseguinte, do capitalismo. O capital enquanto uma relação social e histórica só pode se estabelecer através da propriedade privada e do trabalho assalariado, por isso, a colonização com seu véu destruidor da propriedade pessoal é mais uma artimanha capitalista para a acumulação.

[...] a teoria da colonização de Wakefield [...] visa à fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. A isso Wakefield denomina *systematic colonization* (colonização sistemática). Inicialmente, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a

condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas. O sr. Peel, lastima ele, levou consigo, da Inglaterra para o rio Swan, na Nova Holanda, meios de produção num total de £50 mil. Ele foi tão cauteloso que também levou consigo 3 mil pessoas da classe trabalhadora: homens, mulheres e crianças. Quando chegaram ao lugar de destino, “o sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou buscar-lhe água do rio”. Desditoso Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Rio Swan (ibid., p 836).

Com a ironia costumeira, Marx satiriza a empreitada de Sr. Peel que não conseguiu manter pessoas escravizadas sob seu domínio ao chegar às colônias, simplesmente pelo fato de que, se haviam terras suficientes para a produção pessoal, se a propriedade privada não estava generalizada, as pessoas procurariam terras e trabalhariam para si próprias ao invés de servir aos caprichos de um senhor. Por isso, durante a acumulação primitiva de capital, foi preciso dizimar os povos autóctones, visto que nenhum povo aceitou pacificamente ser escravizado. Nesse ínterim era necessário transformar as terras encontradas em propriedade privada dos colonizadores. Ao longo das viagens de Colombo, por exemplo, a cada nova terra encontrada registrava-se em papel para ser posteriormente usurpada pela metrópole (Todorov, 1993). Tais métodos nada idílicos realizados pelos burgueses devem ser amplamente denunciados nos anais da história. *Fruto desse enleio nasce o racismo estrutural com a função social de permitir a desumanização dos povos autóctones para explorá-los e dizimá-los a serviço da valorização do valor.*

1.2 Racismo estrutural, desumanização e construção do mito do “selvagem”

A desgraça da pessoa de cor é ter sido escravizada.

A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o ser humano onde quer que fosse.

Consistem em, ainda hoje, organizar racionalmente essa desumanização. Mas eu, homem de cor, na medida em que me seja possível existir plenamente, não tenho o direito de me confinar em um mundo de reparações retroativas.

Eu, homem de cor, quero apenas uma coisa:

Que o instrumento jamais domine o homem.

Que cesse para sempre a escravização do homem pelo homem.

Franz Fanon (2008, p. 154).

O racismo estrutural configura-se como um mecanismo de desumanização para exploração. Tal constructo é perpetrado pelos interesses meramente econômicos da burguesia em explorar os povos autóctones no processo de colonização. Para disseminar o mundo das mercadorias à totalidade do globo terrestre, a burguesia desumanizou pessoas, pertencentes aos mais longínquos lugares do mundo. O proletariado europeu e os povos originários da colônia têm em comum a mercadoria chamada força de trabalho. Somente esta mercadoria peculiar tem a capacidade de produzir mais-valor. Porém, há diferenças substanciais nas consequências que esses diferentes povos irão sofrer no processo de trabalho. Apesar de o proletariado europeu também ser considerado uma mercadoria, o proletariado constituído nas colônias possui um agravante: para ser consubstanciado na mercadoria força de trabalho, os povos originários foram desumanizados sob o

crivo do racismo. O homem burguês (branco), ao chegar às terras desconhecidas, perpetró o caráter de desumanidade aos povos encontrados em tais terras. Nas cartas de Colombo à metrópole, os indígenas eram considerados como selvagens e canibais. Os estrangeiros encontrados nas terras do além-mar eram tão estrangeiros que os europeus não os reconheceram como sendo da mesma espécie (Todorov 1993). Tal justificativa provoca uma série de consequências materiais à vida dos povos racializados.

[...] a produção baseada na escravidão. Nesta, segundo a expressão certa dos antigos, o trabalhador é um *instrumentum vocale* [ferramenta falante], distinto do animal (o *instrumentum semivocale*) [ferramenta semifalante] e da ferramenta morta (o *instrumentum mutum* [ferramenta muda]). Mas ele mesmo faz questão de deixar claro ao animal e à ferramenta que não é um deles, mas um homem. Ele alimenta em si mesmo que a convicção de sua diferença em relação a eles, tratando-os com impiedade e arruinando-os *con amore*. É por isso que, nesse modo de produção, vale o princípio econômico de empregar apenas os instrumentos de trabalho mais rudes e pesados, porém difíceis de danificar em virtude desse seu irremediável desajeitamento. Até o início da guerra civil [norte-americana], ainda se podiam encontrar, nos estados escravistas do Golfo do México, arados construídos segundo o modelo dos antigos arados chineses, que reviravam a terra como um porco ou uma toupeira, em vez de sulcá-la. Cf. J. E. Cairnes, *The Slave Power* (Londres, 1862 apud Marx, 2017, p. 272 e 273, nota 17).

Os escravizados eram considerados instrumentos falantes, ou seja, não eram considerados seres humanos. A escravidão requeria

a imposição da desumanidade para atender às condições anômalas de desenvolvimento do capital nas colônias. Mesmo com o adiantado desenvolvimento das forças produtivas na metrópole, as colônias ainda possuíam meios de produção arcaicos destinados ao trabalho escravizado como forma de conter prejuízos decorrentes da revolta dessas mulheres e homens. Pois, conforme mencionado exaustivamente, nunca houve um processo de subjugação de pessoas à escravidão sem revolta, então, os escravizados descontavam seu ódio nos meios e objetos de trabalho que tinham a sua disposição. Isso não significa dizer que o proletariado europeu estivesse vivendo sob um conto de fadas, a comprovação de que o proletariado nascente estava em maus-lençóis com o advento da indústria moderna pode ser tida numa vasta bibliografia, a exemplo da obra engelsiana, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. O que estamos argumentando é que as condições do trabalho nas colônias exigiram da burguesia a construção de mecanismos e artimanhas que justificassem a utilização de pessoas como meros “instrumentos falantes”.

O racismo estrutural promovido na colonização foi o mecanismo utilizado para facilitar a extração de mais-valor mesmo com o baixo desenvolvimento das forças produtivas nas colônias. Logo, a conformação do modo de produção capitalista foi realizada com a base no sangue de pessoas negras e indígenas, sequestradas de suas terras no continente africano, ou dizimadas na América, para serem exploradas brutalmente pelos capitalistas. Não importa que essas pessoas tinham suas próprias vidas, famílias, costumes, histórias, não importa se eram seres humanos, o que importava naquele momento era a acumulação de capital. Para isso, a burguesia europeia se autodenominou como representante universal do gênero humano, a branquitude³⁹ seria uma

39 Ser branco é atribuir identidade aos outros e não ter identidade. É uma raça que

espécie de não-raça, uma vez que seria o ser humano “verdadeiro”, enquanto os povos de outras etnias, advindos de diversas partes do globo, foram racializados enquanto negros, indígenas etc. (Almeida, 2018), para serem tratados como “selvagens” e explorados até a morte sem nenhum comedimento.

A exploração dos trabalhadores brancos no campo, realizada com o “expurgo branco” (Willians, 1975) que vinha da Europa à América, não foi suficiente para atender às necessidades do trabalho de monocultura exercitado nas Antilhas e no sul desse continente, porquanto não havia mão-de-obra em quantidade suficiente para trabalhar no algodão e no açúcar. Assim, pessoas negras foram raptadas de diversas partes da África com o objetivo de forçá-las a trabalharem gratuitamente no Novo Mundo e promover a acumulação originária de capital. O sistema do capital desenvolveu-se sob a alegação de desumanidade dos racializados para impor suas insígnias de dominação em todo o mundo. O que o homem burguês (branco) oferece ao mundo enquanto representante da classe dominante ascendente é somente exploração, devastação, roubo, morte, invasão e destruição, com a finalidade mesquinha de acumular e concentrar riquezas para a burguesia. Os capitalistas enriqueceram na condição de traficantes de seres humanos e dos produtos produzidos por eles, conforme evidencia Willians (Ibidem. p. 37): “A liberdade concedida ao tráfico de escravos diferia somente numa particularidade da liberdade concedida em outros negócios – a mercadoria em questão era o homem. [...] Dos traficantes de escravos relacionados em 1755, 237 pertenciam a Bristol, 147 a Londres e 89 a Liverpool”. A estrutura do capital é fundida em sangue de pessoas racializadas que foram vendidas como mercadorias mais baratas para satisfazer a ânsia do capital em acumular exponencialmente.

não tem raça (Almeida, 2018, p. 60).

Compreender como o fetiche da mercadoria transforma pessoas em coisas e concede *status* de humanidade a estas, é primordial para elucidar o metamorfoseamento das pessoas racializadas em mercadoria. Para que se pudesse existir o trabalhador “livre” e assalariado, antes, pessoas negras foram transformadas em mercadorias para atender aos interesses da ascendente burguesia. Enquanto o capital controlava somente formalmente a força de trabalho, a escravidão moderna foi utilizada na América como um prelúdio essencial ao trabalho assalariado. A configuração da Inglaterra como país capitalista mais desenvolvido acontece devido ao acúmulo de riquezas obtidas mediante tráfico de pessoas escravizadas. Tal tráfico era realizado entre distintos países europeus, como era costumaz, por exemplo, no comércio entre Inglaterra e Espanha, após o Tratado de Utrecht (1713), decorrente da vitória da primeira na Guerra da Sucessão Espanhola, em que a Inglaterra passou a ter o monopólio sobre o tráfico de escravizados e realizar a venda destes aos espanhóis, a essa prática denominava-se *Asiento* e era disputada entre os capitalistas. Estes se configuram como espécies de sanguessugas do mundo, visto que drenaram boa parte da riqueza existente nas diversas partes do globo aos seus territórios e às mãos de poucas pessoas que continuam hereditariamente possuindo o poderio econômico e político. “[...] a Grã-Bretanha não era somente o principal país traficante de escravos do mundo; tornara-se também, na expressão de Ramsay, o ‘honroso transportador de escravos’ de seus rivais” (Ibid., p. 39).

O capitalista de hoje é o traficante de escravizados do passado. Inclusive, esta não é somente uma constatação, mas, ser traficante de pessoas escravizadas foi uma condição para que o capitalista pudesse assumir esse posto. Uma das premissas utilizadas por estes abomináveis homens para fazer todas as barbaridades da qual são cul-

pados foi a justificativa religiosa. Colonização, cristianismo e racismo estrutural são faces da mesma moeda, complementam-se um ao outro para torturar, aterrorizar e dizimar povos. Quando os invasores europeus chegaram à América, logo estranharam, pois parte dos povos que viviam aqui não utilizavam roupas, viviam de modo coletivo, não havia propriedade privada, não acumulavam bens materiais, somente utilizavam seus conhecimentos sobre a natureza para satisfazer suas necessidades humanas, não para acumular. Aos olhos de Colombo, que possuía em seu nome a própria personificação do cristo colonizador (Todorov, 1993), tais constatações só podiam significar que se tratavam de selvagens e que os europeus estavam levando a civilização para esses povos. A compreensão de que pessoas não poderiam viver e produzir suas condições materiais de existência de modo diametralmente diferente do modo de vida dos europeus, fez com que se chegasse a conclusão de que não eram seres humanos. Já que não têm o ouro como Deus, e não agradecem a Deus pelo ouro que tem, agora teriam que se submeter à religião cristã e trocar suas terras e riquezas pela benção divina. Bem sabemos que o objetivo primeiro do colonizador era transformar terras em propriedade privada para que o máximo de riquezas pudesse ser extraída e roubada à metrópole. Sabemos também que não se tratava apenas da posse sobre as terras, mas também sobre as pessoas que ali habitavam para explorá-las.

A lógica da burguesia em expansão era esta: vou roubar suas terras e roubar até a sua humanidade, e em troca te entregamos escravidão e cristianismo. Obviamente que tal proposta não seria aceita pelos indígenas. Comprovamos isso pela longa história de revoltas indígenas contra os colonizadores, mas isso também influenciou a narrativa de que eram selvagens. Como se rebelam diante da escravidão e pilhagem generalizadas? Só podiam ser seres desprovidos de alma.

Deste modo, para serem tolerados teriam de ser obedientes, e ainda que obedecessem complacentemente, não alcançariam o status de humanidade.

O racismo estrutural, portanto, é instituído junto à gênese do sistema do capital; ele não é uma anomalia da sociedade burguesa, ele é um mecanismo utilizado para fins econômicos burgueses⁴⁰, bem como é teorizado por apologistas burgueses e racistas a exemplo de Gobineau (1915), Lombroso (2007) e Lacerda (1911), que tentam, sob as mais diversas tergiversações, justificar “pseudocientificamente” o racismo. Gobineau (1915) escreve sobre a desigualdade entre as raças como uma questão biológica, assim, haveria uma superioridade da “raça branca” em relação às demais. Lombroso (2007) também utiliza duma forma de darwinismo social para afirmar que determinadas pessoas seriam naturalmente criminosas a partir duma pseudociência chula que generaliza a condição de “delinquente” como algo hereditário, atávico. Tal autor racista justifica sua tese criminalizando populações inteiras e afirmando que tais pessoas seriam selvagens e biologicamente inferiores.

Encontram-se nos selvagens a velhacaria misturada com a coragem e a insensibilidade. Nas Ilhas Andamane os esposos ficam unidos até que venha o filho; depois podem procurar outros amores. O alcoolismo, apenas introduzido, chega a dizimar raças inteiras, até mesmo nos climas meridionais que não sofrem tanto essa influência. Por uma aguardente,

40 [...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade em que o *racismo é regra e não exceção* (Almeida, 2018, p. 38, grifos do autor).

um *negro selvagem* vende não só os compatriotas, mas até a mulher e os filhos. *Os indígenas da Austrália foram mais destruídos pelo crime do que pelas armas europeias*. Os mauris, de 120.000 em 1849 eram, em 1876, 47.060; o álcool foi a ruína deles e explica a *índole perniciosamente aparente das doenças deles*. E aqueles povos em que a selvageria e a religião têm impedido de conhecer as substâncias inebriantes que substituíram o álcool por outros meios singulares de embriaguez. *A preguiça é ainda um dos caracteres dos selvagens*. Os neocaledônios odeiam qualquer trabalho: “Sofrer por sofrer é melhor morrer sem trabalhar”. Assim eles dizem, repetindo quase literalmente a confissão de Lemaire (Lombroso, 2007, p. 126, itálico nosso).

O autor supracitado atribui a selvageria ao negro e o genocídio dos indígenas a eles próprios, bem como teoriza sobre a preguiça como característica dos supostos “selvagens”. Por não aceitar o disciplinamento capitalista tanto no processo de escravização, quanto no trabalho assalariado, os povos racializados são tidos como selvagens, o que é supostamente comprovado “cientificamente” pela teorização desprezível dos racistas. A antropofagia ou canibalismo também é uma prática recorrentemente atribuída aos povos racializados no processo de construção burguesa do mito do selvagem. “A antropofagia é um dos costumes mais comuns dos selvagens” (Lombroso, 2007, p. 170). Além de caracterizar os povos racializados como selvagens, os teóricos racistas também visam fomentar teorias de “embranquecimento das raças”, exemplo disto está em Lacerda (1911), que afirma, veementemente, no início do século XX, que negros e indígenas devem desaparecer dentro de um século, por meio do processo de miscigenação, no qual a “raça branca”, em sua condição duma suposta

superioridade, iria predominar sobre os demais povos. “O indígena semi-civilizado não se cruza com a população branca e mui dificilmente se adapta elle às condições do meio civilizado. Quanto mais se difundir a civilização no paiz, tanto mais intensa sera a redução da raça indígena, a qual, estou certo, desaparecerá com os negros daqui a um século [sic]” (Ibid., p. 98).

Na obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, Fanon desmistifica o mundo burguês (branco) instaurado na colonização. Através da análise sobre a linguagem, a psicanálise, entre outros diversos aspectos, compreendemos como a burguesa branquitude relegou o mundo aos seus moldes. O negro, o indígena, ou qualquer povo racializado⁴¹ que, por conseguinte, foi colonizado por europeus, é esvaído de seu lugar de humanidade e transformado na própria figura do mal. O mito do selvagem e a demonização do negro não são meras questões de “opressão” do branco sobre o negro, mas sim a consequência da estrutura racista forjada pelo burguês europeu que metamorfoseou o mundo à sua imagem e semelhança. Fanon constata que o mundo burguês é construído *por e para* brancos, e que o negro é desumanizado e inferiorizado. Tal processo também é fomentado com a consolidação da burguesia e a construção das teorias racistas supostamente científicas. “No princípio da história que os outros me contaram, colocaram em posição de destaque o pedestal da antropofagia, para que eu não a esquecesse. A respeito dos meus cromossomos, descreviam alguns genes mais ou menos espessos, representando o canibalismo. [...] Uma vergonha essa ciência” (Fanon, 2008, p. 84).

Tal fato implica que as pessoas racializadas sejam as mais ar-

41 *Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais.* Nesse sentido, podemos dizer que *é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados* (Almeida, 2018, p. 50, grifos do autor).

duamente exploradas pelo modo de produção capitalista. Se o indígena é selvagem, pode ser morto cotidianamente e ter suas terras roubadas para fornecer lucros aos burgueses do agronegócio. Se o negro é criminoso, ele pode ser morto pela polícia de forma que aparentemente esta instituição está fazendo um favor à sociedade em eliminar um perigo iminente. Tais constatações não podem ficar perdidas no crivo das “opressões”, mas sim devem ser constatadas de onde vêm e para que servem. Neste caso vêm desde a acumulação primitiva do capital e servem para acumular riqueza sob seres humanos desumanizados. “[...] o Lobo, o Diabo, o Gênio Maligno, o Mal, o Selvagem são sempre representados por um negro ou um índio, e, como há sempre uma identificação com o vencedor, a criança negra se torna o explorador, o aventureiro, o missionário que corre o risco de ser comido pelos negros malvados” (ibid., p. 101).

O resultado desse processo, quando abordamos a particularidade brasileira, é o genocídio do povo negro e indígena. As implicações sobre tais pessoas consistem na sua exploração intensificada resultante da precarização total do trabalho, bem como na tentativa de aniquilação de todo o seu arcabouço cultural e estético. Este processo visa ceifar os reflexos artísticos advindos destes povos que comprovam sua vasta e coletiva humanidade. Ao contrário do ethos burguês, por conseguinte branco, que prega o individualismo e o egoísmo de forma exacerbada, em que relações são estabelecidas visando meramente o acúmulo de riquezas e transformam até mesmo a arte numa mercadoria vendável, ou o mesmo que, subsumem a arte à lógica do mundo das mercadorias; as expressões artísticas das pessoas negras e indígenas representam de forma altiva o movimento da coletividade.

Clóvis Moura (1983) versa sobre as formas de organização e resistência da pessoa negra que subsiste num mundo feito para aca-

bar com sua existência. As manifestações culturais e estéticas expressas no samba, no *jazz*, nas religiões de matriz africana, na capoeira, entre outras manifestações que batem de frente com a lógica individual burguesa, tem no espaço da roda a proposição duma igualdade substantiva⁴² entre seus participantes, em que a solidariedade de classe prevalece como forma de se organizar para resistir num mundo forçado ao individualismo burguês. Por isso tais expressões culturais e estéticas dos povos racializados são criminalizadas e até mesmo plagiadas por brancos.

Este debate nos leva às contribuições de Aimé Césaire (2006), porquanto realiza uma crítica cabal ao assimilacionismo promovido pelo processo colonizatório perpetrado pelo sistema do capital. A denúncia ferrenha do autor supracitado está pautada na constatação do uso da religião cristã como arma de expansão do capital. Ao impor “equações desonestas” como as de que “cristianismo=civilização” e “paganismo=selvagerismo”, o cristianismo serviu de escudo para que os laráprios burgueses explorassem pessoas e roubassem o ouro de modo a acumular capital como objetivo primeiro. Todas as expressões da cultura negra e indígena, ou seja, não-cristãs, aparecem como sinônimo do mal, do diabo. Constatamos tais fatos ao analisarmos o exemplo do quebra de xangô realizado em Alagoas em 1912⁴³,

42 Igualdade é uma categoria de relevância socialista fundamental com um longo período de gestação histórica. Dessa forma, está conectada de forma mais íntima com a questão da atividade produtiva genuinamente autorrealizadora na vida dos indivíduos. Sem dúvidas, foi concebida em sua origem como igualdade substantiva. Pois fora propalada como um tipo de relação humana adequada para diminuir as constringências discriminatórias e contradições de forma significativa, assim enriquecendo a vida dos indivíduos não apenas em termos materiais, mas também como resultado da introdução de um grau maior de equanimidade e justiça em suas trocas uns com os outros (Mészáros, 2011, p. 121).

43 Para a compreensão de tal fato histórico sugerimos o documentário *1912 — O Quebra de Xangô*, dirigido por Siló Amorim no ano de 2006.

e a perseguição racista religiosa contra as religiões de matrizes africanas. Estas religiões diferem-se do cristianismo por sua função social. A religião vodu, em que mulheres detinham o comando dos rituais, foi utilizada como ponto de encontro da líder Cécile Fatiman com negras e negros revolucionários haitianos, num dos capítulos mais importantes da história inscrito na Revolução do Haiti em 1791 (James, 2000).

O Decreto nº 847 de 1890 deixa evidente a criminalização do negro, em que, apenas dois anos após a suposta libertação dos escravizados em 1888, o código penal determinava punições por ser “vadio” ou “capoeira”, em que era proibido realizar atos de destreza corporal, utilizar instrumentos musicais que caracterizam tais expressões artísticas do negro, como o pandeiro, berimbau, atabaque, agogô, por exemplo, entre outros instrumentos que compõem a rítmica da música negra. O capítulo XIII do código penal brasileiro, intitulado “Dos Vadios e Capoeiras”, é o desenlace do processo de desumanização do negro depreendido desde a acumulação primitiva do capital que promoveu a colonização. É explicitamente afirmado que as práticas culturais e estéticas exercidas por negros são “contra a moral e os bons costumes”, assim como o “vadio” deveria comprovar emprego e domicílio fixo e, sobretudo, não causar “desordem” nos espaços públicos. Avaliemos as semelhanças entre as leis de punição e controle ao trabalhador assalariado na Europa, e as leis promulgadas no Brasil⁴⁴, alguns séculos depois, a exemplo do Código Penal de 1890, que criminaliza a capoeira com o intuito de reprimir a revolta das pessoas racializadas, em especial dos negros e indígenas que resistiam/resistem bravamente contra o capital.

44 Ressalta-se também a Lei de Terras de 1850, momento primordial para a transformação da terra em propriedade privada no Brasil.

CAPITULO XIII: DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: Pena - de prisão celllular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculando

temor de algum mal:

Pena - de prisão celllular por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.⁴⁵

O resultado disso? Encarceramento em massa da população negra, tratado visceralmente por Angela Davis (2018), genocídio dos ex-escravizados recém “libertos” da escravidão e a imposição dos trabalhos mais degradantes às negras e negros supostamente livres que se amontoam na favela, como escreve brilhantemente Carolina Maria de Jesus (1960). Por meio do Estado, o capital determina as leis que lhe favorecerão. Para conter as revoltas de um povo martirizado dia e noite e que não tem mais nada a perder além de suas correntes, a repressão e a violência policial contra pessoas racializadas, a criminalização das drogas, entre outras artimanhas para piorar a vida da pessoa negra e indígena servem tão somente aos interesses econômicos do burguês, que busca manter tais pessoas sob o crivo da chibata ou do cassetete a fim de caucioná-los obedientes e explorados. A desumanização sobre

⁴⁵ Caligrafia copiada literalmente do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, porquanto há diferenças na pontuação, acentuação e escrita de algumas palavras tal qual como conhecemos hodiernamente. Tal excerto não possui mais vigência legislativa.

a pessoa racializada serve para perpetrar a violência racista e torná-la uma “selvagem criminosa”. Assim elucidamos como o cristianismo foi e é a arma utilizada pela burguesia para desumanizar e demonizar a pessoa racializada e tentar inculcar, através do processo de assimilação, a religião do colonizador com o fim último possibilitar a exploração de pessoas e a acumulação de riquezas.

Colonização e civilização?

A maldição mais comum neste assunto é ser vítima da boa-fé duma hipocrisia coletiva, hábil em levantar mal os problemas para legitimar melhor as odiosas soluções que lhes oferecem.

Isso significa que o essencial aqui é ver e pensar claramente, entender atrevidamente, responder claramente a inocente pergunta inicial: O que é, em seu princípio, a colonização? Reconhecer que esta não é uma evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania, nem expansão de *Deus*, nem extensão do *Direito*; admitir de uma vez por todas, sem vontade de questionar pelas consequências, que na colonização o gesto decisivo é do aventureiro e do pirata, do pequeno ao grande vendedor e do proprietário, e do buscador de ouro, e do comerciante, o do desejo e da força, com a maléfica sombra projetada atrás por uma civilização que num momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (Césaire, 2006, p. 14, tradução nossa).

A colonização, portanto, é a expressão do processo de mundialização do capital em que esta relação social necessita impor sua forma de ser às civilizações do além-mar para desenvolver-se plena-

mente. Em consonância com as contribuições de Santos Neto (2020), a mundialização do capital acontece desde os primórdios da gestação deste sistema. Ela é inclusive condição para o alcance do desenvolvimento categórico do modo de produção capitalista. A mundialização das relações antagônicas capitalistas balizadas na generalização da propriedade privada como meio de obtenção de força de trabalho livre dos meios de produção, obrigada a vender sua força de trabalho, acontece por diversas mediações. Explicitamos a colonização e o seu par no cristianismo por serem os principais mecanismos de conformação da classe trabalhadora dos países colonizados, em sua maioria racializada, que sofre as consequências funestas da extração de mais-valor intensificada pelo racismo. Destarte, a colonização não é uma mera expansão religiosa como é aparentemente posto. Ao analisarmos a essência dessa marcha, a busca por ouro, terras e seres humanos exploráveis é o principal objetivo da burguesia. O deus cristão somente é utilizado como um meio para fins da acumulação capitalista (Todorov, 1993). Este é um dos segredos quase impenetráveis da burguesia que escamoteia a história para perpetuar a exploração e dominação sobre a classe trabalhadora.

Assim, a imputação da selvageria aos povos nativos de diversos continentes, bem como a desumanização decorrente disso, facilitam a vida da humanista burguesia, que só considera humano uma parte ínfima da sociedade, enquanto os demais são transformados em apêndices da máquina. Os ideais liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, refratários da Revolução Francesa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, figuram como uma falácia à classe proletária na Europa, bem como aos raptados e escravizados nos países colonizados. A liberdade formal burguesa e todos os princípios liberais que põem a propriedade privada de forma sacrossanta, so-

mente é válida para aqueles que possuem alguma propriedade. Assim, temos a liberdade dos proprietários e não dos seres humanos. Mas, para o sistema do capital, só são seres humanos os proprietários privados. Trabalhadoras e trabalhadores, mulheres, pessoas escravizadas e povos autóctones permanecem no rebaixamento de subumanidade ou desumanidade em relação ao homem burguês e branco. Os valores da burguesia, enquanto classe que submete todos os não proprietários privados à escravidão assalariada, são generalizados como valores de todos os seres humanos. A defesa intransigente da propriedade privada, o egoísmo, a ganância por acumular riquezas, o individualismo, entre tantos outros valores mesquinhos perpetrados pela burguesia, são postos como parte da natureza humana eterna e imutável. Aliás, a imutabilidade do sistema do capital, propagada também pela classe burguesa, não passa de uma falácia para esconder a possibilidade revolucionária, em que o proletariado, como Prometeu da humanidade (Santos Neto e Moreira, 2021), pode *vir-a-ser* o coveiro dessa ordem social (Marx e Engels, 2009).

A burguesia decadente⁴⁶ aparentemente sofre de amnésia incurável e esquece que ela própria realizou revoluções para se estabelecer enquanto tal, porém, dissimula sobre a possibilidade revolucionária hodierna como vivêssemos sob um conto de fadas, e o proletariado estivesse fadado a permanecer eternamente como um “trabalhador livre” aos desmandos do sistema do capital. Especialmente os transformados em “selvagens”, ou os mais explorados da

46 A revolução continental de 1845-1849 repercutiu também na Inglaterra. Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam ser mais ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill. Trata-se de uma declaração de falência da economia “burguesa”[...] (Marx, 2017, p.86).

ordem burguesa, foram os primeiros a se rebelarem contra a ordem do capital ainda em conformação. O Quilombo dos Palmares é um exemplo desse processo em que a resistência coletiva de negras, negros e indígenas, bem como a consubstanciação duma nova forma de produzir sem exploração de um ser humano por outro, é um prelúdio do que pode *vir-a-ser* a revolução socialista para pôr um fim a todas as formas de exploração e dominação estabelecidas e/ou reproduzidas pelo sistema do capital (Santos Neto, 2020a). Os “selvagens” foram os primeiros a se rebelar, e com certeza estarão na linha de frente para derrotar a verdadeira selvageria que o capital empreende sobre a classe trabalhadora.

1.3 Desumanização, fetiche da mercadoria e alienação

A carne
A carne mais barata do mercado [...]
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra [...]

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado

E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito

De algum antepassado da cor
 Brigar sutilmente por respeito
 Brigar bravamente por respeito
 Brigar por justiça e por respeito (pode acreditar)

De algum antepassado da cor
 Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar
 Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra [...]
 Negra, negra
 Carne negra
 É mano, pode acreditar
 A carne negra

Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes Do Nascimento S

A acumulação primitiva do capital, momento histórico que concerne à conformação do modo de produção capitalista, bem como à constituição das suas classes sociais fundamentais, a saber, burguesia e proletariado, permitiu aos capitalistas em ascensão generalizar ao mundo fatores essenciais para tal processo. O mundo das mercadorias é a base do modo de produção capitalista, assim, para que tal mundo viesse a se tornar plenamente conquistado, tornava-se fulcral estabelecer a generalização da propriedade privada e do trabalho assalariado. “O capital só pode aumentar se for trocado por força de trabalho, se criar trabalho assalariado” (Marx, 1980, p. 30). Desta feita, desde antes de seu estabelecimento completo, o sistema do capital se constitui como desumanizador, e tal processo foi condição *sine qua non* para que, posteriormente, a desumanização fosse generalizada por meio do trabalho assalariado.

Isso significa que os primeiros desumanizados pelo sistema do capital foram aquelas e aqueles explorados na manufatura, por meio

da subsunção formal do trabalho ao capital, bem como dos escravizados nas colônias. Sobre estes, a desumanização é completa, visto que não há somente a venda de uma parcela específica do tempo de vida, conforme acontece com trabalhadoras e trabalhadores da manufatura. Mesmo que os últimos sejam também desumanizados, ao doarem sua vida ao capital mediante 12 a 16 horas (ou mais) de jornada de trabalho diária, a força de trabalho dos escravizados não era comprada parcialmente, mas sim toda a sua vida era vendida e destinada ao trabalho, o que denota a tentativa burguesa de total desumanização sobre tais pessoas. Desta maneira, a desumanização realizada pelo sistema do capital, desde sua gênese, até sua generalização no modo de produção capitalista, tem como principais vítimas as pessoas racializadas, que mesmo com o desenvolvimento do trabalho assalariado passaram a ocupar as mais degradantes formas de trabalho⁴⁷. O processo de desumanização provindo do racismo tem, portanto, ligação com as formas sofisticadas de alienação produzidas pelo sistema do capital. Sob as bases ontológicas:

O racismo enquanto expressão ideológica da alienação operada a partir da base material de produção se apresenta para cada indivíduo de forma diferente, mediante sua posição de classe, por ser um fenômeno que atua incisivamente sobre as consciências como um fenômeno universal. Isto é, o racismo aparece como uma deformação ideológica da autoimagem do homem – deformação esta integrada organicamente ao processo de luta de classe instaurado no plano econômico, nas relações de trabalho. Por isso o escravo deveria sempre ser o não-branco,

47 O documentário intitulado *Precisão* lançado em 2019, produzido pela OIT e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), reflete sobre a exploração das pessoas racializadas no Brasil, em que a maioria delas é obrigada a se submeter a trabalhos análogos à escravidão para sobreviver. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IGK_m8VKNsM. Acesso em: 05 mai. 2022.

o não-ariano (Silva, 2012, p. 112).

Analizamos a relação entre racismo e alienação por outra mediação. Desdobramos esta relação nos caracteres a seguir: racismo e desumanização se retroalimentam, visto que o primeiro é produzido como mecanismo de intensificação da desumanização sobre as pessoas racializadas. A desumanização racista, portanto, é um reflexo da desumanidade generalizada produzida pelo sistema do capital, esta, por sua vez, é provinda do mundo das mercadorias, ou mais precisamente do fetiche da mercadoria, gestado no sistema do capital e solidificado no modo de produção capitalista. Então, no caminho entre racismo e alienação, há o fetiche da mercadoria e a lei do valor em seu cerne, como fundamentos econômicos do processo de alienação inscritos na sociabilidade burguesa.

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. [...] Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge [...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (Marx, 2017, p. 148).

Assim, trataremos sinteticamente sobre a desumanização das pessoas racializadas através da análise sobre o fetiche da mercadoria como elemento crucial à alienação. Precisamos esmiuçar o núcleo categorial da sociedade regida pelo sistema do capital, ou seja, faz-se

necessário analisar a anatomia da forma-mercadoria para a elucidação de suas principais categorias.

Em sua exposição dialética, Marx (2017) constata a *duplicidade da mercadoria*, em que a considera por meio de suas características qualitativas e quantitativas, através das categorias *valor de uso* e *valor*. A primeira diz respeito à substância da mercadoria, à capacidade de satisfazer determinadas necessidades humanas, sejam elas provindas do “estômago ou da imaginação” (ibid., p. 113), a saber: “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (ibid., p. 114). Já o valor corresponde ao aspecto quantitativo da forma-mercadoria, ele se manifesta através do valor de troca: “O elemento comum que se apresenta na relação de troca — ou no valor de troca — das mercadorias, é, portanto, seu valor. A continuação da investigação nos reconduzirá ao valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor” (ibid., p. 116).

Ambas as formas de valor presentes na mercadoria estão relacionadas necessariamente às categorias *trabalho útil/concreto* e *trabalho abstrato*. Marx (2017), portanto, constata a *duplicidade do trabalho*, em que “o trabalho cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil” (ibid., p. 119). O trabalho útil/concreto está relacionado dialeticamente ao seu contraditório trabalho humano abstrato, na medida em que o primeiro produz valores de uso, o segundo produz valor.

No âmago da mercadoria se esconde o valor, que nada mais é do que a “massa amorfa do trabalho humano indiferenciado” (ibid. p. 116). O valor possui, em sua substância, o trabalho humano abstraído de suas qualidades para os fins da troca. Isso significa que essa “gelatina

do trabalho humano” posta na forma-mercadoria é o fundamento das relações de troca capitalistas, visto que o valor converte-se em “algo em comum” entre as mercadorias para possibilitar sua troca. “Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é na quantidade de trabalho nela contida” (ibid., p. 116). Aqui está o cerne da lei do valor, pois “é unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza do valor” (ibid., p. 117).

A teoria do valor-trabalho marxiana desvela a relação entre a *duplicidade da mercadoria* e a *duplicidade do trabalho*, demonstrando como o valor contido em cada mercadoria é central para as trocas capitalistas, ou seja, a forma-mercadoria é o “invólucro místico” que esconde o trabalho humano abstrato em suas entranhas. “A determinação da grandeza do valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta elimina dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor, mas não elimina em absoluto sua forma reificada” (ibid. p. 150). Ao descobrir o segredo da mercadoria, Marx (2017) denota a forma reificada desta, pois é hipostasiada ao lugar de humanidade, enquanto o ser humano é transformado em mercadoria.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho, como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que

são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (ibid. p. 147).

Do fetiche da mercadoria, segue-se, portanto, o fetiche do dinheiro⁴⁸, bem como o fetiche do salário consubstanciado na lei do mais-valor. Explicitaremos tal lei por meio das considerações sobre o *processo de trabalho* e o *processo de valorização* constatado por Marx (2017), a partir do caráter duplícipe da mercadoria. Nesse ínterim, o *processo de trabalho* concerne à produção de *valor de uso*, ou ao *trabalho útil/concreto*, ao passo em que o *processo de valorização* se consubstancia para a produção do *trabalho humano abstrato* enquanto substância do *valor*. A produção de valor impele a produção de mais-valor, cerne da produção capitalista.

O valor da força de trabalho e sua valorização são, portanto, duas grandezas distintas. E é essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra uma força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio ou botas, é apenas uma *conditio sine qua non* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem de ser necessariamente despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o servi-

48 Durante a elucidação da forma-mercadoria, Marx (2017) expõe detalhadamente a forma de desenvolvimento do valor, por meio da relação entre as formas de valor relativa (ativa) e equivalente (passiva), em que esta se alarga ao decorrer do desenvolvimento histórico. Portanto, a letra marxiana explicita desde a forma de valor simples, a forma desdobrada, até chegar ao equivalente universal pautado no ouro e, posteriormente, na forma-dinheiro, revelando que o fetiche da mercadoria origina o fetiche do dinheiro.

ço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso (ibid., p. 270).

A letra marxiana comprova que somente o trabalho útil/concreto cria valor, portanto, somente no campo da produção, valor e mais-valor são criados. O lucro capitalista tem sua raiz no processo de produção, onde o capital variável (proletariado), imprime sempre um valor a mais do que aquele já objetivado no capital constante (maquinaria). A maquinaria transfere à mercadoria o valor já objetivado no trabalho morto contido nesta. O trabalho vivo tem a peculiaridade de produzir sempre um valor novo, ele não apenas transfere, mas acrescenta valor à mercadoria, fazendo brotar, aparentemente de forma “mágica”, mais-valor do que aquele investido inicialmente pelo capitalista. A mágica da acumulação capitalista é a exploração e extração de mais-valor, ou o processo de valorização do valor, enquanto dinâmica essencial da lei geral da acumulação capitalista. Aqui está a base da desumanização.

O ser humano transformado em mercadoria realiza um sobretrabalho, ou trabalho excedente, para produzir além do valor, mais-valor. No caso específico das pessoas escravizadas pelo sistema do capital, como não há limites à jornada de trabalho, o mais-valor é produzido de forma absoluta, estendendo a jornada de trabalho *ad infinitum*, visto que a mercadoria força de trabalho escravizada é vendida totalmente ao burguês. Desta forma, a conformação do mundo das mercadorias tal qual se configura hodiernamente, só foi possível devido a essa fonte de extração e acumulação de mais-valor consubstanciada nas pessoas escravizadas que tinham seu tempo de vida encurtado

devido ao processo de trabalho sem limites.

Nesse ínterim, a letra marxiana adverte: ao realizar seu valor de troca, a mercadoria força de trabalho aliena seu valor de uso, ou o mesmo que o ser humano transformado em mercadoria ao realizar a produção constante de novas mercadorias se aliena de si mesmo, da sua própria humanidade. Desta feita, a desumanização tem seu núcleo no fetichismo da mercadoria. O ser humano entrega sua humanidade durante a processo de produção, em que parte de sua capacidade física, psíquica, mental e emocional é drenada e transformada em mercadoria, numa espécie de *metempsychose*, “[...] ele transmigra do corpo consumido ao novo corpo criado” (ibid., p. 284). Este processo obnubila a humanidade do ser humano para a glória do mundo das mercadorias. No caso de trabalhadoras e trabalhadores assalariados, a transmigração de sua vida para a mercadoria no processo de trabalho tem limite temporal, já no caso dos escravizados, isso não acontece, o que significa que a vida das pessoas escravizadas mais rapidamente é transmigrada para a mercadoria, devido à venda integral de sua força de trabalho ao capitalista.

Assim, o capital empreende, com o processo colonizatório, a tentativa de desumanização total sobre os seres humanos racializados estruturalmente pela burguesia. O *racismo estrutural* serve para que, por meio da desumanização racista, toda a vida da pessoa escravizada escorra pelo ralo da extração de mais-valor ainda mais rapidamente. A implantação da escravidão moderna pelo sistema do capital se configura como a base para a desumanização generalizada do trabalho assalariado. Esta denota a forma mais sofisticada de extração de mais-valor sobre a classe proletária. Neste ínterim, ressaltamos as contribuições marxianas em sua juventude a respeito das categorias *estranhamento* e *alienação*. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010), Marx delinea o

constructo filosófico-ontológico que dá origem, *a posteriori*, a sua mais complexa sistematização desembocada no fetichismo da mercadoria. Há uma ligação intrínseca entre alienação, estranhamento e fetiche da mercadoria, porquanto através do processo de alienação empreendido pelo sistema do capital, tanto por meio do trabalho escravizado, como através do trabalho assalariado, os produtores são alienados de sua própria produção, ou seja, a produção é estranhada pelo seu próprio produtor.

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa*, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele*, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (Marx, 2010, p. 81).

Daí segue-se que a forma de produzir e reproduzir a vida humana consubstanciada no sistema do capital produz em seu cerne a

alienação da produção que torna estranha ao produtor a riqueza produzida por ele mesmo. Disso se deslinda que a classe produtora de toda riqueza existente é alienada desta, para que o capital seja acumulado e concentrado nas mãos da burguesia. A alienação que brota desde a produção e causa o estranhamento do produtor ao seu produto transforma a mercadoria num ser que domina o seu próprio produtor. Ao mesmo tempo que lhe é estranha, a mercadoria lhe domina. No processo de *coisificação*⁴⁹, esta ganha caráter de humanidade perante os humanos desumanizados. A desumanização ganha corolários estruturais, passa a se produzir e reproduzir a partir da contradição nodal entre capital e trabalho, que enriquece um polo em detrimento do outro, a saber, enriquece a parasitária burguesia em detrimento da classe proletária.

A desumanização, portanto, enquanto um reflexo do processo de alienação da produção e estranhamento do ser humano promovido pelo mundo das mercadorias, gestada pelo trabalho escravizado e cristalizada no trabalho assalariado, bem como na generalização da propriedade privada, é uma forma de estranhamento do ser humano para com os outros seres humanos, em que tais seres passam a se diferenciar de forma antagônica sob a insígnia da exploração. “[...] uma consequência imediata disso, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem pelo [próprio] homem*” (ibid., p. 85).

A metamorfose da força de trabalho humana numa mercadoria é a chave para a compreensão do processo de desumanização. Este consiste na destituição da humanidade através da extração e ex-

49 [...] o aumento da depreciação do mundo dos homens na razão direta da valorização do mundo das coisas, caracterizando o fenômeno da *coisificação*, em que o trabalho não produz apenas mercadorias, produz a si mesmo e o trabalhador como mercadorias (Alcântara, 2014, p.25).

ploração de mais-valor, ou seja, a serviço da valorização do valor. A humanidade do ser humano é afetada na medida em que a exploração e extração de mais-valor crescem, pois a própria forma de ser do capital progride por mais-trabalho e capitalização. A extração de mais-valor deve ser acompanhada de sua capitalização mediante a rotação do capital, que se converte sempre num maior montante que o original. A lógica do capital impele a desumanização. “Essa *negação social do ser humano*, cuja base material se encontra no trabalho (abstrato) predominante sob o capitalismo, consubstancia-se pela exploração do homem pelo homem e atinge patamares sempre mais elevados de desumanidade” (Alcântara, 2014, p. 31, grifo da autora). A alienação da produção no processo de trabalho produz obstáculos à humanização do ser social, por resultar na generalização de formas estranhadas de exteriorização⁵⁰, em que o ser humano não se reconhece na sua produção, nem em sua atividade vital, nem em relação ao seu ser genérico, tampouco na relação com outros indivíduos (Marx, 2010).

A produção generalizada da desumanidade, inscrita no mundo das mercadorias, pode ser exemplificada por meio de alguns caracteres singulares do real. O mecanismo *racista estrutural* (Almeida, 2018) é um exemplo particular da desumanização empreendida pela burguesia. Tal classe, através do processo de mundialização do capi-

tal, durante o período da acumulação primitiva concomitantemente à moderna colonização, designou a atribuição de raças aos povos autóctones, enquanto o homem branco representaria o ser humano universal. As consequências desse processo de desumanização, objetivamente, podem ser assinaladas através do genocídio, usurpação e dizimação desses povos como costumaz à ordem burguesa, com o intuito final de desumanizar para lucrar (Césaire, 2006). No âmbito subjetivo, tal desumanização se apresenta como uma exteriorização entranhada em relação aos outros seres humanos. Isso significa dizer que o sistema do capital produz em seu cerne subjetividades estranhadas de sua própria humanidade, bem como da humanidade do outro. O que denota processos como a atribuição da selvageria à população negra (ou racializada), como um caractere da tentativa de rebaixamento de sua humanidade.

50 [...] a *objetivação do objeto* e a *exteriorização do sujeito* [...] constituem, como processo unitário, a base para a práxis e teoria humanas” (ibid., p. 353, grifo do autor). A *objetivação* consiste no objeto produzido socialmente no processo de trabalho, posto no mundo como um novo objeto, independente do produtor. Já a *exteriorização* é um complexo que permeia a subjetividade humana. Superando o idealismo objetivo hegeliano, Marx (2010) situa a exteriorização de forma material em que esta advém da interlocução incessante entre ser humano e natureza, mediante o trabalho, resultando numa causalidade posta. A exteriorização é a transformação da subjetividade humana a partir do processo de objetivar-se no mundo. Daí segue-se que *o ser humano se humaniza no processo de trabalho* e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, este passa a se desumanizar ao desenvolver formas alienadas de produção e reprodução da vida social, que resultam em exteriorizações estranhadas.

CAPÍTULO SEGUNDO: REVOLTA DAS PESSOAS ESCRAVIZADAS CONTRA O CAPITAL

Neste capítulo elucidaremos sinteticamente o reflexo estético e a autoconsciência em Lukács, como caracteres da humanização do ser social. Assim, a arte dos povos racializados, além de refletir os demais sentimentos humanos, também reflete esteticamente sobre a revolta das pessoas escravizadas. Mesmo com a tentativa burguesa de brutalização dos povos racializados durante a escravidão, ao longo de séculos de desumanização e demonização em todos os âmbitos da vida, tais povos conseguem refletir para além da imediatividade do cotidiano. Assim, realizamos uma análise sobre o reflexo estético erguido pelos explorados que refletem através da poesia, música e literatura, as condições de vida desumanizadas que diversas pessoas passaram ao longo de séculos de escravidão, ocasionando consequências que se proliferam até hoje.

O movimento mais profundo, que transcende a camada epidérmica do mundo, configura-se como a matriz fundamental do reflexo estético e da produção artística. Os mestres da literatura universal sempre buscaram transcender o reino da cópia fotográfica da realidade, como também do puro jogo vazio das formas abstratas. Lukács entende que a estética marxista supera a unidade mecânica de fenômeno e essência que enreda o naturalismo, procurando sempre apontar o movimento interior que se encontra latente e adormecido por trás das

camadas epidérmicas do mundo, sem desconsiderar a relevância do mundo das aparências (Santos Neto, 2017, p. 19).

Buscamos ir além dessas “camadas epidérmicas” e acessar a essência do reflexo estético, numa articulação dialética entre aparência e essência. Assim, no primeiro item deste capítulo, intitulado *2.1 Reflexo estético, autoconsciência e humanização*, discorremos sobre a letra lukacsiana a respeito do reflexo estético e a possibilidade da autoconsciência humana posta na arte. Ressaltamos especialmente reflexos estéticos sobre a revolta dos povos racializados. Seja através da capoeira, considerada por nós como uma forma de reflexo estético ainda ligada ao mágico ou transcendente, bem como à literatura enquanto obra de arte cerrada em si mesma. O reflexo estético dos racializados aponta para a reafirmação *para-si* de sua humanização.

No segundo item, denominado *2.2 Vadiagem e resistência: a capoeira como expressão da revolta contra o capital*, perscrutamos as letras de sete músicas da capoeira, sendo seis de domínio público, e uma composta pelo Mestre Moa do Katendê. Utilizamos a princípio da constatação de que a capoeira foi uma luta utilizada pelos escravizados como forma de defesa, disfarçada numa dança através da ginga. De acordo com o Mestre Pastinha, a capoeira se configura como uma simbiose entre dança e luta, onde a roda de capoeira pode se caracterizar como um momento de festejo ou de guerra. Ressaltamos a capoeira como uma forma de resistência presente na constituição dos quilombos, enquanto uma sofisticada luta contra o sistema do capital em ascensão (Santos Neto, 2020a). A vadiagem da capoeira é sinônimo de resistência daquelas e daqueles que treinavam corpo e mente para combater a sociedade que promove a desumanização dos escravizados.

No terceiro item, designado 2.3 *Revolta e resistência das mulheres negras em Tituba de Maryse Condé*, adentramos na particularidade da mulher negra (ou racializada), para compreendermos a relação dialética entre classe, raça e gênero, perfazendo uma carga de desumanização racista e subumanidade patriarcal sobre as costas das mulheres negras (Davis, 2016). Tituba é a personificação da particularidade dessas mulheres, em que o sofrimento é ingrediente predominante em toda a sua vida. O romance de Condé (2020) denuncia o processo colonizatório, a exploração sobre os escravizados, o estupro sistemático e coletivo sobre as mulheres negras, a imposição do cristianismo, a demonização das religiões de matrizes africanas, entre outras desgraças a pairar sobre a vida dos povos racializados. Tituba também é sinônimo de resistência. Ao longo do romance demonstra-se a revolta e a luta que os povos racializados empreendem para se manter vivos, desde as pequenas revoltas cotidianas à organização de revoltas coletivas. Tituba demonstra a realidade de mulheres escravizadas, como Dandara, Aqualtune e Luisa Mahin (Parks et. al, 2021). Mulheres que lutaram para se livrarem de suas correntes, bem como das correntes que prendiam seu povo.

2.1 Reflexo estético, autoconsciência e humanização

Um grito de liberdade
 Um grito de liberdade
 E a corrente se quebrou
 Um grito de liberdade
 Um grito me acordou
 Coro: Dentro de um canavial
 O negro se libertou

E lá não tinha pra ele
 Nem chibata, nem feitor
 E lá não tinha pra ele
 Nem senzala, nem senhor

Aldeia de Caboclos - Casa de Lei: Pontos de Exú e Pomba Gira.

“O princípio estético se apresenta [...] como resultado da evolução histórico-social da humanidade” (Lukács, 1966, p. 240, tradução nossa), destarte, conforme o esteta, aportado na letra marxiana, o desenvolvimento dos sentidos humanos está ligado ao desenvolvimento histórico, necessariamente ao processo de trabalho. O reflexo estético, portanto, se consubstancia na capacidade humana de refletir sobre um determinado reflexo da realidade, ou seja, de exercer um comportamento contemplativo sobre o real e possibilitar a evocação de uma vivência estética, relacionada a sua eficácia evocadora (Lukács, 1966a). Essa forma de reflexão é realizada por meio da mimese, elo reflexivo entre ser humano e real (Santos, 2018).

O reflexo enriquecido sobre a realidade só se torna possível mediante o processo de “trabalho como veículo de humanização” (Lukács, 1966, p. 237, tradução nossa), em que o ser humano realiza a interlocução e a intervenção na natureza, complexificando-se a si mesmo e objetivando-se humanamente no mundo. O reflexo estético, portanto, vem desde fora para a mente humana e configura-se por cerrar-se em si mesmo. Podemos defini-lo sinteticamente como uma “[...] formação unitária feita de imagens refletidas da realidade, intenção de evocação em sua eleição e coordenação, direção consciente dos efeitos evocadores por sua composição” (Lukács, 1966a, p. 78, tradu-

ção nossa). Isso significa que o reflexo estético produz uma reflexão sobre o reflexo do real.

Tal reflexo possibilita que o ser humano alcance a autoconsciência de si mesmo e de sua humanidade. “O reflexo estético, a configuração artística, enlaça, pois aqui [...] com sua peculiaridade específica e não a excede senão porque a situa embaixo de uma nova iluminação no contexto total da vida, na referencialidade última a autoconsciência da humanidade” (Lukács, 1967, p. 294, tradução nossa). A obra de arte é o resultado do refinamento do reflexo estético, em que este reflete imanentemente o ser humano. Por ser imanente ela reflete o mundo, por ser antropomórfica, reflete também o ser humano; em outras palavras, reflete a relação ser humano/mundo. De acordo com as configurações histórico-sociais de cada período, os seres humanos podem se deparar com formas de mundo diferentes. No caso que estamos estudando, os seres humanos se deparam com um mundo que gestava o modo de produção capitalista, por meio da acumulação primitiva do capital e da colonização. Este é o mundo que racializou estruturalmente seres humanos colonizados para angariar seus belos lucros burgueses. Tal processo se estende hodiernamente e se consubstancia na tentativa de desumanização estrutural sobre os seres humanos através do trabalho assalariado.

Em sua imanência, a arte reafirma a humanidade daquelas e daqueles que mesmo esgotados ao extremo devido à extração de mais-valor absoluto (Marx, 2017), ainda utilizavam parte de suas forças corporais e mentais para lutar contra os inimigos. O sentimento de revolta é refletido esteticamente pelos povos racializados e colonizados. Tal forma de reflexo tem a capacidade de demonstrar um amálgama entre aparência e essência, ou seja, elas se fundem e se entregam à primeira vista, porquanto “[...] a aparência se conforma de tal modo

que precisamente sua fenomenalidade imediata se converte em portadora da essência” (Lukács, 1966a, p. 83, tradução nossa).

No caso da arte, a aparência revela a essência *a priori*, já a ciência possui a particularidade de se esconder atrás da aparência. Para alcançar seu âmag é preciso a investigação do real. Assim, o reflexo científico que elucida objetos é “em-si em objetos para-nós” (Lukács, 1966, p. 239, tradução nossa). Contrariamente, a arte consegue entregar tudo, aparência e essência, portanto, configura-se como *em-si e para-si*. Possui a finalidade de evocar determinados sentimentos, ou um efeito evocador de sentimentos, pensamentos, ou reações do sujeito receptor (Lukács, 1966a). Mediante a mimese, enquanto um reflexo enriquecido do real, os seres humanos podem enriquecer sua subjetividade.

Por meio do constante contato com o real através do trabalho, os reflexos se complexificam. Tal exemplo pode ser encontrado na origem do reflexo estético, em que este primeiro se diferencia do reflexo meramente mimético, porquanto passa a realizar uma orientação consciente dos efeitos evocadores. Em seguida se diferencia também da magia, pois surge desta devido ao caráter evocador de ambas. Até que o reflexo estético se desprende da magia, por sua contradição estrutural em relação à mesma: o primeiro é imanentemente humano, e a segunda configura-se como transcendente. Isso significa que a magia delega poderes humanos ao transcendente, se esvazia da humanidade para personificar-se em entidades metafísicas. No capital, o “deus” se consubstancia na forma-dinheiro, que invade todos os poros da vida humana.

[...] as formações estéticas são reflexos da realidade objetiva, seu valor, seu significado, sua verdade, descansam na capacidade que tem de captar corretamente a realidade, reproduzi-la e evocar nos re-

ceptores a imagem da realidade subjacentes a elas mesmas. Assim, pois sua cerração, sua *imanência*, sua *substantividade*, não pode significar um isolamento a respeito da realidade, a *imanência* não pode ser a de um *puro* sistema formal, nem implicar a indiferença a respeito do efeito da obra. Como mais tarde veremos, a compacidade das formações é a forma especificamente estética de conseguir um reflexo da realidade verdadeiro e de eficácia duradoura. [...] Essa orientação básica do reflexo estético tem como conteúdo de máxima generalidade, comum a toda verdadeira obra de arte, a cismundandade da arte, contraposta a referencialidade de toda formação mágica ou religiosa ainda mais além, a uma realidade transcendente (ibid., p. 41, tradução nossa, grifos do autor).

O filósofo húngaro diferencia, assim, o caráter antropomórfico comum entre arte, magia e religião. A primeira é cismundana e discorda do caráter transmundo advindo das últimas. Assim, a metamorfose do conteúdo provoca o desprendimento do reflexo estético em relação à magia. Isso demonstra o desenvolvimento das capacidades humanas em não mais delegar ao transcendente caracteres da humanidade. Após tal enleio, a obra de arte pode atingir os mais elevados níveis de sofisticação humana, em que tem a capacidade “suspender” temporalmente a realidade, sem se desprender dela. O objetivo do reflexo estético consiste em evocar no receptor sentimentos que os levem à catarse, ou seja, a um estado em que o ser humano se aproxima de si e do outro ser humano, bem como do gênero humano, por meio da reflexão sobre outro reflexo, consubstanciado nas mais variadas formas da obra de arte (Lukács, 1966a).

Lukács delinea no quarto livro de sua *Estética* (1967) formas

de obra de arte, entre elas música⁵¹, arquitetura, literatura, entre outras. Aqui, analisaremos a capoeira. Na obra do filósofo húngaro, não encontramos menção específica ao jogo capoeirístico, mas, o magiar argumenta várias vezes sobre a fantasia do movimento e as danças guerreiras, como partícipes do processo de desenvolvimento estético do ser humano. Por meio da forma de dança mimética, que repete o movimento do outro, esses são complexificados e aperfeiçoados de maneira a tornarem-se mais céleres e eficazes.

Referimo-nos ao processo psíquico que usualmente chama-se fantasia do movimento. Segundo Gehlen, esse processo é, “por assim dizer, o processo de abreviação ou condensação que atravessa o movimento antes de cobrar forma, antes de cristalizar na elegante acentuação do mínimo em que consiste o movimento dominado”. Gehlen sublinha com razão, a íntima relação desse processo com as anteriores experiências, com recordações de movimentos, com exercitações prévias, e destaca seu papel nos movimentos complicados, novos, diversos dos costumes normais, como são os do esporte: “Pode observar-se que digo atendendo a aprendizagem de movimentos complicados, no esporte, por exem-

51 O profundo efeito da música consiste precisamente em que introduz o receptor em seu *mundo*, o faz viver nele e vivenciá-lo, mas, apesar da penetração mais profunda, apesar da mais veemente libertação das emoções, constrói esse mundo sempre como diverso do eu e do receptor, como um mundo distinto dele e significativo para ele precisamente graças a essa diversidade específica. A obra de arte musical recebe de fontes de conteúdos o caráter de *mundo* para-si: da madura totalidade das emoções que se revelam nela. Só quando essas emoções são vistas humanamente, coisa essencial, só quando são capazes de desdobrar por sua vez até as últimas consequências, as emoções que elas mesmas desencadeiam, só então pode surgir um *mundo* no sentido da arte. A consequência, a originalidade, a audácia, a cerração etc., da dação de forma surgem da luta do artista por expressar adequadamente em sua peculiaridade essa ampla ordenação (Lukács, 1967, p. 81, tradução nossa, grifo do autor).

plo: o principiante em esqui ou equitação tem por enquanto grande dificuldade para captar globalmente com atenção composições de movimentos insólitos, as quais se desintegram constantemente há que compô-las fragmentariamente e coordenadas trabalhosamente sob controle permanente até o ponto de que se não se controla um membro, este recai em seus costumes, contraproducentes no momento considerado. Há movimento dominado quando se trata só de escolher conscientemente os “pontos nodais” da sucessão e se deixam que discorram automaticamente a partir deles as fases intermediárias. Uma difícil combinação de movimentos que leste bem construídos depende, enquanto seu êxito global, de que se explicitem com acerto e precisão os pontos nodais dos quais se seguem automaticamente os resultados secundários e harmônicos e as concordâncias parciais e que, portanto, representam motorizadamente o todo. Também no campo motorizado, para que haja nessas condições um *domínio de movimentos* muito sintéticos — por exemplo, o do salto com vara —, o movimento mesmo tem que consistir em coordenações daqueles momentos fecundos” (ibid., p 30-31, tradução nossa, grifo do autor).

Por considerarmos uma forma de reflexo estético, mesmo que ainda limitada a alguns caracteres transcendentais, as letras das músicas analisadas possuem a capacidade sintetizar a aparência à essência, evidenciando *a priori* sua conexão intrínseca. As letras refletem o drama dos escravizados e evocam o sentimento da revolta por seu caráter coletivo. Assim, ressalta-se que os escravizados só podem refletir a revolta após se revoltarem, considerando a determinação “desde afuera” do reflexo estético elucidada por Goethe e memorada

por Lukács. Os quilombos no Brasil, especialmente o Quilombo dos Palmares, em Alagoas (Santos Neto, 2020a), e a Revolução Haitiana (James, 2000), configuraram-se como exemplos da objetivação da revolta e resistência sofisticadas contra o sistema do capital.

A questão de quais são as emoções que promovem e suportam que nasça delas um *mundo* é um problema em primeiro lugar histórico-social. As velhas canções e danças populares que refletem e expressam um mundo emocional sumamente limitado extensiva e intensivamente, podem dar forma musical a totalidades maduras ou alcançadas porque a realidade que refiguram era — tendencialmente — uma comunidade humana, apesar da sua estreiteza, uma comunidade na qual se lutava com problemas essenciais da vida humana (Lukács, 1967, p. 81, tradução nossa, grifo do autor).

Apesar da impossibilidade histórica de derrotar o capital no momento histórico supracitado, visto que ele ainda era um ovo da serpente⁵² sendo chocado na acumulação primitiva, a luta dos escravizados contra o capital está posta esteticamente na capoeira, especialmente na capoeira Angola. Assim, através da associação entre a análise das letras das músicas da capoeira e a lei do valor, conseguimos apreender a exploração sofrida pelas pessoas escravizadas.

A arte dos racializados serve, portanto, para evidenciar o seu processo de humanização. Tal polvorosa é permeada pela constante luta, visto que para ser humano num mundo que lhe desumaniza é preciso lutar contra este mundo. Esta luta se reflete através do reflexo estético dos escravizados que produziram evocações para causar

52 Para uma análise detalhada sobre a obra, consultar nosso ensaio intitulado *O comando despótico do capital sobre o trabalho como o ovo da serpente* (Amorim et al., 2022).

catarses revoltosas. A autoconsciência dos racializados passa pela luta coletiva por libertação.

A literatura também é uma forma artística utilizada para evocar sentimentos humanos (Lukács, 1967). Esta será utilizada nesta pesquisa para investigarmos a particularidade da exploração sobre as mulheres negras. A arte literária consubstanciada nas palavras de Maryse Condé consegue revelar o estupro sistemático e coletivo sobre as mulheres racializadas, como marcha fundadora da colonização com vistas à reprodução biológica dos escravizados. Estuprar mulheres escravizadas nas colônias significava, portanto, o acréscimo ao mais-valor produzido, consequentemente, acumulação de capital. Tal tendência explicitada por Marx (2017) é essencial para desvelarmos a escravização moderna, visto que somente foi realizada para possibilitar a gestação e estabelecimento do modo de produção capitalista. A escravidão moderna serve ao capital e gera o racismo estrutural em suas entranhas, promovendo o genocídio do povo negro (racializado, em geral), entre outras peculiaridades cruéis destinadas às mulheres negras.

As pessoas racializadas conseguem sair do processo de escravização imposto através da revolta e luta contra os exploradores. O reflexo estético desses povos evoca, além de sentimentos como amor, felicidade, tristeza, alegria, angústia, admiração, surpresa, raiva, enfim, os mais variados sentimentos, também há que refletir o sentimento de revolta e luta por configurar-se como um drama de sua humanidade. Logo, a estética dos povos racializados passa pela luta coletiva. As religiões de matrizes africanas, por exemplo, demonstram a vinculação do reflexo estético à magia, enquanto delegam características humanas ao transcendente, constroem arquétipos de instigação da luta. Apesar de tal limitação estrutural, tais religiões se contrapõem

à ordem burguesa por servirem aos interesses coletivos dos racializados. Assim, utilizaremos da literatura, por meio da análise sobre a personagem *Tituba*, protagonista de obra homônima, de modo a revelar a essência da exploração e opressão sobre as mulheres negras.

Tanto a capoeira (reflexo estético ainda ligado ao transcendente), quanto a literatura (obra de arte cerrada em si mesma que revela caracteres plenamente humanos), evidenciam, além da luta contra a exploração sobre corpos racializados, a necessidade de reafirmação subjetiva de sua humanidade através da arte. A humanização das pessoas escravizadas, conquistada coletivamente a partir dos processos históricos de luta acima mencionados, pode ser demonstrada nos exemplos a seguir.

2.2 Vadiagem e resistência: a capoeira como expressão da revolta contra o capital

Uma vez perguntaram ao seu Pastinha

Uma vez perguntaram ao seu Pastinha o que era a capoeira.

E ele, mestre velho e respeitado

Ficou um tempo calado, revirando a sua alma...

Depois respondeu com calma, em forma de ladainha:

A capoeira

É um jogo, é um brinquedo,

É se respeitar o medo e dosar bem a coragem...

É uma luta, é manha de mandingueiro.

É um vento no terreiro

É um lamento na senzala

É um corpo arrepiado, um berimbau bem tocado

O riso de um menininho...

Capoeira é o voo de um passarinho

Bote de cobra coral

Sentir na boca todo o gosto do perigo,
 é sorrir pro inimigo e apertar a sua mão...
 É o grito de Zumbi ecoando no quilombo
 É se levantar de um tombo antes de tocar o chão
 É o ódio, é a esperança que nasce
 No tapisco de uma face
 Que foi arder no coração
 Enfim...
 Aceitar o desafio com vontade de lutar
 Capoeira é um pequeno barquinho...
 solto nas ondas do mar (s/d).

Sangue de Bairro

Bezouro, Moderno, Ezequiel
 Candeeiro, Seca Preta, Labareda, Azulão
 Arvoredo, Quina-Quina, Bananeira, Sabonete
 Catingueira, Limoeiro, Lamparina, Mergulhão, Corisco!
 Volta Seca, Jararaca, Cajarana, Viriato
 Gitirana, Moita-Brava, Meia-noite, Zabelê

Quando degolaram minha cabeça
 Passei mais de dois minutos vendo meu corpo tremendo
 Quando degolaram minha cabeça
 Passei mais de dois minutos vendo meu corpo tremendo
 E não sabia o que fazer
 Morrer, viver, morrer, viver!

Chico Science / Jorge Du Peixe / Lucio Maia / Toca Ogam / Gira / Dengue /
 Ortinho / Bolla
 (Álbum: Afrociberdelia, 1996)

A questão é mesmo de morte ou vida, ou melhor, vida ou

morte. Viver ou morrer no sistema do capital é uma questão de classe. Por isso, mulheres e homens, negras e negros escravizados lutaram desde os remotos tormentos da escravidão capitalista. Não houve docilidade ou aceitação à degradação causada pela invasão burguesa nas colônias. Não houve diálogo pacífico, não houve descobrimento (O'gorman, 1992). Houve expropriação, exploração, saque, roubo, pilhagem, estupro e morte. Este é o legado que a burguesia trouxe consigo do ultramar. Nesse ínterim, lutadoras e lutadores negros e indígenas travaram inúmeras batalhas e revoltas. Que caia por terra qualquer tentativa de pacificar um povo que luta! Que conheçamos nossa história e examinemos a realidade tal qual ela é! Os quilombos foram as primeiras manifestações de uma luta organizada pelas produtoras e produtores de toda a riqueza existente, a força de trabalho negra, enquanto um prelúdio ao trabalho assalariado, conseguiu construir formas de resistência à sanha capitalista por acumulação expressa no processo colonizatório.

A capoeira enquanto uma simbiose entre dança e luta denota o processo organizativo das pessoas escravizadas como um reflexo ativo e transformador destas sobre o real. “Para o quilombo se formar vovô teve que jogar”⁵³, assim, os quilombos são a expressão plena da organização negra, formados por mulheres e homens negros revoltosos contra o sistema do capital (Santos Neto, 2020a). Tais pessoas utilizaram seu próprio corpo como uma possível arma contra seus antagonistas burgueses. Tanto é dessa forma que vadiagem e capoeira eram e são sinônimos, por conseguinte, terminantemente proibidas em diversos momentos da história do Brasil, conforme abordado no capítulo anterior. O movimento da ginga e da dança como disfarce

53 Referência à música *Quilombagem* do álbum homônimo, lançado em 2010 pela banda alagoana *Vibrações*.

aos golpes mortais proferidos na roda de capoeira demonstram como negras e negros constituíram um espaço coletivo sólido em que estavam unidos na alegria e na luta, para confraternizar ou para atacar os inimigos. Nas palavras do Mestre Pastinha⁵⁴, o berimbau é utilizado como instrumento musical na hora da alegria, mas também pode ser um instrumento ofensivo na hora da dor. Porquanto a vida do povo negro é perpassada pela resistência cotidiana, em que é preciso estar sempre disposto a lutar contra os exploradores. A vadiagem da capoeira é tão somente a arte de realizar uma amálgama entre música e dança e retribuir o golpe recebido. O golpe da exploração, do estupro sistemático e coletivo de mulheres negras e do extermínio exercido sobre os povos nativos não passa em branco, pois há séculos exploradas e explorados se organizam contra o capital e poderão devolver o golpe contra este sistema com maestria. A música da roda de capoeira que embala a ginga como um mantra se configura como parte do registro histórico de resistência negra contra o capital. “O que eu gosto de lembrar sempre é que a capoeira apareceu no Brasil como luta contra a escravidão. Nas músicas, que ficaram até hoje, se percebe isso” (Mestre Pastinha apud Scaldaferrri, 2015, p. 181).

Vim no navio de Aruanda
 Vim no navio de Aruanda, Aruanda ê
 Vim no navio de Aruanda, Aruanda á
 Por que me trouxeram de Aruanda?
 Pra que me trouxeram de Aruanda?
 Vim no navio de Aruanda, Aruanda ê
 Vim no navio de Aruanda, Aruanda ê
 Vim no navio de Aruanda, Aruanda á
 Por que me trouxeram de Aruanda?
 Pra que me trouxeram de Aruanda?

54 Mestre Pastinha e Sua Academia - Capoeira Angola (1969). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oZF3z0yb6HU>. Acesso em: 18 set. 2023.

Vim no navio de Aruanda, Aruanda ê⁵⁵

A música expressa o descontentamento latente das pessoas escravizadas em relação a sua situação de exploração nas colônias. O saudosismo de Aruanda, em referência à Luanda, capital de Angola, é acompanhado de questionamentos sobre o porquê e para que negros foram sequestrados de sua terra natal. A inquietação incrustada no corrido da capoeira Angola pode ser retomada em diversas outras canções entoadas pelos revoltosos na luta cotidiana. As negras e negros têm esperança em voltar para “Aruanda”, em dar fim à exploração que sofrem. A resposta aos questionamentos postos na letra da canção “por que” e “para que” sequestraram pessoas, pode ser encontrada com a constatação ontológica de que a gênese da acumulação primitiva do capital impeliu a incessante expansão, o que denota atualmente, nas palavras de Mészáros (2002), a incontrolabilidade do capital. Por seu caráter de constante dinamismo e valorização do valor de forma contínua, negras e negros foram trazidos para o Brasil porque o capital tem necessidade de trabalho vivo para explorar. Quanto à segunda pergunta: para que foram trazidos? Para serem escravizados aos mais vis fins. Os fins da burguesia em formação à época que se constituiu por meio da exploração sangrenta sobre o povo negro que vive um cotidiano de constante denúncia, resistência e revolta contra os exploradores capitalistas. Portanto, a busca pelo fim da exploração estava presente nas letras, ritmos e melodias da capoeira que se contrapunha decisivamente à colonização capitalista.

Angola que me leva

55 Devido à oralidade presente na história da capoeira, os créditos autorais das letras são de domínio público com exceção da letra *Vadiagem*, música de autoria do Mestre Moa do Katendê.

Angola que me leva
 Angola que me leva
 E eu levo ela
 Trago ela comigo
 Levo ela no peito
 No cantar, no meu jeito
 Na roda e na vida
 Me leva no passado
 Conhecer as histórias
 Que ficam na memória
 Pra sempre vou levar
 Me leva adiante
 Que eu vou nos seus braços
 Vai guiando meus passos
 Por onde quer que eu vá
 Levo no dia a dia
 E pela vida inteira
 Levo na capoeira
 Que também me levou lá
 Ohhh me leve eu
 Levo ela lá

Angola e todos os outros países do território africano continuam presentes na vida de negras e negros capoeiristas mediante as canções que eternizaram os efeitos da desgraça promovida pelo capital contra os povos racializados. Os negros e indígenas, apesar de brutalmente obrigados a desprender-se de sua cultura, bem como de sua vida, para atender aos interesses dos colonizadores capitalistas, não estiveram conformados com tal situação e nem assimilaram a cultura da burguesa branquitude. O povo negro resistiu coletivamente e utilizou sua cultura e estética próprias para expressar a força revoltosa contra os senhores de escravizados que hoje se configuram como a burguesia. A tal catequização empreendida pelos jesuítas nas colônias como for-

ma de incutir o cristianismo servia para tentar dirimir a organização coletiva negra e indígena, porém não conseguiu extinguir a cultura e a estética do negro, mesmo diante da mais brutal forma de exploração realizada pelo capitalista para obter o mais-valor absoluto. Exploração esta expressa nos versos das e dos capoeiristas.

No tempo do cativoiro
 No tempo do cativoiro
 Quando o senhor me batia
 Eu rezava pra nossa senhora aí meu Deus
 Como a pancada doía...
 Trabalhava na lavoura
 No açúcar no Cinzal
 Nego era chicoteado
 No velho tronco de pau
 Quando cheguei na Bahia
 A Capoeira me libertou
 E até hoje ainda eu me lembro
 Dos maus-tratos do meu Senhor:
 Trabalha Negro
 Negro Trabalha...
 Coro: Trabalha Negro Pra Não Apanhar!
 Trabalha Negro
 Negro Trabalha...
 Coro: Trabalha Negro Pra Não Apanhar.

O antagonismo essencial entre as classes sociais é posto nestes versos, em que senhor e escravizado encontram-se de lados opostos da trincheira. O senhor ordenava chicotear uma pessoa escravizada, e aqui enfatizamos o ordenava, porque ele próprio nem sempre se dava ao trabalho de realizar os castigos sobre os negros. As punições eram terceirizadas também pela figura do capataz que realizava os desmandes do senhor para alcançar algumas migalhas diante das pessoas escravizadas. Os maus-tratos do senhor, as chicotadas, a exploração

do trabalho, tudo isso reverbera na vida do negro hodiernamente, porquanto mesmo que o negro não apanhe explicitamente no velho tronco de pau, ele continua exercendo as funções mais precarizadas da sociedade, enquanto aquele que outrora explorava e castigava os escravizados hoje corresponde à classe burguesa que acumula riqueza sob o trabalho alheio. Exemplo disto podemos ver em 2021 com a prisão de um militante em São Paulo por queimar uma estátua de um assassino de escravizados, vulgo borba gato. O militante negro passou vários dias preso por tentar destruir a estátua de um criminoso, mas foi criminalizado, justamente porque a ordem do capital é a ordem da exploração e corrupção generalizadas. Qualquer revolta que evidencie o passado escravocrata da burguesia é posta como criminosa, já que os criminosos de ontem são tratados hegemonicamente como os heróis de hoje. Mas os heróis burgueses não são nossos heróis. Desde os tempos da escravidão, as pessoas negras se organizavam contra esses supostos heróis, por isso a nossa história precisa ser contada não como uma dicotomia entre ganhadores e perdedores, mas sim como uma história de explorados e exploradores, em que os explorados não necessariamente são os derrotados. As negras e negros já foram derrotados em muitas batalhas, o que nos importa é que houve, há e haverá luta, pois perder algumas batalhas pontuais para os burgueses não é perder a guerra. Já diziam Marx e Engels (2009) que os coveiros do capital são forjados como um reflexo antagônico do seu desenvolvimento. A relação-capital requer força de trabalho para explorar, e essa mesma força de trabalho é aquela capaz de acabar com sua própria exploração conforme exposto no *Manifesto comunista*. Assim, a luta dos negros de ontem, aqueles escravizados pelas correntes do capital mercantil em sua fase de acumulação primitiva, são os assalariados de hoje, que também são explorados até a esfolação, rememorando as

palavras de Marx. “Trabalha negro, negro trabalha,” sob essas ordens o senhor explorava o escravizado, “trabalha negro pra não apanhar”, mesmo trabalhando o negro continuava apanhando. E continua.

Cadê o negro que eu deixei aqui

Cadê o negro que deixei aqui,
 Cadê o negro que eu deixei aqui
 Cadê o negro que eu deixei aqui
 Cadê o negrooo (refrão)
 Capataz chegou perguntando
 Cadê o negro que eu deixei aqui
 Eu deixei ele trabalhando
 Acha esse negro traz ele pra mim
 Já chamei o capitão do mato
 Pra achar o rastro desse negro
 Vou lhe dar 40 chibatadas
 E das mãos arranco um dedo
 Ele quer fugir pro quilombo
 Se ver livre de suas correntes
 Ele quer encontrar Ganga Zumba
 Encontrar Zumbi e Acotirene
 Sinhozinho já soube da fuga
 E logo lhe bateu uma revolta
 Ele já deixou uma ordem
 Ele quer o seu negro de volta

O burguês quer sua propriedade de volta. O negro é uma mercadoria que não vende sua força de trabalho, como o trabalhador assalariado, a vida do negro é vendida inteiramente ao senhor de escravizados. Os castigos brutais e a exploração absurdamente violenta tem o objetivo de extrair mais-valor da pessoa negra que tem seu corpo vendido ao dispor de outrem. Todas as suas capacidades cor-

porais são utilizadas pelo senhor para acumular riqueza, por isso os escravizados deveriam ser mantidos a ferro e fogo sob a mais brutal violência para que assim padecessem o resto de suas vidas. Porém os negros resistiam. A possibilidade de ser livre e encontrar seus irmãos também livres, numa liberdade para além da formalidade liberal, era o vislumbre de todas e todos aquelas e aqueles que se revoltavam contra o capital.

A estética negra expressa nas músicas da capoeira reflete o ódio e a revolta contra o capital, por isso que o burguês empreende esforços para desumanizar, criminalizar e matar as pessoas negras, para tentar aniquilar qualquer tentativa revoltosa que possa arruinar os negócios burgueses. Somente o trabalho vivo é capaz de produzir mais-valor do que aquele objetivado no trabalho morto. Este último somente transfere o valor objetivado (morto) nos meios de produção ao produto. O ser humano é o único capaz de acrescentar valor a uma mercadoria mediante o processo de trabalho e, concomitantemente, valorização do valor (Marx, 2017). Então era primordial manter subordinadas ao capital sua mais valiosa fonte de riquezas consubstanciada nos escravizados.

A despeito de análises que imputam a produção de mais-valor apenas à sociabilidade burguesa, trazemos o próprio Marx para desfazer essa confusão. “O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador” (ibid., p. 293). Sociedades de classe precedentes ao capitalismo também extraíam mais-valor, o que diferencia a época capitalista das demais é que a extração de mais-valor tornou-se extremamente sofisticada com a extração do mais-valor relativo, o que significa dizer que o desenvolvimento das

forças produtivas permitiu a intensificação da jornada de trabalho por meio duma maquinaria que possibilita a máxima extração de mais-valor em menos tempo. No caso da escravidão colonial, reflexo do empreendimento capitalista na acumulação primitiva do capital, era extraído do trabalhador escravizado o mais-valor absoluto sob forças produtivas pouco desenvolvidas, o que determinava, em poucos anos, a morte da pessoa escravizada pelas longas horas de trabalho forçado.

Vou me embora pra Angola

Vou me embora

Vou me embora

Vou me embora pra Angola

Vou me embora pra Angola

Eu aqui não fico não

Coro: Vou me embora

Vou me embora

Vou me embora pra Angola

Vou me embora pra Angola

Berimbau tá me chamando

Enquanto a vida do escravizado se esvaía sob a exploração de sua carne açoitada para enriquecimento da burguesia em ascensão, negras e negros traçavam estratégias para irem embora do lugar em que eram escravizados. Com a impossibilidade de voltarem à sua terra natal, as pessoas escravizadas construíam o presente com o intuito de um futuro sem exploração. A música da capoeira expressa o descontentamento das negras e negros com a exploração, além disso, sua rítmica, melodia, harmonia e letras servem como uma forma de comunicação entre o grupo de capoeiristas. Os toques e letras entoadas na roda de capoeira podem mostrar que o jogo será somente uma diversão entre camaradas, ou indicar a chegada de perigo. O toque de

Angola, por exemplo, indica um jogo lento e rasteiro, temos também outros toques que diferenciam o ritmo do jogo, como os toques de São Bento Grande e São Bento Pequeno, em que um exige mais agilidade do capoeirista, enquanto o outro mantém o jogo lento. O que nos interessa ressaltar nos toques que compõem a rítmica da capoeira é o toque da Cavalaria, este era utilizado pelos escravizados para denotar a existência do perigo, dentro ou fora da roda de capoeira. Para anunciar a chegada do senhor ou do feitor, o toque da Cavalaria é utilizado como um chamado para a guerra, para que a/o capoeirista possa se preparar e agir da forma mais acertada possível contra seu inimigo. Como se pode constatar, os escravizados possuíam estratégias sofisticadas de resistência e revolta contra seus exploradores.

A manteiga derramou

Vou dizer ao meu senhor
 Que a manteiga derramou
 Mas a manteiga não era minha
 Caiu no chão se espatifou
 Coro: Vou dizer ao meu senhor
 Que a manteiga derramou
 Mas a manteiga é do patrão
 Caiu no chão se derramou
 Vou dizer ao meu senhor
 Que a manteiga derramou⁵⁶

A autoconsciência de classe fica evidente nestes versos, em

56 Esta é uma versão de domínio público do corrido *A Manteiga Derramou*. Na gravação do Mestre Pastinha e sua Academia, a letra possui a seguinte diferença: “Vai dizer ao meu senhor que a manteiga derramou, a manteiga não é minha, a manteiga é de “iôô”. Este verso tem o mesmo sentido que a letra de domínio público citada, visto que “iôô” refere-se ao senhor de escravizados, ou seja, ao explorador.

que a pessoas escravizadas sabiam quem eram seus inimigos e promoviam pequenas e/ou grandes retaliações contra os exploradores. Ao deixar a manteiga derramar ou ao jogá-la no chão, a pessoa escravizada tem consciência de que a propriedade sobre todos os produtos do trabalho era do patrão, neste caso o senhor de engenho. A dicotomia entre explorado e explorador se expressa com a utilização da ironia, em que propositalmente a pessoa escravizada derruba a manteiga do patrão no chão. Assim, devemos lembrar que a partir de pequenos descontentamentos, as manifestações da revolta contida no escravizado crescem e reverberam de forma coletiva na formação dos quilombos. A capoeira, enquanto espaço coletivo de treinamento do corpo e da mente para enfrentar um mundo de exploradores, é primordial para a constituição dos quilombos como centros de resistência à escravidão, e é utilizada de forma estratégica pelo grupo de pessoas escravizadas. A manteiga é do patrão, então que seja derramada até que as pessoas escravizadas possam se apropriar dos frutos de seu próprio trabalho, ou seja, até que não haja mais escravidão, seja direta ou disfarçada no assalariamento.

Assim, compreendemos por que a capoeira foi criminalizada e taxada pejorativamente de vadiagem. “As reportagens falam da *vadiagem*, das *desordens*, da *capoeiragem*, dos meninos que saíam *plantando arrelia*, fazendo *molecagem* nas ruas de Salvador” (Scaldeferri, 2015, p. 177, itálico do autor). Todas e todos aqueles que se contrapõem ao sistema do capital são criminalizados e extirpados pela burguesia. Os primeiros explorados na acumulação primitiva de capital são, por conseguinte, os primeiros a se rebelarem contra a ordem burguesa, também serão o principal alvo de criminalização e genocídio ao longo da história. A vadiagem da capoeira compõe uma ética e estética completamente opostas ao mundo das mercadorias instituído sob o sangue

negro nas colônias. A generalização da forma-mercadoria, como ápice do desenvolvimento capitalista, deve-se à exploração realizada sob exploração de pessoas racializadas. Por isso a vadiação é necessária, vadiar contra o capital, contra a exploração capitalista, contra o genocídio negro, enfim, contra todas as mazelas apreendidas, gestadas e/ou desenvolvidas pelo sistema do capital.

Vadiação

Primeiro é conhecer
 E se identificar
 Depois é aprender
 Treinar e vadiar
 Coro: primeiro é conhecer
 E se identificar
 Depois é aprender
 Treinar e vadiar
 Vadiar, vadiar, vadiar
 Coro: Vadiação
 Ação de vadiar ação
 Vadiação
 Ação de vadiar

Mestre Moa do Katendê

As levas africanas coagidas a trabalhar no Brasil no tempo da colônia trouxeram de Angola uma luta ensaiada ao som de cantos e instrumentos primitivos chamados berimbaus. A capoeira amplamente difundida, principalmente na Bahia, constituiu-se como arma secreta entre os bambas e capadócius do tempo do Império. A violência dos golpes e quatro séculos de repressão policial fizeram evoluir na forma de uma estranha dança disfarçando a luta em vadiação [...]”⁵⁷.

A capoeira é resultado do reflexo ativo das pessoas escravizadas sobre a realidade, em que a ação de vadiar consiste na ação de se revoltar contra a exploração. Primeiro é conhecer a realidade e se identificar com sua própria classe de explorados, depois é aprender coletivamente, através do ensinamento daquelas e daqueles que abriram os caminhos mediante a experiência obtida na práxis da luta cotidiana. A ancestralidade aqui não é considerada por meio duma conotação espiritual idealista, mas examinada materialmente, como a expressão histórica da causalidade posta por aqueles que construíram a resistência contra o capital, desde antes dele se estabelecer plenamente no modo de produção capitalista. Por isso, lembramos de nossos ancestrais como aqueles que nos precederam na luta e nos ensinam a continuar na trilha por uma sociedade livre da exploração de um ser humano sobre outro. Vadiar é um verbo e a ação é lutar. Viva a vadiação de nossas Mestras e Mestres. O que nos interessa, diria Marx, é transformar o mundo, a ação de vadiar ou vadiação é a incessante batalha por essa transformação, pelo fim da exploração e construção de um mundo livre de correntes.

2.3 Revolta e resistência das mulheres negras em Tituba de

Maryse Condé⁵⁸

57 Legenda extraída do documentário *Vadiação*, dirigido por Alexandre Robatto Filho em 1954. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rUO691y4F3A> Acesso em: 18 set. 2023.

58 Este item está publicado em formato de artigo na revista *Argumentum*, sob o título *A exploração da mulher negra sob a Teoria do Valor-Trabalho*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38977/27064> Acesso em: 13 jul. 2023.

Canta, poeta, a liberdade, — canta.
 Que fora o mundo sem fanal tão grato...
 Anjo baixado da celeste altura,
 Que espanca as trevas deste mundo ingrato.
 Oh! sim, poeta, liberdade, e glória
 Toma por timbre, e viverás na história.

Maria Firmina dos Reis, Cantos à Beira-Mar, São Luís do Maranhão, 1871

Além das especificidades que uma pessoa pode carregar ao ser racializada, examinemos agora a particularidade da mulher negra que sofre, nos moldes do capital, a desumanização racista e a subumanidade patriarcal. Angela Davis (2016) versa assertivamente sobre a relação dialética entre esses diversos complexos, em que ressalta não haver uma hierarquia entre opressões, mas um intrincado de complexos que atravessam por inteiro a vida das mulheres negras. Por isso, Lelia Gonzalez escreve a obra *Por um feminismo afro-latino-americano*, pois as condições objetivas da mulher negra a colocam no lugar de exploração brutal em todos os âmbitos de sua vida. Assim, para compreendermos e transformarmos o hoje, em que as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica, sexual e feminicídio, exploradas por um salário menor do que os demais assalariados, e ainda as principais aprisionadas nos cárceres, é necessário recuperarmos a nossa história.

Para tanto, utilizaremos o recurso estético à literatura, mediante a escrita de Maryse Condé. Este é o caminho que tomaremos para compreender dimensões particulares das mulheres negras que brotam desde o início da escravidão capitalista sobre seus corpos. Ressaltamos, portanto, que para além da desumanização gestada, desenvolvida e imposta através da racialização dos povos, o sistema do

capital incorpora em suas entranhas, o patriarcado, também enquanto um mecanismo para facilitar o processo de extração e acumulação de mais-valor. A mulher é posta como uma propriedade privada do homem desde o advento da sociedade de classes (Engels, 1984), isso implica afirmar que o patriarcado se constitui antes do capitalismo sendo apropriado por esse modo de produção. Os fins dessa apropriação são econômicos, visto que o objetivo de manter a mulher subjugada tem o intuito de controlar seu corpo, prole e herança. No caso das mulheres negras, essa relação torna-se mais complexa, pois tanto racismo como patriarcado, ambos mecanismos utilizados pelo capital para intensificar a exploração, atingem a vida dessas mulheres, pelo fato de terem sido escravizadas e se configurarem como uma propriedade privada do homem de forma ainda mais cruel.

A mulher branca estaria designada ao casamento e ao cuidado das crianças, enquanto a mulher negra serviria a toda a família. Ao senhor que a estuprava cotidianamente, à senhora que explorava os serviços domésticos e obrigava a negra a cuidar de suas crianças (enquanto não podia cuidar das próprias) e aos filhos que também usufruíam dos serviços da “mãe preta”(Gonzalez, 1984). Vejamos só até onde chega a hipocrisia da branca em afirmar que uma mulher explorada durante toda uma vida é chamada mãe, como se fosse da família, mas, na verdade, isso é somente mais uma das artimanhas racistas para tentar escamotear o real. Além da exploração doméstica, a mulher negra também trabalhava junto aos homens nos mais diversos trabalhos braçais. Nos trilhos de Angela Davis (2016), sobre a mulher racializada não paira nenhuma tônica duma suposta fragilidade feminina; ao contrário, a mulher negra não é uma propriedade privada com as mesmas atribuições que a branca, mas sim possui o agravante de ser a primeira explorada brutalmente dentro e fora do âmbito doméstico

sob a desumanização racista.

Maryse Condé sintetiza em *Tituba* o drama das mulheres negras, remontando a colonização e o estupro sistemático e coletivo sob a ótica duma personagem negra e escravizada. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem* versa sobre a história de Tituba, mulher escravizada proveniente de Barbados, levada ao Tribunal de Salem (EUA) no século XVII. Tal tribunal exercia um julgamento inquisitório, em que a acusação de bruxaria levou a personagem a ser julgada e presa. Ao longo do romance, recorrentemente Tituba e outras personagens racializadas são citadas como figuras do demônio, a transformação dum ser humano na própria figura do mal implica a imposição das mais variadas formas de punição sobre ele. Tal atribuição de figura maligna levou Betsey, criança cuidada por Tituba, a encenar junto a outras meninas que estariam possuídas pelo demônio para incriminá-la e denunciá-la. Tituba conhece a natureza de forma ativa, consegue extrair das plantas a cura para seus males, utilizando-a conforme seus interesses, porém, sem agredi-la, ao contrário dos colonizadores burgueses que deterioram o mundo desde o período da colonização e exercem a produção destrutiva⁵⁹ sobre a natureza até os tempos hodiernos.

Tal qual a natureza, a vida das mulheres negras também é destruída dia a dia, o estupro sistemático fez e faz parte do cotidiano dessas mulheres, em que sociedades inteiras foram forjadas sob a violência sexual. O início da narrativa de *Tituba* nos mostra os detalhes sórdidos do que é viver num mundo feito para lhe violentar e matar. “Abena, minha mãe, foi violentada por um marinheiro inglês no convés do *Christ the King*, num dia 16, quando o navio zarpava para Barbados. Dessa agressão nasci. Desse ato de agressão e desprezo” (Condé, 2020, p. 25). “Cristo Rei” era o nome do navio no qual a mãe de Ti-

tuba foi estuprada. A autora realiza uma crítica ao cristianismo, visto que a função social da religião cristã, no processo de colonização, é desumanizar pessoas negras e indígenas para explorá-las. No caso das mulheres racializadas, as formas de subjugação patriarcais escancaram o horror de ser desumanizada através do estupro. Nesse sentido, a violência sexual imposta sobre as mulheres negras é utilizada como forma de controle sobre seus corpos com o acréscimo da desumanização, em que tais mulheres são encaradas como animais irracionais.

A agressão e a violência continua sendo despejada sobre a cabeça dessas mulheres há mais de 500 anos. Além do estupro, as mulheres negras são obrigadas a manter a gestação e parir um filho duma violência. Ao nascer *Tituba*, o primeiro sentimento de sua mãe é somente mais tristeza, em saber que mais uma menina veio ao mundo para padecer o mesmo que ela. “Minha mãe chorava, porque eu não era um menino. Parecia que o destino das mulheres era ainda mais doloroso que o dos homens” (ibid., p. 28). Toda a dor e tristeza das mulheres negras que sofreram e sofrem a violência do capital sob os mecanismos da colonização, racismo e patriarcado, torna-se revolta e luta árdua contra os exploradores de seu trabalho e de seu corpo. Ao longo da obra, em diversos momentos a revolta prevalece, demonstrando que mesmo diante da mais perversa brutalização empreendida a uma determinada parcela de seres humanos, ainda assim, há ódio e esperança para lutar.

[...] Darnell estava parado em pé, a menos de um metro de onde eu estava. A camisa dele estava no chão e a calça estava aberta, revelando a brancura de suas roupas íntimas. A mão esquerda procurava algo bem na altura de seu sexo. Minha mãe berrou, virando a cabeça na minha direção: — O facão! Me

59 Para maior detalhamento sobre esta categoria consultar Mészáros (2002).

dá o facão! Eu obedeci tão rápido quanto pude, segurando a enorme lâmina com minhas mãos frágeis. Minha mãe bateu duas vezes. Lentamente, a camisa de linho branco se tornou escarlate. Enforcaram minha mãe. [...] Ela havia cometido um crime sem perdão. Tinha golpeado um branco. Ainda que não tivesse o matado (ibid., p. 30 e 31).

Tituba descreve a brutalidade da vida de uma escravizada, em que seu corpo era propriedade inteiramente do senhor Darnell, que poderia estuprá-la a seu bel-prazer. O esperado seria que a mulher se resignasse e aceitasse tal destino funesto, mas em diversas situações de desumanização é preferível a morte à vida desumanizada. Abena preferiu golpear seu agressor e ter o risco de ser morta, do que sobreviver sendo morta diariamente pela violência. O estupro é recorrente na vida das mulheres escravizadas e esta desgraça se reflete até hoje na vida das mulheres negras que, em sua maioria, ainda continuam presas à escravidão sob a forma mistificada de assalariamento, como também sendo as maiores vítimas de violência sexual. O corpo da mulher negra é tomado como posse e propriedade, como se estivesse sempre à disposição para servir à violência perpetrada pelo homem burguês e branco. O resultado do crime sem perdão de golpear com uma facada um senhor de escravos estuprador é a morte da mulher violentada sistematicamente. Além disso, as crianças escravizadas presenciavam, desde a mais tenra idade, todo o processo de desumanização sobre seus pares. Tituba desde criança foi obrigada a conviver com o horror da escravidão.

Todos os escravizados foram convidados para a sua execução. Quando, de nuca quebrada, ela entregou sua alma, um canto de revolta e ira se ergueu de todos os peitos que os capatazes fizeram calar com grandes golpes de chicote. Eu, refugiada na saia de

uma mulher, senti se endurecer em mim, como lava, um sentimento que não me abandonaria nunca mais, um misto de terror e luto. Enforcaram minha mãe (ibid., p. 31).

A execução de Abena foi pública para servir de exemplo aos demais escravizados que tentassem de alguma forma se rebelar contra a ordem estabelecida. Tal ordem conclama o estupro das mulheres negras como ferramenta de expansão dos negócios. O senhor teria o direito de estuprar a negra para que esta reproduzisse mais escravizados, portanto, mais trabalho vivo pudesse ser incorporado à produção de riquezas. Além de estuprar as mulheres negras para produzir novos escravizados e explorá-los, as filhas dessas mulheres também estavam fadadas a padecer sob o mesmo fim: aceitar o estupro ou morrer por se rebelar. Esta é a lógica que o sistema do capital impõe as mulheres negras. *O mais-valor extraído de cada escravizado durante o processo de colonização é perpassado pelo estupro sistemático e coletivo de mulheres negras.*

A desumanização serve aqui para justificar a violência sobre tais mulheres. Além da escravização de seu trabalho e corpo, também há a demonização de sua religião e cultura. Os rituais em que Tituba utiliza-se de ervas naturais para promover cura a si mesma e às demais pessoas ao seu redor são vistos como algo demoníaco, assim, todo o mal que essas mulheres sofressem, seria apenas o resultado de servir a forças malignas. A culpabilização sobre as vítimas através da desumanização destas dá a tônica do sofrimento das mulheres negras, em que estas são tratadas como figuras animais pelas pessoas brancas. Estas tinham medo das “bruxas” que utilizavam ervas para fazer remédios e possuíam sobre a cabeça “cabelos de moita”. Ao contrário do homem burguês e branco, este sim, explorador e colonizador de terras e

corpos, a mulher negra não perpetra o mal às pessoas ao seu redor, apenas tenta se defender das desgraças impostas à sua vida. A vítima da exploração é metamorfoseada em algoz ao se revoltar minimamente contra a violência sofrida.

Tituba também denuncia a larga contradição entre as próprias mulheres, o que nos leva ao antagonismo entre classes sociais como essencial para compreendermos como os mecanismos de opressão patriarcais irão se abater sobre a mulher. A burguesa é tão inimiga da mulher negra escravizada quanto o seu marido, pois a explora e tripudia sobre a sua existência. Não há sororidade possível com a mulher burguesa, quando ela própria se utiliza de todos os métodos criados pelo homem burguês e branco para explorar e subjugar pessoas. Durante a passagem de Tituba pela casa da senhora Susanna, aquela é obrigada a aprender preces cristãs e menosprezada cotidianamente pela senhora que possui nojo das pessoas negras. Tituba fora designada para tomar conta dos cuidados domésticos, enquanto a própria burguesa preferia preparar a alimentação por ter nojo da manipulação dos alimentos realizada por uma mulher negra. Susanna é viúva de um fazendeiro de cana-de-açúcar que enriqueceu sobre a escravização de pessoas. *A mulher burguesa é tão inimiga das mulheres trabalhadoras e racializadas quanto o homem burguês.* “O que me deixava mais estupefata e revoltada não era tanto as palavras que diziam, mas a maneira como as diziam. Parecia que eu não estava lá, em pé, na entrada da sala. Falavam de mim e ao mesmo tempo me ignoravam. Elas me riscaram do mapa dos humanos. Eu era a ausência. Um invisível” (ibid., p. 51). Por isso faz-se necessário especificar a particularidade do sofrimento da mulher negra, porquanto para além de encarar um mundo burguês, racista e patriarcal, ainda é necessário enfrentar as mulheres burguesas exploradoras. O ataque vem de todos os lados.

Assim, as acusações de bruxaria sobre as mulheres negras foram utilizadas pela classe burguesa para queimar e/ou enforcar mulheres em público com o intuito de eliminar o “mal” presente nestas. O cristianismo como arma da colonização burguesa foi eficaz em exterminar pessoas ao longo dos séculos, de modo que quando uma negra ou negro não exercia tal religião era prontamente posto como alguém influenciado pelo demônio. A religião cristã foi a peça ideológica utilizada pelo burguês para tentar incutir conformismo e resignação aos escravizados, e continua sendo utilizada hoje na escravidão assalariada. Nos tribunais de julgamento de escravizados, a acusação de bruxaria era utilizada como um pretexto para realizar a violência pública como ameaça à revolta dos explorados. “No tribunal, a palavra do escravizado ou mesmo de um negro livre não contava. Não importava o quanto gritássemos e clamássemos que eu ignorava quem era Satanás, ninguém prestaria atenção” (ibid., p. 56). A desumanização serve para aliviar a consciência do burguês explorador que considera estar fazendo um favor em eliminar da face da terra a figura do mal que ele mesmo criou para garantir a acumulação de riquezas.

Em certo ponto da trama, Susanna vende Tituba e seu companheiro John Indien para um pastor que irá à América. Aqui Tituba é retirada de seu lar em Barbados, mesmo na condição de escravizada, para ser explorada na América por Samuel Parris, homem horripilante que obrigou os seus novos escravizados a serem batizados e contraírem o matrimônio no cristianismo. Este é o prelúdio do que viria a ser o maior sofrimento da vida de Tituba. Longe de sua terra natal, sem conhecer o lugar no qual viveria, por conseguinte, teve que aprender a lidar com novas ervas locais para fazer seus processos de cura e ainda teve que se converter obrigatoriamente ao cristianismo. Tituba é obrigada a embarcar para a América no navio *Blessing*, que significa *Bênção*.

O cristianismo é uma obsessão do burguês colonizador que considera uma bênção explorar pessoas até a morte para enriquecer. Esta é a bênção que levou o sistema do capital a se reproduzir incessantemente até o seu estabelecimento no modo de produção capitalista. A bênção para o capitalista é extrair e acumular mais-valor.

Samuel Parris, um homem abençoado, creditava à cor da pele de seus escravizados uma prova da danação a qual eles supostamente representavam, e todos os dias obrigava sua esposa, filhas e escravizados a se prostrarem à realização de preces cristãs e entoar as palavras “pecado, mal, Maligno, Satanás, demônio” (ibid., p. 73) como mantras aos seus subordinados, inclusive obrigando-os a confessar seus “pecados”. Tituba questiona: “- Por que tenho que me confessar?” Para ela, não há sentido nessa prática. Quando sua cultura não é dicotômica entre bem ou mal, seres humanos são falhos e podem ter atitudes acertadas ou não, isso significa que a nossa personagem não consegue compreender uma vida de autopunição contínua baseada na concepção de pecado, simplesmente porque isso é uma prospecção cristã. O pecado é criado tão somente para incriminar pecadores, e o maior pecado que Tituba poderia cometer é apenas existir enquanto uma negra que questiona. Levou um tapa na cara do sacrossanto senhor e foi punida como reza a tradição cristã.

A questão da sexualidade também é posta em evidência ao longo do romance, enquanto Tituba, apesar do processo de desumanização que sofre, consegue estabelecer relações com parceiros a qual está realmente ligada afetivamente, e ter na sexualidade um momento de relaxamento e prazer, a branca concerne a sexualidade como uma “herança de Satanás” (ibid., p.74), segundo as palavras de Elizabeth, esposa de Samuel Parris, ao se referir ao ato sexual. Vejamos como o cristianismo é castrador dos desejos das mulheres de formas diferen-

tes: a mulher racializada, por não carregar consigo o pudor cristão, consegue ter uma sexualidade livre, sendo punida severamente pelos homens burgueses e brancos que a estupram sistematicamente. Já as brancas e cristãs são castradas de seu desejo sexual para servirem ao matrimônio, e consideram o prazer um pecado. Nesse sentido, este é mais um ponto em que a mulher negra é desumanizada, por ter desejo sexual e expressá-lo, é tida como vulgar e esdrúxula, sob a velha dicotomia da mulher feita para o casamento e a outra para o sexo. Na verdade, as duas saem perdendo, mas a mulher racializada possui o agravante de ser explorada sexualmente.

Uma passagem que chama atenção no diálogo entre Tituba e Elizabeth, é que esta condena a primeira por sonhar demais. Tituba costumava contar histórias para as crianças que as faziam percorrer distintos lugares da imaginação, então foi repreendida pela senhora Parris, pois o sonho evoca a possibilidade de mudança. Tituba sonhava com a liberdade, em voltar para a sua terra, em sair dos desmandos de Samuel Parris, em não ter que realizar preces cristãs, em poder viver como uma mulher livre de explorações. Mas o sistema do capital não permitia que uma mulher racializada pudesse concretizar tais planos. Mesmo com a revolta cotidiana, Tituba ainda passará por uma série de desgraças até o fim de sua vida. Sua condição de mulher negra não lhe dá outra opção no século em que vive. A escravidão de seu corpo significa o enriquecimento do burguês, por isso a liberdade de Tituba é inexistente, pois ela representa as diversas mulheres escravizadas e lutadoras que se rebelaram contra o sistema do capital.

Tais mulheres são rememoradas no livro *Mulheres Negras e Marxismo*, em que lutadoras negras como Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin são lembradas por seu legado revolucionário como exemplos na luta contra a escravidão capitalista. Dandara e Aqualtune foram

grandes lutadoras e estrategistas que estavam imersas na luta no Quilombo dos Palmares em Alagoas; Luisa Mahin se destaca como líder na Revolta dos Malês na Bahia. Estas são mulheres que enfrentaram a luta contra a escravidão, estabelecendo através dos mocambos e quilombos novas formas de relações sociais que subvertem a lógica destrutiva do capital (Parks et al., 2021). Tituba remonta a história de mulheres de luta a exemplo de Dandara, Luisa Mahin, Aqualtune, Anastácia, Teresa de Benguela, Zeferina, Maria Felipa de Oliveira, Adelina Charuteira, Mariana Crioula, Esperança Garcia, Maria Firmina dos Reis, Eva Maria de Bonsucesso, Tereza do Quariterê, Maria Aranha, Tia Simoa, Zacimba Gaba, Na Agotimé, entre outras diversas mulheres negras que construíram rebeliões contra a escravidão, na tentativa de subverter a ordem social burguesa imposta às colônias. Essas mulheres foram líderes dos quilombos, instigavam a revolta entre seus pares, algumas delas, como Maria Firmina dos Reis, chegaram a escrever poemas e romances célebres sobre a época da escravidão, como a obra *Úrsula*⁶⁰. O recurso da capoeira também fora utilizado por elas como instrumento de luta coletiva.

Tituba é o retrato pormenorizado de mulheres negras escravizadas que sofreram a mais brutal violência, mas que nunca se resignaram e sempre buscaram subverter a ordem com a finalidade de eliminar a exploração. Sofrimento, raiva e ódio eram os sentimentos que instigavam a revolta nas pessoas escravizadas. Não bastasse o sofrimento de Tituba ao ver sua mãe morrer enforcada, a nossa personagem, como se estivesse num filme de terror, revive tais lembranças dolorosas ao presenciar a execução duma mulher escravizada.

60 Antes do *Navio Negreiro* de Castro Alves, declamado pela primeira vez em 1868, Firmina já descrevia em seu livro *Úrsula*, de 1859, a crueldade do tráfico de pessoas sequestradas na África e transportadas nos porões “tumbeiros” (Reis, 2018, p. 7).

Numa tarde, voltando de Long Wharf, fomos testemunhas de um espetáculo, cuja terrível impressão nunca mais se dissipou de mim. Estávamos em Front Street quando vimos muitos negros, na praça situada entre a prisão, o Tribunal e a Igreja. Haveria uma execução. A multidão se apertava então aos pés do palanque elevado, sobre o qual estava a forca. Ao redor dela se agitavam homens sinistros, com chapéus de abas largas. Quando nos aproximamos, percebemos que uma mulher, uma velha, estava em pé, com a corda ao redor do seu pescoço. Bruscamente, um dos homens empurrou o pedaço de madeira sobre o qual os pés dela descansavam. Seu corpo se arqueou. Ouvimos um grito horrível e sua cabeça caiu para o lado. [...] Eu mesma urrei e caí dos joelhos no meio da multidão excitada, quase alegre. [...] Foi como se eu tivesse sido obrigada a reviver a execução da minha mãe. Não, não era apenas uma velha que balançava ali. Era Abena, na flor da idade e na beleza das formas! Sim, foi ela, e eu tinha novamente sete anos. E a vida recomeçou depois daquele momento! [...] Eu urrava, e, quanto mais eu urrava, mais tinha desejo de urrar. De urrar meu sofrimento, minha revolta, minha raiva impotente. Que mundo era aquele que tinha feito de mim uma escravizada, uma órfã, uma pária? Que mundo era aquele que me separava dos meus? Que me obrigava a viver entre pessoas que não falavam minha língua, que não compartilhavam a minha religião, num país feio, nada agradável? (Condé, 2020, p. 82 e 83).

Este é o mundo burguês. Um mundo invadido por homens burgueses e brancos para saquear, assassinar, expropriar e explorar. Este mundo estava em plena formação no período em que Tituba relata sua horrenda história. Perdeu a mãe aos sete anos por golpear de

faça um branco estuprador. É posta cotidianamente sob a violência capitalista que se utilizava da tríade mencionada — prisão, tribunal e igreja — como pilares de repressão e punição dos escravizados e imputação ideológica do cristianismo para impor o pecado e matar os “pecadores”. O sofrimento de Tituba é o sofrimento de sua mãe, da mulher morta, bem como de todo o povo escravizado que tinha sua vida ceifada pelos desgraçados homens burgueses. Não sabia Tituba que passaria pela terceira vez pela mesma ocasião, sendo ela própria posta no banco dos réus como uma bruxa. Podemos apreender perfeitamente a função social de designar uma mulher escravizada como bruxa. Servia de palanque de punição do homem burguês sobre os revoltosos. O horror produzido pelas execuções públicas é a imposição do medo e da violência sobre os explorados.

Ao se mudar para a cidade de Salem, onde se passa o Tribunal mencionado no título do livro, Tituba também vai parar no banco dos réus pela acusação de bruxaria. As próprias crianças a qual ela cuidava foram responsáveis por encenar estarem enfeitiçadas pelo demônio, em que forjaram possessões do diabo para incriminar sua “mãe preta” (Gonzalez, 1984). Tal é a hipocrisia burguesa e branca, na primeira oportunidade a família Parris enviou Tituba para ser julgada em Salem, não há consideração “familiar” sobre a negra que cuida de seus filhos.

Isso se reflete hoje, por exemplo, no caso do menino Miguel, que foi assassinado pela patroa de sua mãe na cidade de Recife/PE, em junho de 2020. Mirtes Renata, mulher negra e trabalhadora doméstica, foi obrigada a passear com o cachorro da patroa, enquanto deixou seu próprio filho sob os cuidados da mesma, Sari Corte Real. De repente a mãe vê seu filho caído no chão e morto. A branca deixou o menino cair do prédio, pois o colocou sozinho no eleva-

dor e ainda selecionou a cobertura para que o menino chegasse ao topo do edifício. A desumanização da pessoa racializada não ficou no passado desgraçado e escravocrata, o assassinato de Miguel foi forjado desde a escravidão capitalista consonante à acumulação primitiva do capital. Tituba também perdeu seu filho, ao se perceber grávida abortou como forma de resistência, para que o fruto de seu corpo não sofresse o mesmo mal a qual ela sofria. A maternidade da mulher negra é aniquilada, pois esta deve cuidar dos filhos da branca e assim seus filhos estão sempre em constante risco. Devido à mentira das crianças brancas, Tituba foi mandada à Salem.

Antes de ir ao Tribunal de Salem, Samuel Parris e sua corja cristã, como “aves de rapina”, invadiram o quarto de Tituba para obrigá-la a confessar o enfeitiçamento sobre as crianças, e mais uma vez o estupro aparece como punição à suposta bruxaria. Os homens de fé, com seus capuzes pretos, amarraram Tituba em sua cama e iniciaram a sessão de tortura para que confessasse algo que não fez, mas como a pessoa racializada é considerada a própria figura do mal na terra, estes homens poderiam além de acusá-la indevidamente, também estuprá-la, pois seu corpo era propriedade do senhor. “Um dos homens subiu em mim como se eu fosse um cavalo e começou a bater na minha cara com seus punhos, duros como pedras. Um outro ergueu a minha saia e enfiou um pedaço de pau com a ponta bem talhada na parte mais sensível do meu corpo enquanto ria” (ibid., p. 138). Este é o homem burguês e branco na sua mais plena barbaridade, estes são os verdadeiros selvagens que imputaram à mulher negra o estupro sistemático como forma de reprodução da força de trabalho e também como punição. Tituba revive o horror de forma constante, no qual a vida torna-se um fardo difícil de carregar. Nesse ínterim, nossa personagem foi presa até o dia do julgamento.

Durante o Tribunal de Salem, Tituba passou por um minucioso interrogatório, no que foi acusada de ter pacto com o diabo e ter enfeitado as crianças, porém, para se defender, em seu depoimento remeteu a culpa a outras pessoas e disse estar possuída por visões que ordenaram que fizesse tal feito, mesmo não tendo realizado nenhum ato de bruxaria contra as crianças. Tituba não foi morta dessa vez. Ela permaneceu mantida acorrentada no celeiro do Diácono da cidade e depois foi transferida para a prisão de Salem. Cristianismo e punição andam juntos para destruir a vida das pessoas escravizadas.

Em 1693, um ano após estar acorrentada e tendo que realizar trabalhos forçados para a sua própria manutenção na prisão, houve um perdão geral aos acusados de bruxaria, devido à proporção do caso, em que as crianças acusaram mais e mais pessoas de ter pacto com o diabo e não havia como manter toda aquela gente presa. Após o perdão geral pactuado com Londres, diversos presos foram libertos, mas Tituba não tinha aonde ir, nem como se manter. O resultado da prisão de Tituba foi uma dívida pelo tempo de “estadia” na prisão, paga após ser vendida a um novo senhor. A nossa personagem é comprada por um judeu viúvo chamado Benjamin e ficou com a função de cuidar dos filhos dele. A sua morada com o novo senhor dura pouco tempo, pois houve um incêndio na casa desse homem, em que os filhos dele morrem e o mesmo decide ir embora de Salem em direção a *Rodhe Island*, também nos EUA, enquanto enviou Tituba de volta para Barbados, sua cidade natal. Ao realizar a viagem de volta para sua terra de origem, numa viagem repleta de humilhações, Tituba percebe que o lugar onde viveu está tomado por sequestradores de pessoas.

[...] minha ilha não me celebrava! Chovia, e os telhados molhados de Bridgetown se aglomeravam em torno da silhueta da catedral. Nas ruas, corria

uma água barrenta na qual pisoteavam animais e pessoas. Sem dúvida um navio negreiro acabara de lançar âncora, pois, debaixo do toldo de palha de um mercado, ingleses, homens e mulheres, examinavam os dentes, a língua e o sexo dos boçais, que tremiam de humilhação. [...] Que cidade feia a minha! Pequena. Mesquinha. Um posto colonial sem envergadura, com todo o fedor do lucro e do sofrimento (ibid., p. 203 e 204).

O fato de Tituba ter voltado a sua terra, não significa que alcançou a liberdade, pois esta é legada apenas aos proprietários privados, os donos dos meios de produção, a burguesia em ascensão. Para os explorados restava a humilhação de ter seus corpos averiguados para serem vendidos como mercadorias. A generalização do mundo das mercadorias estava em curso e tinha como o principal produto os corpos de mulheres e homens negros. Não havia como Tituba ser livre num mundo feito para lhe destruir. Assim, nossa personagem retorna à sua cabana, onde vivia isolada antes do processo de escravização. Ao chegar lá, Tituba se dedica a reconhecer o lugar onde habitava tentando extrair da natureza a cura para as moléstias do corpo e da mente. Por isso, quando os escravizados ficavam doentes, a procuravam como uma curadora.

Eu estava lá quando os escravizados me trouxeram um menino que o chicote do capataz deixou para morrer. Ele tinha recebido duzentas e cinquenta chicotadas nas pernas, nádegas e costas, e seu corpo já estava enfraquecido, pois tinha passado um tempo na prisão — por ser um insolente, um reincidente, um negro cabeça-dura que não conseguiram fazer melhorar. Disseram que ele não resistiria. Os escravizados então o levaram para a vala cavada num

campo de erva-de-guiné, quando se deram conta de que ele ainda gemia. Então decidiram trazê-lo a mim (ibid., p. 227).

A bruxa, na verdade, é a mulher que consegue manipular plantas a favor de si mesma e de sua comunidade. Tituba salva a vida do revolucionário Iphigene com seu conhecimento medicinal e esse continua no processo de organização da luta dos escravizados. É evidente, neste excerto do romance, o papel das prisões tão elucidado por Angela Davis (2018). Combater os revoltosos ao sistema do capital é o objetivo primeiro do cárcere, e devemos lutar para extingui-lo através da destruição do capital. Iphigene organizava a luta, por isso foi preso, espancado, torturado e quase morto. Ao voltar à vida, continuou sua trajetória e organizou uma revolta conjunta com negras e negros escravizados de várias fazendas. Já que não possuíam armas de fogo, decidiram usar o próprio fogo para incendiar a casa dos senhores.

A revolta é o alimento constante do escravizado que possui uma vida de aflição incessante. Tituba e Iphigene lutavam porque sabiam que essa era a única opção para viver dignamente e se livrarem das correntes da exploração. Eles tinham consciência de que somente a luta coletiva poderia transformar a realidade a qual estavam imersos, bem como sabiam que a exploração do trabalho dos racializados era o que proporcionava a riqueza dos burgueses em todas as partes do mundo. “Eu sabia que, cada vez mais, os navios negreiros aportavam em suas costas e que ela se preparava para dominar o mundo graças ao nosso suor. Eu sabia que os indígenas tinham sido completamente dizimados do próprio mapa, reduzidos a errar sobre as terras que uma vez eram suas” (Condé, 2020, p. 240). Pela última vez, Tituba se vê diante

da morte, pois a rebelião organizada junto a Iphigene foi descoberta pelos senhores e logo as tropas policiais inglesas estavam a postos para eliminar do mundo os revoltosos.

Os fazendeiros decidiram dar um exemplo, porque em três anos foi a segunda grande rebelião. Eles conseguiram o apoio total das tropas inglesas que vieram defender a ilha dos ataques dos vizinhos, e nada foi deixado ao acaso. Sistemáticamente, as plantações foram revistadas e os escravizados, que inspiravam dúvida, postos debaixo, de alguma mafumeira. Depois, baionetas na bunda, empurraram toda essa gente para uma vasta clareira onde dezenas de forcas tinham sido erguidas. [...] Cercado por seus pares, usando um tapa-olho, Errin percorreu a cena de execuções. Ele veio até mim e disse com desprezo: - Muito bem, bruxa! Você que a deveria ter conhecido em Salem, vai conhecê-la aqui! E vai encontrar suas irmãs que partiram antes de você. Tenha um bom sabá! [...] Eu fui a última a ser conduzida a forca, pois merecia um tratamento especial. A punição da qual eu tinha “escapado” em Salem, era agora apropriada (ibid., p. 241 e 242).

Tituba foi enforcada. Teve o mesmo destino que sua mãe Abena e tantas outras mulheres revoltosas que lutaram pelo fim da exploração. Mesmo tendo conseguido voltar a sua terra de origem, permaneceu sendo uma escravizada, porque a escravidão nos moldes do capital mercantil é mundializada. Uma pessoa racializada representava a figura do demônio em qualquer continente que estivesse, pois o racismo é o mecanismo utilizado no processo de colonização capitalista para realizar o genocídio do povo racializado. Como lembra Tituba em sua narrativa, os indígenas também foram dizimados em

nome da acumulação de riquezas. Toda a desgraça imposta às pessoas racializadas é resultado das atrocidades cometidas pela burguesia no período de acumulação primitiva do capital para extrair e acumular mais-valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como última sociedade baseada na exploração, como a sociedade que não só produz as condições prévias econômico-materiais do socialismo, mas também levanta seus próprios coveiros, a sociedade capitalista tem que produzir, no seio das forças que deformam e desfiguram o ser humano, também aquelas outras forças que se orientam ao futuro, as quais se voltam cada vez mais conscientemente contra elas (Lukács, 1966, p. 68, tradução nossa).

Ao examinarmos a relação entre racismo e capital sob a categoria da totalidade, concluímos que *a origem ontogenética do racismo estrutural está no processo de acumulação primitiva do capital e da colonização empreendida pela burguesia*, conforme analisado no primeiro capítulo deste livro. Assim, a mundialização do capital estabelecida desde o sistema colonial (Santos Neto, 2020) é nodal para a compreensão do racismo em sua forma estrutural. Somente após tal processo foi possível estabelecer o contato entre os mais diversos lugares do mundo, desta feita, a burguesia pôde disseminar as contradições do capital a nível mundial. Isso significa dizer que os colonizadores levaram consigo o antagonismo da sociabilidade burguesa para todos os lugares do mundo. Como somente tinham como referência sua própria brancura, ao chegarem em lugares povoados por povos de distintas etnias, com diferentes formas de produção e reprodução social, o homem burguês branco construiu o processo de racialização, no qual os “estrangeiros” seriam de raças inferiores, enquanto o primeiro seria o representante geral do gênero humano. A burguesa branquitude considera-se como

uma espécie de não-raça, enquanto as outras etnias são racializadas (Almeida, 2018).

Nesse ínterim, constatamos que *o racismo é de natureza burguesa, a natureza do homem burguês é racista*. Além de designar a desumanização dos povos autóctones durante a acumulação primitiva do capital, a classe burguesa ainda justifica o racismo através duma pseudociência propagada por seus apologistas, para comprovar falsamente a superioridade da “raça branca” em relação aos povos racializados.

A burguesia, enquanto classe dominante, também domina ideologicamente, por isso dissemina falsamente a natureza do homem burguês como a natureza humana. Porém, ao analisarmos a letra marxiana mediante a crítica cabal à economia política, explicita-se a falácia burguesa em denotar a natureza humana como individualista, egoísta e mesquinha, quando essa é a natureza do homem burguês (e branco) denunciada ao longo dessa argumentação.

A suposta imutabilidade da natureza humana está em consonância com a falsa eternidade do sistema do capital, porquanto este pode *vir-a-ser* destruído. Os explorados pelo capital são, ao mesmo tempo, aqueles que podem ser os coveiros desse sistema. Por isso, a burguesia escamoteia a realidade e esconde a sua própria história de assassínio, genocídio, saques, estupro, expropriação e usurpação. Que a verdadeira face da burguesia seja exposta e esta vá direto para a lata do lixo da história como uma corja exploratória!

Chegamos, por fim, à função social do racismo. Ao racializar parcelas de seres humanos ao redor do mundo, a burguesia utilizou-se do racismo como pretexto para desumanizar, explorar, expropriar e matar tais pessoas. Como os racializados não são considerados seres humanos, então o burguês teria a justificativa “perfeita” para dizimar todos os povos que encontrasse pela frente. A construção do mito do

selvagem parte da premissa da desumanização, processo que inclui também a demonização da pessoa racializada através do cristianismo. Tal religião serviu como arma ideológica de expansão do capital. Todo o ouro e terras saqueadas eram feitos com a “benção divina”, além disso, a tentativa de catequização dos povos autóctones se configurou como forma de controle ideológico sobre os colonizados (Césaire, 2006). *O racismo estrutural é, portanto, um mecanismo criado pela burguesia para intensificar o processo de exploração, expropriação e dizimação mediante a desumanização das pessoas racializadas. No caso particular das mulheres negras escravizadas, o estupro se constituiu como uma forma de reprodução da força de trabalho escravizada, portanto, o mais-valor acumulado pelos capitalistas no processo de colonização foi empreendido sobre o estupro sistemático e coletivo das mulheres negras* (Davis, 2016).

O processo de desumanização racista, empreendido contra os povos racializados e colonizados, nada mais é do que uma forma particular de desumanização. Esta é gestada pelo capital desde a acumulação primitiva e se configura como estrutural com o estabelecimento do modo de produção capitalista. Os escravizados foram os primeiros que transmigraram suas vidas às mercadorias burguesas, em que através da extração de mais-valor absoluto, cediam sua força de trabalho humano sem limites ao capitalista. Este processo degrada a vida dos escravizados e suga sua energia vital à morte prematura.

A desumanidade racista deu origem à desumanidade generalizada do capital, porquanto a classe operária vende-se como mercadoria ao capitalista para subsistir, bem como cede a sua humanidade à mercadoria, por meio da extração e acumulação de mais-valor, enquanto lógica fulcral do sistema do capital. A produção é alienada de seus produtores, bem como a exteriorização destes é estranhada da produção. Tal contradição entre capital e trabalho é inerente ao sistema do

capital e gera a *desumanidade crônica*.

A desgraça da vida dos povos racializados é o sistema do capital. A revolta dos escravizados e indígenas está incrustada nas formas de reflexo estético analisadas no segundo capítulo. Pautamos a humanização do povo racializado através de seu reflexo estético sobre a revolta. Conforme a teoria do reflexo lukacsiana, todas as formas de reflexo advêm da conexão entre sujeito e objeto mediante o trabalho. Então, a interlocução entre ser humano e natureza permite que o primeiro se complexifique a ponto de refletir esteticamente sobre a realidade. O reflexo estético se configura como uma forma imanentemente humana de objetivação. Por isso, analisamos reflexos estéticos que denotam a humanização dos povos racializados por meio da luta coletiva. Desta feita, essa forma de reflexo tem a capacidade de humanizar o ser humano devido ao seu caráter de autoconsciência em-si e para-si.

Exemplificamos a capoeira como uma formação do reflexo estético ainda vinculada a magia, mas que transparece a essência da exploração sobre os escravizados, ou seja, cumpre a função de evidenciar aparência e essência de forma cerrada num reflexo sobre a realidade. Lukács não estuda este objeto, mas consideramos por meio das apreensões pautadas na *fantasia do movimento* e nas danças guerreiras um complexo estético em processo de desprendimento do transcendente. Desta feita, constatamos a cismundandade do reflexo estético, bem como da conformação artística pautada na literatura, visto que refletem a imanência mundana, ao contrário da magia e da religião que estão no âmbito transcendente.

Decompomos a desumanização racista empreendida pelo capital, bem como a luta pela afirmação da humanidade dos povos racializados. O reflexo estético possui um efeito evocador de sentimentos

e pensamentos. A luta e a revolta são sentimentos humanos presentes cotidianamente na vida dos povos racializados, exemplos disto estão na formação do Quilombo dos Palmares (Santos Neto, 2020a), bem como na Revolução Haitiana (James, 2000). A revolta só pode ser refletida esteticamente quando ela está presente no real. Para refletirem sobre a revolta, portanto, pessoas escravizadas precisaram se revoltar e construir a revolta objetivamente.

Esta é a prova de que um povo, mesmo nas piores condições de brutalização, pode se reerguer e lutar contra seus inimigos. Tais lutas se expressam na capoeira enquanto uma forma de resistência coletiva à exploração realizada na escravidão, onde os corpos e mentes de pessoas racializadas e escravizadas eram trabalhados cotidianamente para o enfrentamento ao inimigo burguês. Mulheres e homens se organizaram por meio da capoeira, entre outras estratégias, para combater seus exploradores. Desta forma, consideramos a luta construída por mulheres e homens racializados como um prelúdio para a luta pelo socialismo, visto que os quilombos significaram uma forma de produzir que se contrapunha à ascendente produção capitalista.

Tituba também nos mostra o significado da luta e elucida as particularidades duma mulher negra e revolucionária que luta, pois vive num mundo feito para destruí-la em todos os âmbitos da vida. Ao longo do romance de Maryse Condé (2020), deparamo-nos com a desgraça colonizatória que evidencia uma série de questões, como o estupro sistemático e coletivo sobre as mulheres escravizadas; a demonização sobre as expressões culturais, religiosas e estéticas das pessoas racializadas; a dicotomia entre a mulher escravizada e a mulher burguesa, em que esta configura-se como tão exploradora como o homem burguês; a aniquilação da maternidade da mulher negra; a mundialização da condição de racializada e escravizada, em que, não

importa para onde fosse, no mundo burguês em ascensão, Tituba, mulher negra, seria escravizada e explorada.

Concluimos, portanto, que *o racismo estrutural é um constructo burguês, em sua origem, natureza e função social*. Este mecanismo desempenha o papel de favorecer aos interesses acumulatórios da burguesia. Por isso reforçamos: o racismo estrutural foi gestado e desenvolvido pelo sistema do capital e somente pode acabar com a destruição deste sistema e a construção duma sociabilidade pautada na emancipação humana. Somente a transformação revolucionária da sociabilidade burguesa pode acabar com a desgraça promovida contra a classe trabalhadora e os povos racializados. Remontando Mészáros (2011), as lutas defensivas pela manutenção dos direitos, imersas no círculo vicioso do capital, não são suficientes para derrotar a nossa verdadeira inimiga, a burguesia. Avançar numa ofensiva socialista pelo fim do trabalho assalariado e construção do trabalho associado é o desafio dos dias de hoje para combater a raiz de todos os males que vivemos: o sistema do capital.

O trabalho associado visa, portanto, eliminar o processo de desumanização capitalista, visto que, com a extinção dos complexos acima citados, o processo de produção pode voltar a ser um momento humanizador do ser humano, em que dele não seja abstraído trabalho drenado por uma máquina que o comanda, mas sim que a classe operária possa realizar seu papel histórico de constituir um novo modo de produção planejado socialmente, de acordo com as necessidades do gênero humano. Esse movimento visa resgatar a humanidade da cisão consigo mesma, pautada na alienação dos produtos de sua atividade vital, posta no capitalismo. Uma reconciliação entre indivíduo e sociedade só pode ser alcançada com o fim da exploração de um ser humano por outro (Costa, 2012). A *reumanização* seria o retorno do

ser humano a si mesmo, com a eliminação dos complexos fetichizantes do capitalismo.

Toda emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. [...] Só quando o homem retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual — na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais —, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou suas *forças próprias* [forças próprias] como *forças sociais* e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política* — [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (Marx, 2009, p. 71-72, grifos do autor).

Para alcançar a emancipação humana, faz-se urgente uma “revolução política com alma social”(Marx, 1995) que estabeleça a generalize a forma de trabalho associado, elidindo os antagonismos próprios do sistema do capital. A construção do socialismo é tarefa primordial para a superação da desumanização, em que a elisão da cisão entre exploradores e explorados deve produzir a aproximação genuína entre indivíduo e gênero humano.

**APÊNDICE: “RACISMO” OU
“RACISMO ESTRUTURAL”:
DIFERENCIAÇÃO ONTOLÓGICA NA
SOCIABILIDADE BURGUESA⁶¹**

Negro drama

Nego drama
Entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama

Nego drama
Cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga, à procura da cura[...]

O drama da cadeia e favela
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas
Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio às honras e covardias

Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando
O que você tem a ver com isso?

Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata

61 Estas reflexões se constituem como um desdobramento posterior à defesa da dissertação mencionada no início deste livro, escritas em meados de abril de 2023.

Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto nem fábula, lenda ou mito [...]

[...] Seu jogo é sujo e eu não me encaixo
Eu sou problema de montão, de Carnaval a Carnaval
Eu vim da selva, sou leão, sou demais pro seu quintal [...]

Eu recebi seu ticket, quer dizer kit
De esgoto a céu aberto e parede madeirite
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui
Você não, cê não passa quando o mar vermelho abrir

Eu sou o mano, homem duro, do gueto, Brown, oba
Aquele loco que não pode errar
Aquele que você odeia amar nesse instante
Pele parda e ouço funk
E de onde vem os diamante? Da lama
Valeu mãe, negro drama (drama, drama, drama)[sic.][...].⁶²

O drama do negro, tratado na brilhante letra supracitada, deve continuar sendo abordado e elucidado, de modo a localizá-lo como parte fundamental da lógica do capitalismo. O objetivo deste texto consiste em elucidar a diferenciação ontológica entre *racismo* e *racismo estrutural*⁶³, em que o primeiro possui origem na gênese da

62 Excerto da letra da música *Negro Drama*, composta por Aivaldo Pereira Alves (Edi Rock) e Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown), pertence originalmente ao álbum *Nada como um Dia após o Outro Dia*, lançado em 27 de outubro de 2002.

63 O professor e pesquisador Silvio Almeida foi o primeiro a desvelar tal categoria, rebuscando desde a forma individual do racismo até chegar à institucional e sobretudo à estrutural. Assim, o racismo estrutural não seria uma exceção, mas uma regra da sociabilidade burguesa (ALMEIDA, 2018). Logo, tal autor realiza uma preciosa contribuição sobre o racismo estrutural e sua especificidade no modo de produção capitalista.

sociedade de classes, enquanto o outro é um fenômeno específico da sociabilidade burguesa, como um mecanismo de desumanização a serviço da valorização do valor. A partir do método marxiano, por meio da categoria totalidade, formada por um complexo de complexos que se inter-relacionam, analisamos a relação entre os complexos supracitados sob uma perspectiva ontológica histórico-social, em que pese a centralidade da objetividade na pesquisa científica.

O diálogo entre os dois complexos *racismo* e *racismo estrutural* é relevante na medida em que se perpetra o desvelamento da função social de tais complexos nas formas de sociabilidade a qual estiveram e estão circunscritos. O racismo, enquanto forma de discriminação e preconceito étnicos pontuais, desenvolve-se desde a gênese da sociedade de classes, Estado e propriedade privada (Engels, 1984). “Encontramos discriminação e preconceitos étnicos dentro da Europa desde a Idade Média até os dias atuais, e a expansão europeia deu origem a um corpo coerente de ideias e de práticas associadas à hierarquia dos povos de diferentes continentes” (Bethencourt, 2018, p. 5).

Já o racismo estrutural, originário da era moderna (Almeida, 2018), é um fruto podre da sociabilidade burguesa que generaliza mundialmente o processo de racialização. Tal marcha engendra o racismo estrutural como específico da sociabilidade burguesa, o qual serve à aceleração da rotação do capital na sua acumulação primitiva, em que destacamos a colonização como “aurora da produção capitalista” (Marx, 2017).

A noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta a meados do século XIV. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que

se trata de um conceito *relacional* e *histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2018, p. 15, grifos do autor).

Ao analisarmos o estado da arte sobre a questão étnico-racial, ou propriamente o racismo sob bases ontológicas, temos duas obras publicadas com base na letra lukacsiana, a saber, Cunha (2022) e Silva (2012), em que se aproximam das bases materiais do racismo no modo de produção capitalista, bem como de seu caráter ideológico numa pseudociência racista burguesa, constituída a partir do século XIX. Tais teóricos utilizam obras medulares para a compreensão do racismo como alienação do ser humano, fundamentados em clássicos como *A Destruição da Razão* (2020), entre outras obras lukacsianas que apreendem o cerne das teorias pseudocientíficas próprias do caráter irracionalista provindo da era da decadência ideológica burguesa.

[...] No ano de 1830, tem início a crise decisiva. [...] Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre da economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (Marx, 2017, p.86).

Concordamos que o processo de sistematização do racismo

numa pseudociência foi promovido durante o período da transição da burguesia à classe conservadora, a partir da entrada em cena da classe proletária, especialmente a partir de 1848, marco da *Primavera dos Povos*⁶⁴, em que tal classe ocupa posição de *classe para-si*, contra os desmandos da nova classe social exploradora consubstanciada na burguesia. Este processo culmina no estágio imperialista do capital, em que fascismo e racismo estão irmanados como soluções reacionárias utilizadas pela burguesia nos momentos de crise capitalista, ou seja, como reflexo do “caráter capitalista da barbárie fascista” (Lukács, 1979, p. 160).

Dada a relevância do debate sobre o *racismo* e a tentativa de continuar o levantamento de questões e inquietações sobre tal categoria, realizamos o decurso temporal de sua *origem* na sociabilidade de classes e *mundialização* no modo de produção especificamente capitalista para elucidar cientificamente a diferenciação ontológica entre *racismo* e *racismo estrutural*. Remontamos o *racismo* como pontual nas sociedades anteriores ao capitalismo, o que nos leva a afirmação de que este provém da contradição imanente da sociedade de classes, que produz uma disputa entre territórios e a possibilidade do conhecimento de diversas etnias ao redor do mundo. Desta feita, “o racismo é relacional, colocando grupos específicos em hierarquias contextualizadas de acordo com objetivos concretos” (Bethencourt, 2018, p. 12).

[...] o significado do termo “raça” é extremamente instável. A palavra começou a ser usada na Idade Média como sinônimo de casta, aplicada à cultura de plantas e à criação de animais. No fim do período

64 Marx trata destes acontecimentos em diversas obras, a saber: *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (2011); *A Guerra Civil na França* (2011); *As lutas de Classe na França* (2012); entre outras.

do medieval, era usada como definição de linhagem nobre na Itália e na França. Durante a longa contenda ibérica entre muçulmanos e cristãos, seguida da expansão ultramarina, o termo “raça” adquiriu um sentido étnico — originalmente aplicado aos descendentes de judeus e de muçulmanos, referindo-se à impureza do sangue, e foi depois usado para nativos africanos e americanos. Portanto, no contexto ibérico, o conteúdo semântico do termo desenvolveu-se através de um sistema hierárquico de classificação étnica. No século XVIII, o termo “raça” era usado na Europa para referir o gênero feminino e, de um modo geral, para indicar variedades de seres humanos. No seio das teorias das raças, o termo adquiriu um papel ambíguo na catalogação de subespécies, praticamente transformadas em espécies pelo racialismo científico de meados do século XIX (ibid., p. 15).

O confronto entre as distintas sociedades de classe, possibilitado pelo advento do excedente econômico, provindo do surgimento recíproco da propriedade privada, classes sociais e Estado (Engels, 1984), permitiram a emersão do gérmen racista, em que as disputas econômicas implicavam na subjugação da sociabilidade considerada “perdedora”, permitindo a exploração de suas terras e força de trabalho. Este processo talhou o surgimento de “preconceitos referentes à ascendência étnica combinados com ações discriminatórias” (Bethencourt, 2018, p. 18). As “contradições irreconciliáveis” entre proprietários privados e seres humanos explorados deságuam no surgimento de novas formas de desumanização como o racismo. Nesse ínterim, o Estado ocupa papel seminal como defensor dos interesses da classe de proprietários privados de cada época histórica.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 1984, p. 191).

As guerras pontuais entre sociedades contíguas aos poucos se desenvolveram até chegar ao processo de mundialização do capital demarcado na colonização moderna (Santos Neto, 2020), durante o período da acumulação primitiva do capital (Marx, 2017). Esta polvorosa burguesa é chamada de “infância do capitalismo” (Santos Neto, 2015), momento histórico em que traficantes de pessoas escravizadas estão em plena mudança de pele, tal como uma cobra, para posteriormente integrarem a classe burguesa (Willians, 1975). Constatamos que a condição para a burguesia chegar ao domínio completo sobre a sociabilidade, ou o mesmo que o processo de subsunção real do trabalho ao capital, foi estruturado sob a exploração de pessoas escravizadas e extração de mais-valor absoluto devido às condições anômalas de desenvolvimento do capitalismo nas colônias.

Elucida-se, desta feita, o caráter capitalista da colonização

moderna e do trabalho escravizado empreendido nas Américas. O racismo, antes fenômeno pontual de determinadas sociedades de classe, passa a ser mundializado junto às antagônicas relações de produção capitalistas ao longo do processo colonizatório (Césaire, 2006). Entre os séculos XVI e XVIII, gesta-se uma nova forma de racismo, com qualidades e especificidades diferentes, que não se tratava mais de um elemento pertencente a algumas formações sociais, mas passa a se configurar como um mecanismo estrutural de desumanização de seres humanos ao redor do globo a serviço da valorização do valor.

A diferenciação entre *racismo* e *racismo estrutural* possui um caráter ontológico, ou seja, está no próprio *ser-precisamente-assim* dos complexos investigados. Enquanto o *racismo* tem sua gênese correlacionada ao surgimento das sociedades de classe, o *racismo estrutural* está indissolúvelmente ligado à conformação do modo de produção capitalista, ao longo da acumulação primitiva do capital e da colonização. A ruptura essencial entre as duas categorias está no fato de que o *racismo* anterior ao sistema do capital possui caráter *pontual*, enquanto o *racismo estrutural* é um mecanismo de desumanização burguês, possibilitado pelo processo de mundialização do capital ocorrido junto à marcha colonizatória. Aqui apreendemos a *diferença ontogenética* entre as duas categorias.

O âmbito dos preconceitos referentes à ascendência étnica combinados com ações discriminatórias foi profundamente alargado com a exploração de outros continentes; a expansão ultramarina e a colonização estimularam a classificação das variedades de seres humanos, essencial para a definição e a justificação de hierarquias (Bethencourt, 2018, p. 18).

O momento de continuidade entre as duas categorias está

em que ambas se referem a “preconceitos referentes à ascendência étnica combinados com ações discriminatórias” (ibid.), a diferença primordial é que no *racismo estrutural* esses processos são mundializados e disseminados para todas as partes do globo. A personagem *Tituba*, por exemplo, tenta fugir da escravidão, saindo da América e voltando para a sua terra natal, Barbados, porém, ao chegar em seu país, “o fedor do lucro e do sofrimento” (Condé, 2020, p. 204) a acompanha, visto que a condição de escravizada se consubstancia de forma mundializada, assim, também acontece com o *racismo estrutural*, *este é indissociável do sistema do capital*.

Após tais delineamentos e constatações, surgem novos questionamentos de como superar o racismo hoje, quando vivemos a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), e tal relação social alcançou seus limites absolutos (ibid., 2002). Parafraseando o húngaro: “como poderia o racismo fenecer⁶⁵” (ibid.) A resposta é complexa e exige muito além da vontade política individual, dado que o racismo e capital são indissociáveis, importa-nos construir uma luta antirracista para além do capital, em que a base econômica que permite a disseminação do racismo seja estruturalmente derruída, por meio duma revolução política com alma social (Marx, 1995), de modo a conquistarmos a emancipação humana (ibid., 2009).

65 Alusão ao título do capítulo 13, “Como poderia o Estado fenecer?”, da obra *Para Além do Capital* de István Mészáros.

REFERÊNCIAS

AFROPRESS. **Entrevista com Kabengele Munanga**. Afropress, 27 ago. 2005. Disponível em: <https://www.afropress.com/entrevista-com-kabengele-munanga/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ALESSANDRA, Bruna. Cadê os Yanomami? Mais de 20 indígenas de comunidade queimada após estupro estão desaparecidos. **Revista Forum**. 3 mai. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2022/5/3/cad-os-yanomami-mais-de-20-indigenas-de-comunidade-a-apos-estupro-esto-desaparecidos-115812.html>. Acesso em: 3 mai. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMORIM, et al. **Sentimento do mundo: ensaios sobre cinema**. Maceió: Coletivo Veredas, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CWSiQd5qNaszxIRH4a9cgZrPN7X1vNpv/view> Acesso em: 07 ago. 2023.

ARAUJO, Lorraine Marie Farias de. Colonização e racismo estrutural: notas sobre a relação entre racismo e capital. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 14(2), 79–106. 10 jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49307> Acesso em: 13 de julho 2023.

_____. A exploração da mulher negra sob a Teoria do Valor-Trabalho. **Argumentum**, 15(1), 258–270. 24 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.38977> Acesso em: 13 de julho 2023.

ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Companhia das letras, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 set. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, S. A., 2006.

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba: bruxa negra de Salem**. 7 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Crise capitalista e questão social na contemporaneidade. **Revista da RET (Rede de Estudos do Trabalho)**. Ano III. N. 6. 2010.

_____. **Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria da personalidade**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. Desantropomorfização, ciência e método. In: **Reflexões em tempos de crise: trabalho, política, movimentos sociais, serviço social**. (ALCÂNTARA, Norma et. al org.). Maceió. Edufal. 2015. p. 361-382.

CUNHA, Karoline. **Racismo: uma aproximação às bases materiais**. Editora Dialética, 2022.

CURTY, Carla, et al. **A controvérsia dos modos de produção brasileiros: a contribuição do pensamento marxista**. 2016. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/18-19-1-RV_2016_10_09_00_44_02_751.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Estarão as prisões obsoletas?** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo : Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Maria Fernanda. Massacrada, população indígena representa menos de 0,5% do país. **Observatório do Terceiro Setor**. 2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/populacao-indigena-representa-menos-de-meio-por-cento-do-pais/>. Acesso em 17 nov. 2021.

GOBINEAU, Arthur. **The inequality of human races**. London: William Heinemann. 1915.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar. 2020.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.

Serviço Social e Sociedade. n. 91. ano XXVIII. 2007.

GUIMARÃES, Juca. Negros são dois em cada três presos no país, mostra Anuário de Segurança Pública. **Alma Preta.** 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/negros-sao-dois-em-cada-tres-presos-no-pais-mostra-anuario-de-seguranca-publica> Acesso em: 07 fev. 2022.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros.** São Paulo: Boitempo. 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** - Diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LACERDA, João Baptista. **Congresso universal das raças em Londres.** 1911.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente** (1885-1909). São Paulo. Ícone. 2007.

LUKÁCS, György. **La peculiaridad de lo estetico.** Livro I. Ediciones Grijalbo, Barcelona. 1966.

_____. **La peculiaridad de lo estetico.** Livro II. Ediciones Grijalbo, Barcelona. 1966a.

_____. **La peculiaridad de lo estetico.** Livro IV. Ediciones Grijalbo, Barcelona. 1967.

_____. **Existencialismo ou marxismo.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

_____. **Para a ontologia do ser social** volume 14 – Ma-

ceió : Coletivo Veredas, 2018.

_____. **A Destruição da Razão** / Georg Lukács ; tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo : Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital.** 1. ed. São Paulo: Global Editora. 1980.

_____. Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei a Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano.” In: **Práxis** n.5 – Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____. **Contribuição à crítica da economia política;** tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2008.

_____. **Para a Questão Judaica.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo. 2010.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A guerra civil na França.** São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. 2. ed. Livro

I. São Paulo: Boitempo. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo. 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 223p. ISBN 9788524913372.

MOURA, Clóvis. **São Paulo**: o povo em movimento. in: SINGER, Paul. Brant, Vinicius Caldeira. org. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

MUNANGA, Kabengele. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. 1988.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PARKS, Leticia. ASSIS, Odete. CACAU, Carolina (orgs.). **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à Beira-Mar**. São Luiz do Maranhão, 1871. Disponível em: <http://web.archive.org/>

[web/20190621004309/http://www.jornaldepoesia.jor.br/mfirmi-na02.html](http://www.jornaldepoesia.jor.br/mfirmi-na02.html) . Acesso em: 23 set. 2021.

_____. Úrsula. Porto Alegre: Editora Figura de Linguagem, 2018.

SANTOS, Eliane. Medo, dor e esperança: um retrato da vida no Rio de congoleses, abalados pela morte de Moïse. **G1**. 6 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/06/medo-dor-e-esperanca-um-retrato-da-vida-no-rio-de-congoleses-abalados-pela-morte-de-moise.ghhtml> . Acesso em: 9 fev. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil - São Paulo: Cortez, 2012. - Coleção biblioteca básica do Serviço Social; v. 6.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. **A alma burguesa na literatura**. Maceió: Coletivo Veredas. 2017.

_____. **Mundialização do capital**: imperialismo e subimperialismo. Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020.

_____. **A Filosofia como crítica da escravidão**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020a.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **Ética contra o capital**: o proletariado como Prometeu da humanidade. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2021.

SCALDAFERRI, Sante. Só o tempo te faz mestre: Pastinha, Bimba, Maré e Noronha. In: **Pensando a capoeira**: dimensões e perspectivas. /POCHAT, Alex. SIMPLÍCIO, Franciane. org. Rio de Janeiro: Coleção Capoeira Viva. 2015.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.